



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 722

Terça-feira - 19 de Abril de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	2
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	5
Caçador	5
Campo Alegre	6
Campos Novos	16
Canoinhas.....	16
Capinzal	17
Catanduvas.....	29
Chapadão do Lageado	31
Concórdia	32
Cordilheira Alta	34
Coronel Martins.....	35
Curitibanos	36
Forquilha.....	42
Fraiburgo.....	43
Garopaba.....	45
Gaspar	45
Governador Celso Ramos	47
Guaramirim.....	47
Herval do Oeste	48
Imbituba	48
Iomerê	49
Irineópolis	50
Itapoá	51
Joaçaba.....	55
Lauro Muller	58
Luzerna	59
Macieira.....	60
Maracajá	60
Meleiro	60
Nova Trento.....	61
Novo Horizonte	61
Palmitos	62
Pinheiro Preto	62
Porto União.....	63
Rio do Sul.....	64
Salto Veloso.....	72
Santa Terezinha do Progresso	72
São Lourenço do Oeste.....	72
São Pedro de Alcântara.....	73
Schroeder.....	88
Timbó	92
Turvo	92
Vargeão.....	92
Videira.....	93

Consórcios

AGIR	95
ARIS	96
CIGA	102
CIS/AMUREL	103
CITMAR.....	104

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato N° 10/2011

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO N° 10/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Toigo Materiais de Construção Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório n°. 5/2011 - Convite n°. 5/2011

OBJETO : Aquisição de materiais de construção.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 58.222,90 (cinquenta e oito mil duzentos e vinte dois reais e noventa centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2011.

DATA : 30.03.2011

SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Pedro Antonio Toigo pela contratada.

Extrato do Contrato N° 11/2011

FUNDO MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
EXTRATO DO CONTRATO N° 11/2011

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Mecânica e Chapeação ATZ Ltda ME

OBJETO : Transporte rodoviário de paciente para atendimento no APAS - Joaçaba - SC.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até o quinto dia útil do mês subsequente.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 30.11.2011.

DATA : 01.04.2011

SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Airton Guerreiro Atz pela contratada.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato do Contrato Nº. 42/2011

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Martinazzo Produções e Eventos

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 25/2011 - Convite nº. 8/2011

OBJETO : Contratação de promotor de eventos para promoção e gerenciamento de shows musicais e de humor, durante a XXXIII Expofeira e III Exposição da Indústria Comércio e Serviços no Município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a execução dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 29.04.2011.

DATA : 25.03.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Juliano Martinazzo pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 43/2011

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Toigo Materiais de Construção Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 27/2011 - Convite nº. 9/2011

OBJETO : Aquisição de materiais de construção.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 59.975,00 (cinquenta e nove mil novecentos e setenta e cinco reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2011.

DATA : 30.03.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Pedro Antonio Toigo pela contratada.

Extrato do Contrato Nº. 44/2011

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2011

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Madeiras Rampazzo

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 28/2011 - Pregão Presencial nº. 16/2011

OBJETO : Aquisição de madeiras.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 56.100,00 (cinquenta e seis mil e cem reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2011.

DATA : 05.04.2011

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Valter Rampazzo pela contratada.

Antônio Carlos**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 222/2011**

PORTARIA Nº 222/2011

Concede Ferias.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERAIS, por 20 dias, a VERA LUCIA CONRAT SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL, a contar de 01 de Abril referente ao periodo aquisitivo de 02/01/2010 a 01/01/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de Abril de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 18 de Abril de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato Tomada Preços Nº 0008 2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0008/2011.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: AQUISIÇÃO DE 32 M³ (TRINTA E DOIS METROS CÚBICOS) DE CONCRETO USINADO E SERVIÇOS MÃO DE OBRA PARA REFORMA DE 460M²(QUATROCENTOS E SESENTA METROS QUADRADOS) DE PISO, DO CENTRO ESPORTIVO DA LINHA SANTO ANTÔNIO, INTERIOR, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME ITENS ESPECIFICADOS NO EDITAL.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00h do dia 05/05/2011.

Abertura dos Envelopes: Às 09:15h do dia 05/05/2011.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Pagamento da taxa de expediente no valor de R\$ 20,00 (vinte reais);

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 14 de abril de 2011.

CLAUDIO SPRÍCIGO

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 1005

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 1005/2011 de 14/04/2011

NOMEAR, o (a) funcionário (a) ELLEN DEOLA SOUZA para exercer o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 1006

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 1006/2011 de 14/04/2011

NOMEAR, o (a) funcionário (a) SINESIO WOLF para exercer o cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 1007

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 1007/2011 de 14/04/2011

NOMEAR, o (a) funcionário (a) MONIQUE BOING DA SILVA para exercer o cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 1008

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 1008/2011 de 14/04/2011

NOMEAR, o (a) funcionário (a) EUCLIDES DA CUNHA CORREA para exercer o cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 1009

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 1009/2011 de 14/04/2011

NOMEAR, o (a) funcionário (a) GISLAINE CARARA DA COSTA para exercer o cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 911

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 911/2011 de 11/04/2011

NOMEAR, o (a) funcionário (a) MARIANA VIDAL para exercer o cargo efetivo de PSICOLOGO, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 912

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 912/2011 de 11/04/2011

NOMEAR, o (a) funcionário (a) RENATA COSTA para exercer o cargo efetivo de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da

data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 913

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 913/2011 de 11/04/2011
NOMEAR, o (a) funcionário (a) MARIA FERNANDA CAMINHA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 914

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 914/2011 de 11/04/2011
NOMEAR, o (a) funcionário (a) ANA PAULA VIEIRA MARÇAL COSTA para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR SÉRIES INICIAIS - 40 H, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 915

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 915/2011 de 11/04/2011
NOMEAR, o (a) funcionário (a) MIRELLA DA CONCEIÇÃO para exercer o cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;
O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 916

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 916/2011 de 11/04/2011
NOMEAR, o (a) funcionário (a) ROBERTO ANDRADE DA SOLEDADE para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA CATEGORIA "C", do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 917

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 917/2011 de 11/04/2011
NOMEAR, o (a) funcionário (a) FULVIO HENRIQUE para exercer o cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria 918

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve baixar a seguinte portaria:

PORTARIA Nº. 918/2011 de 11/04/2011
NOMEAR, o (a) funcionário (a) ISRAEL DO NASCIMENTO para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA CATEGORIA "B", do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu;

O nomeado deverá tomar posse no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de perda do efeito da nomeação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Pregão Presencial 25/2011 para Registro de Preço EDITAL DE LIC. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 25/2011 PARA REGISTRO DE PREÇO

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 9:00 horas do dia 04.05.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados ao ensino fundamental e educação infantil da rede municipal de ensino. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179 ou e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br

Braço do Trombudo, em 18 de abril de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 26/2011 Registro de Preço EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 26/2011 - Registro de Preço.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 15:00 horas do dia 04.05.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Concreto Usinado. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 18 de abril de 2011.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução Nº 010 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 06 DE ABRIL DE 2011

Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social no município de Caçador - SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, em Reunião Ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2010, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº1068 de 12 de novembro 1996 e Lei nº8742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução CNAS nº145/2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica - NOB aprovada pela Resolução CNAS nº130/2005, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO que os benefícios eventuais da assistência social, previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, integram o conjunto de proteções da política de assistência social e, neste sentido, inserem-se no processo de reordenamento de modo a garantir o acesso à proteção social ampliando e qualificando as ações protetivas;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.307/2007 dispõe sobre os benefícios eventuais e define em seu artigo 9º que as "provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social";

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais à luz das diretrizes nacionais sobre os benefícios eventuais - LOAS/1993, PNAS/2004, NOB/2005, Resolução CNAS nº 212/2006, Decreto nº 6307/2007 e outras normativas;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a RESOLUÇÃO nº 07 de 31 de julho de 2009 que dispõe sobre os benefícios eventuais, de que trata o art. 22 da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 2003. Regularizar os benefícios assistências como provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Art. 2º Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como: aparelhos ortopédicos, dentaduras, cadeiras de rodas, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, medicamentos, pagamentos de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transportes de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas geriátricas.

Art. 3º Regularizar a concessão dos benefícios compulsórios, auxílio natalidade e auxílio funeral.

I - O benefício eventual na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, concedida na forma de bens de consumo, fixado no valor de ¼ do salário mínimo vigente, que será concedido a mãe ou responsável legal pelo recém-nascido, para reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de um novo membro da família.

Parágrafo 1º Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido: 01 cobertor, 01 bolsa personalizada, 03 conjuntos de pagão, 02 tip-tops, 01 touca, 03 flanelas, 20 fraldas de pano, 03 pares de meias, 03 calças plásticas, 02 pacotes de fraldas descartáveis.

Parágrafo 2º O requerimento do benefício natalidade, deve ser realizado até noventa dias após o nascimento.

II - O benefício eventual na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, fixado no valor de 1/2 salário mínimo vigente, que será concedido em parcela única na forma de urna mortuária, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de um membro da família.

Parágrafo 1º O benefício requerido em caso de morte, deve ser pago imediatamente, sendo de pronto atendimento em forma de plantão 24 horas.

Parágrafo 2º O auxílio funeral deve ser requerido até 30 dias após o funeral.

Art. 4º Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família

em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 5º Estabelecer os benefícios eventuais em situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma de cestas básicas, kits alimentação, documentação civil, fotos, passagens intermunicipais e interestaduais, colchões, cobertores e travesseiros.

I - Cesta básica - será destinada a famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo composta por quatorze itens:

- 05 kg açúcar
- 05 kg farinha de trigo
- 05 kg de arroz
- 02 kg de feijão
- 01 kg de farinha de milho
- 01 kg de sal
- 02 kg de massa sêmola c/ ovos
- 01 lata de óleo de soja
- 01 pacote café de 500g
- 01 unidade de bolacha sortida - 800g
- 800 g de leite em pó
- 01 creme dental (90g)
- 01 barra de sabão
- 01 sabonete

II - Kit alimentação - será destinado a famílias de até duas pessoas, cidadãos que residam sozinhos ou em situação de rua, sendo composto por treze itens:

- 02 kg de açúcar
- 02 kg arroz parboilizado tipo 1
- 01 kg de feijão
- 01 kg de farinha de milho
- 01 kg de sal
- 01 kg de massa sêmola com ovos
- 01 lata de óleo de soja
- 01 pacote de café 250 g
- 01 pacote de bolachas 800 g
- 400 g de leite em pó
- 01 creme dental 90g
- 01 unidade de sabão em barra
- 01 sabonete com 90g

III - Documentação Civil - concessão de isenção das taxas públicas para a emissão de 1ª e 2ª via de: Certidões de Nascimento, Certidões de Casamentos, Certidões de Óbitos, Emissão e regularização do CPF.

IV - Fotos para emissão de documentação civil, quantas forem necessárias para a emissão da documentação solicitada.

V - Passagens estaduais e interestaduais para pessoas em situação de vulnerabilidade social e necessidade comprovada de viagem, exceto situações de tratamento de saúde.

VI - Colchões, cobertores e travesseiros, serão concedidos na medida da necessidade e comprovação da vulnerabilidade social, em caso de calamidade pública, conforme avaliação dos técnicos responsáveis em conjunto com a defesa civil do município.

Art. 6º Fixar a renda per capita em ½ salário mínimo para concessão de benefícios eventuais no município de Caçador

PARAGRAFO ÚNICO: Respaldaado pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, acrescentar outras variáveis além da renda per capita, ficando definido como outros critérios para concessão dos Benefícios Eventuais que o usuário esteja em situação de vulnerabilidade social como está disposto no Plano Nacional de Assistência Social/2004, que define o público alvo da assistência Social. Assim, considera-se como população vulnerável o conjunto de pessoas

que apresentam pelo menos uma das características abaixo:

- Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.
- Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.
- Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.
- Família na qual há um chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.
- Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.
- Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.
- Família no qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.
- Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.
- Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.

Art. 7º esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador-SC, 06 de abril de 2011

LUIZ ANTONIO FURTADO

Presidente CMAS

SAVIA MARIA GOMES FERREIRA CEZAR

Vice Presidente CMAS

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar N.º 079 de 13 de Abril de 2011

LEI COMPLEMENTAR N.º 079 DE 13 DE ABRIL DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR

MUNICIPAL N. 006/02.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Art. 125 da Lei Complementar Municipal n. 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 125 - Aos cargos de Médico I, II e III e Médico Clínico Geral (em extinção), efetivos do quadro de carreira ou contratados, é devido uma gratificação especial médica, correspondente a 50% (cinquenta por cento) e para o cargo de Medico IV é devido gratificação especial médica de 40% (quarenta por cento), ambas sobre o valor do vencimento básico do respectivo cargo, observando-se em todos os casos a limitação imposta pelo Art. 98 da Lei Complementar Municipal n.º 006/02.

Art.2º) A alínea "a", do Inciso II do Art. 126 da Lei Complementar Municipal n. 006/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) Médico - 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei, quando

as localidades abrangidas pelas atividades do profissional estiverem a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) distantes da sede do Município;

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.676 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.676 DE 13 DE ABRIL DE 2011
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais) à FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301, nº 1.111, Centro, Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira e a segunda no mês de abril de 2011.

Parágrafo 2º Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em Despesas de Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.184 de 12 de agosto de 2010, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento da primeira parcela de 2011.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 92.01.4012.335043.00 - Subvenção Social - do Fundo Municipal de Assistência Social, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2011.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.677 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.677 DE 13 DE ABRIL DE 2011
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais) à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 - Centro, Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado

em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira e a segunda parcela no mês de abril de 2011.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.184 de 10 de agosto de 2010, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2011.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 92.01.04.012. - 335043.00 - Subvenções Sociais - do Fundo Municipal de Assistência Social, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de março de 2011.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.
VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.678 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.678 DE 13 DE ABRIL DE 2011

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, CNPJ 05.653.657/0001-71, no valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), objetivo repassar recursos como forma de cooperação nas ações implementadas com intuito de fortalecer o comércio local e o setor de serviços, e na manutenção da Entidade.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.184 de 10 de agosto de 2010, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente e o Tesoureiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do recebimento da primeira parcela de 2011.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.2.130.335041.00 Contribuições - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2011.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua Cel. Bueno Franco, 292 Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 2.374.235-6, CPF/MF nº 710.630.309-78, residente e domiciliado à Rua Principal, s/nº Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.653.657/0001-71, estabelecida à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente JOÃO ALAOR NENEVÊ CORDEIRO, brasileiro, casado, Comerciante, Portador da Carteira de Identidade nº 3.222.828-7, CPF nº 868.793.599/49, residente e domiciliado à Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº Bairro Cascatas, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, tem por objetivo fortalecer o comércio local e o setor de serviços no transcorrer do exercício

de 2010.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.2.130.335041.00 - Contribuições - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Promover campanhas e visitas ao Comércio e Setor de Serviços informais e não associados, com a finalidade de promover o associativismo e a legalidade, buscando alcançar a sustentabilidade da Entidade;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 10 (dez) meses com início a partir de 1º de março de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

JOÃO ALAOR NENEVÊ CORDEIRO

Presidente Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL

TESTEMUNHAS:

Nome: AURIENE ROEPKE

CPF nº 808.376.389-68

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF nº 304.385.869-72

Lei Nº 3.679 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.679 DE 13 DE ABRIL DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A APP DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PAULO FUCKNER", E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 16.980,00 (dezesesse mil novecentos e oitenta reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica "Paulo Fuckner", inscrita no CNPJ/MF nº 79.367.454/0001-55 com sede á Rua Principal, snº Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de março de 2011.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "A ARTE DA MÚSICA EM SINTONIA COM A DANÇA".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Municipal nº 6.184 de 12 de agosto de 2010, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado dos Recursos previstos no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento da 1ª parcela de 2011.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 05.01.6009.335043000 - Subvenções Sociais.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 1º de março de 2011.

Art.11) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.680 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.680 DE 13 DE ABRIL DE 2011

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE - ACIACA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, CNPJ 79.367.017/0001-31, no valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), objetivando a Cooperação Financeira retirando as Empresas do Mercado Informal, promovendo o Associativismo e auxiliando na manutenção da Entidade.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 6.184 de 10 de agosto de 2010, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento da primeira parcela de 2011.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.2.129.335041.0000 - Contribuições - DA Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2011.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO
TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cél. Bueno Franco, 292, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: VILMAR GROSSKOPF, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 2.374.235-6, CPF/MF nº 710.630.309-78, residente e domiciliado à Rua: Principal, nº Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.017/0001-31, estabelecida à Rua Vicente Pereira Neto, 138 Bairro Belo Horizonte - Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente: IVO ROMEU PAULI, brasileiro, casado, Comerciante, Portador da Carteira de Identidade nº 481.236-0, CPF/MF nº 294.454.189-72, residente e domiciliado à Rua: Pe. Luiz Gilg, nº 102, Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, tem por objetivo retirar as empresas do Mercado Informal, promover o Associativismo, auxiliar na manutenção da execução do Projeto Empreender no transcorrer do exercício de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.03.2.129.335041.00 - Contribuições - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
- Acompanhar a Associação Empresarial de Campo Alegre -ACIACA em visitas às Empresas informais e não associadas, com a finalidade de promover o Associativismo e a legalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 10 (dez) meses com início a partir de 1º de março de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", de abril de 2011.
VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

IVO ROMEU PAULI

Presidente Associação Empresarial de Campo Alegre - ACIACA

TESTEMUNHAS:

Nome: AURIENE ROEPKE

CPF nº 808.376.389-68

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF nº 304.385.869-72

Lei Nº 3.681 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.681 DE 13 DE ABRIL DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição , no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) à ASSO-CIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.079.947/0001-53, com sede na Rua José Gomes Munhoz, 67 - Centro, Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em uma única parcela no mês de abril de 2011.

Parágrafo 2º) O recurso constante do Artigo 1º deverá ser aplicado pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.184 de 10 de agosto de 2010, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do recebimento da parcela única de 2011.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 07.01.4011.3350410000 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.682 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.682 DE 13 DE ABRIL DE 2011

"AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL ÀS ENTIDADES DESCRITAS NO ARTIGO 1º DESTA LEI E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL autorizado a conceder Subvenção Social as seguintes Entidades estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC:

I - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL, R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais);

II - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO, R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais);

III - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS, R\$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta reais).

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repassados em 05 (cinco) parcelas nos meses: abril, junho, agosto, outubro e dezembro do exercício de 2011.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades

Estatutárias, exclusivamente em Despesas Correntes.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 6.184 de 10 de agosto de 2010, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas (notas fiscais, recibos, cópias de cheques e demais), bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas á partir do recebimento da primeira parcela de 2011.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 92.01.4012.335043.00 - Subvenções Sociais, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 13 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.683 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.683 DE 13 DE ABRIL DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) à FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 Centro Município de Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), sendo a primeira a 1ª e 2ª parcela no mês de abril de 2011, as demais parcelas nos meses subsequentes.

Parágrafo 2º Os recursos constantes deste Artigo deverão ser aplicados conforme plano de trabalho, do Projeto TECENDO CULTURA - ANO 2011.

Art.2º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva Prestação de Contas.

Art.3º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.4º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a Prestação de Contas.

Art.5º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.6º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade;
- f) Relação nominal de todos as crianças e adolescentes atendidos no Projeto;
- g) Relatório das atividades desenvolvidas no período.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público,

deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.7º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir da data de aprovação da presente Lei.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 93.01.08.243.0067.2122 - Manutenção e Coordenação das Atividades, 335043 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.684 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.684 DE 13 DE ABRIL DE 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 317.880,00 (trezentos e dezessete mil, oitocentos e oitenta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

- 91.00 - Fundo da Municipal de Saúde
- 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
- 2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
- 400000.00.124 - Despesas de Capital
- 440000.00.124 - Investimentos
- 449000.00.124 - Aplicações Diretas
- 449051.00.124 - Obras e Instalações R\$ 40.000,00
- 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 30.000,00
- 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
- 2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal
- 300000.00.124 - Despesas Correntes
- 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
- 339000.00.124 - Aplicações Diretas
- 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 22.000,00
- 91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica
- 2.028 - Realização de Diagnósticos dos Pacientes
- 300000.00.129 - Despesas Correntes
- 330000.00.129 - Outras Despesas Correntes
- 339000.00.129 - Aplicações Diretas
- 339039.00.129 - Material de Consumo R\$ 8.480,00
- 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia

300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339030.00.119 - Material de Consumo R\$ 15.000,00
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.000,00
 91.05 - Manutenção das Atividades de Assist. Hospitalar e Ambulatorial
 2.118 - Manutenção dos Atendimentos Básicos Hospitalares
 300000.00.119 - Despesas Correntes
 330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.119 - Aplicações Diretas
 339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 33.000,00
 91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
 2.029 - Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos
 300000.00.000 - Despesas Correntes
 330000.00.000 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.000 - Aplicações Diretas
 339032.00.127 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 53.100,00
 339032.00.130 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 91.700,00
 91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica
 2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades Vigilância Epidemiológica
 300000.00.132 - Despesas Correntes
 330000.00.132 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.132 - Aplicações Diretas
 339030.00.132 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 339039.00.132 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 12.600,00
TOTAL R\$ 317.880,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos PAB (cód 124) dos Recursos MAC/TFD (cód. 129), dos Recursos de Transferências do Município (cód. 119) dos Recursos da Farmácia Básica Federal (cód. 127) dos Recursos da Farmácia Básica Estadual (cód. 130) e dos Recursos da Vigilância Epidemiológica (cód. 132).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.685 de 13 de Abril de 2011

LEI Nº 3.685 DE 13 DE ABRIL DE 2011
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito

Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 28.675,00 (vinte e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

91.00 - Fundo da Municipal de Saúde
 91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
 2.119 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Vigilância em Saúde
 400000.00.126 - Despesas de Capital
 440000.00.126 - Investimentos
 449000.00.126 - Aplicações Diretas
 449052.00.126 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 28.675,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos da Vigilância Sanitária Municipal (cód 126).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de abril de 2011.
VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/04/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata de Registro de Preços Nº 6/2011 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2011
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2011 - Modalidade Pregão Presencial
 Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos onze dias do mês de março de 2011, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de lajota e meio fio em concreto, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA, em decorrência do resultado do processo licitatório nº 26/2011, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

PREÇO REGISTRADO

Item	Qtde (estimada)	Unid	Descrição	Valor Unitário (Registrado)	Valor Total
09	5000	M²	LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO 25 X 25 X 8	25,85	129.250,00
10	2000	M	MEIO FIO DE 80x27x10	11,90	23.800,00

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWRAZ

Pregoeira

FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA
Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 7/2011 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2011 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos onze dias do mês de março de 2011, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de tubos de concreto, cimento, cal, brita e prego, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA, em decorrência do resultado do processo licitatório nº 26/2011, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.
PREÇO REGISTRADO

Item	Qtde (estimada)	Unid	Descrição	Valor Unitário (Registrado)	Valor Total
01	400	M	TUBO DE CONCRETO BITOLA DE 30 CM	13,70	5.480,00
02	1000	M	TUBO DE CONCRETO BITOLA DE 40 CM	18,70	18.700,00
03	50	M	TUBO DE CONCRETO BITOLA DE 60 CM	35,80	1.790,00
04	30	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO BITOLA DE 80 CM,	94,00	2.820,00
05	50	M	TUBO DE CONCRETO ARMADO BITOLA DE 1,0 M	148,00	7.400,00
11	200	SC	CIMENTO 50 KG	19,50	3.900,00
12	50	SC	CAL 20 KG	6,80	340,00
13	100	M³	BRITA Nº 2	60,00	6.000,00
14	100	KG	Prego 26 x 72	12,50	1.250,00
15	100	Kg	Prego 26x84	12,50	1.250,00
16	20	Kg	Prego 17x37	17,50	350,00

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWRAZ
Pregoeira

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA
Representante legal

Ata de Registro de Preços Nº 8/2011 - PREF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2011 - Modalidade Pregão Presencial
Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos onze dias do mês de março de 2011, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para a eventual aquisição de lajota e meio fio em concreto, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MINERAÇÃO LB LTDA, em decorrência do resultado do processo licitatório nº 26/2011, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.
PREÇO REGISTRADO

Item	Qtde (estimada)	Unid	Descrição	Valor Unitário (Registrado)	Valor Total
06	500	M³	AREIA GROSSA SUJA	53,00	26.500,00
07	100	M³	AREIA MÉDIA LIMPA	54,00	5.400,00
08	50	M³	AREIA FINA LIMPA	53,00	2.650,00

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWRAZ
Pregoeira

MINERAÇÃO LB LTDA
Representante legal

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de P.P. N º 09/2011

EDITAL DE P.P. N º 09/2011
RETIFICAÇÃO DE ITEM

O ITEN 63 do edital de P.P. 09/2011 passará a ter o seguinte descritivo:

ITEM 63 - EQUIPO MICRO GOTAS PARA SORO, ESTÉRIL, PONTA PERFURANTE, TAMP A PROTETORA, PINÇA ROLETE PARA DOSAGEM DO VOLUME.

Campos Novos, 14 de abril de 2011
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ
Administradora

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Alteração do edital de Pregão Presencial n.º 22/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2011
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 45/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o item 21 do lote 01, do referido edital, excluindo da especificação do pneu constante no referido item a expressão "fabricação nacional". As demais condições do edital permanecem inalteradas. Informações (047) 3621 7705. Diante

disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 05/05/2011, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 14h05min. (abertura). O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e. e.

Edital de Pregão Presencial n.º FMS 10/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 20/2011
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 10/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, CNPJ 11.206.680/00014-10, sito à rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, fará realizar no dia 09 de maio de 2011, às 15h30min, a abertura das propostas para Contratação de empresa para a prestação de serviços com pessoal na área médica, como médico plantonista para atuarem no P.A. Pronto Atendimento Municipal. As informações serão fornecidas em horário de expediente, fone n.º (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e.e./Presidente do Fundo

Edital de Tomada de Preços n.º 14/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 59/2011
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 14/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09 de maio de 2011, às 09:15 horas, a abertura das propostas para Contratação de empresa seguradora e ou corretora de seguros, para emissão de apólices de seguro, destinadas a frota de veículos/caminhões desta municipalidade. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e.e.

Edital de Tomada de Preços n.º FMS 05/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 19/2011
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 05/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09 de maio de 2011, às 10:30 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa seguradora e ou corretora de seguros para emissão de apólices de seguro, destinadas a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e. e./Presidente do Fundo

Anulação do edital de Tomada de Preços n.º FMS 02/2011

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 08/2011.

TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 02/2011 AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Processo Licitatório n.º FMS 08/2011, na Modalidade Tomada de Preços n.º FMS 02/2011, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, Canoinhas/SC, de Segunda a Sexta-feira, no período das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito e.e.

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato 0024/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0024/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0006/2011
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL
CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME
OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades do Programa PAIF, desenvolvido dentro do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS, para o ano de 2011, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.
VALOR R\$: 12.480,55
VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Contrato 0025/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0025/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0006/2011
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL
CONTRATADA: DOLMORA & MASSON LTDA ME
OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades do Programa PAIF, desenvolvido dentro do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS, para o ano de 2011, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.
VALOR R\$: 1.671,19
VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Contrato 0026/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO 0026/2011 - FMASC
Pregão Eletrônico 0006/2011
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL
CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades do Programa PAIF, desenvolvido dentro do Centro de Referencia de Assistência Social - CRAS, para o ano de 2011, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.
VALOR R\$: 936,60

VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Contrato 0027/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0027/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0006/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: AP OESTE DIST.ALIMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades do Programa PAIF, desenvolvido dentro do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, para o ano de 2011, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

VALOR R\$: 936,10

VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Contrato 0048/2011 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0048/2011 - FMSC

Pregão Eletrônico 0016/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição de Material Ambulatorial, de Consumo e Permanente, para uso da Secretaria da Saúde, durante o ano de 201, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 37.406,30

VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Contrato 0049/2011 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0049/2011 - FMSC

Pregão Eletrônico 0016/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.

OBJETO: Aquisição de Material Ambulatorial, de Consumo e Permanente, para uso da Secretaria da Saúde, durante o ano de 201, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 5.166,40

VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Contrato 0050/2011 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0050/2011 - FMSC

Pregão Eletrônico 0016/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Aquisição de Material Ambulatorial, de Consumo e Permanente, para uso da Secretaria da Saúde, durante o ano de 201, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 7.007,89

VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Contrato 0051/2011 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0051/2011 - FMSC

Pregão Eletrônico 0016/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: ASLI COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Material Ambulatorial, de Consumo e Permanente, para uso da Secretaria da Saúde, durante o ano de 201, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 1.484,70

VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Contrato 0052/2011 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0052/2011 - FMSC

Pregão Eletrônico 0016/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: L A DALLA PORTA JUNIOR

OBJETO: Aquisição de Material Ambulatorial, de Consumo e Permanente, para uso da Secretaria da Saúde, durante o ano de 201, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 13.509,98

VIGÊNCIA: 14/04/2011 A 31/12/2011

Balancete FMMA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	0,00	DESPESA ORCAMENTARIA	1.800,00
		GESTÃO AMBIENTAL	1.800,00
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
> DESPESA EMPENHADA	1.800,00	> DESPESA PAGA	1.800,00
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	1.800,00	CREDITO LIQUIDADO	1.800,00
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	1.800,00
> SALDOS ANTERIORES	3.061,00	> SALDOS ATUAIS	1.261,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.061,00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.261,00
> TOTAL	4.861,00	> TOTAL	4.861,00

GESTOR
FRANCISCO DIRCEU ARAUJO

CONTADOR CC-SC 016634/0-0
BENJAMIN A. BORSOI

Balancete CIALAR

CPL Informática.

Pág. 001

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR - CIALAR

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	14.133,96	DESPESA ORÇAMENTARIA	14.903,19
Receitas Correntes	13.894,56	ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.903,19
Transferencias Correntes	13.894,56		
Receitas de Capital	239,40		
Transferencias de Capital	239,40		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.332,17	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.327,89
PREVIDENCIA SOCIAL	942,63	PREVIDENCIA SOCIAL	942,63
INSS	942,63	INSS	942,63
INSS-Retenção sobre Folha de Pagamento	942,63	INSS-Retenção sobre Folha de Pagamento	942,63
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	4,28	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	385,26
IRRF/GDF	4,28	SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	385,26
IRRF-Imposto Renda Retido na Fonte de R	4,28	Sitespm-Sindicato dos Servidores Munici	385,26
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	385,26		
SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	385,26		
Sitespm-Sindicato dos Servidores Munici	385,26		
> DESPESA EMPENHADA	14.903,19	> DESPESA PAGA	14.114,46
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	14.903,19	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	14.114,46
> SALDOS ANTERIORES	0,00	> SALDOS ATUAIS	23,78
		BANCO DO BRASIL	23,78
> TOTAL	30.369,32	> TOTAL	30.369,32

PRESIDENTE
LEONIR BOARETTO

CONTADOR-CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Balancete FMAS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	40.496,16	DESPESA ORCAMENTARIA	50.278,87
Receitas Correntes	40.496,16	ASSISTÊNCIA SOCIAL	50.278,87
Receita Patrimonial	2.116,48		
Transferencias Correntes	38.379,68		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	41.856,78	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.856,78
CONVENIOS A PAGAR	1.856,78	CONVENIOS A PAGAR	1.856,78
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	1.856,78	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	1.856,78
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	40.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	50.278,87	> DESPESA PAGA	50.278,87
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	50.278,87	CREDITO LIQUIDADO	50.278,87
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	50.278,87
> SALDOS ANTERIORES	314.194,61	> SALDOS ATUAIS	344.411,90
BANCO DO BRASIL	314.194,61	BANCO DO BRASIL	344.411,90
> TOTAL	446.826,42	> TOTAL	446.826,42

Gestora

EDSON ANTONIO CASSIANO

Contador CRCSC-016.634/0-0

BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Balancete FMCA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	451,32	DESPESA ORÇAMENTARIA	1.397,49
Receitas Correntes	451,32	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.397,49
Receita Patrimonial	451,32		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.166,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	3.166,00		
> DESPESA EMPENHADA	1.397,49	> DESPESA PAGA	1.397,49
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	1.397,49	CREDITO LIQUIDADO	1.397,49
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	1.397,49
> SALDOS ANTERIORES	64.850,68	> SALDOS ATUAIS	67.070,51
BANCO DO BRASIL	64.850,68	BANCO DO BRASIL	67.070,51
> TOTAL	69.865,49	> TOTAL	69.865,49

Presidente
EDSON ANTONIO CASSIANO

Contador CRC/SC-16.634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Balancete FME

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	76,64	DESPESA ORÇAMENTARIA	33.070,15
Receitas Correntes	76,64	DESPORTO E LAZER	33.070,15
Receita Tributaria	76,64		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	27.746,70	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.746,70
PREVIDENCIA SOCIAL	719,25	PREVIDENCIA SOCIAL	719,25
INSS	719,25	INSS	719,25
INSS - Retenção sobre a Folha de Pagame	719,25	INSS - Retenção sobre a Folha de Pagame	719,25
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.027,45	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.027,45
INSS	1.635,04	INSS	1.635,04
FGTS	392,41	FGTS	392,41
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	25.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	33.070,15	> DESPESA PAGA	31.015,39
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	33.070,15	CREDITO LIQUIDADO	31.015,39
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	31.015,39
> SALDOS ANTERIORES	20.739,78	> SALDOS ATUAIS	14.801,03
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	20.739,78	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	14.801,03
> TOTAL	81.633,27	> TOTAL	81.633,27

SUPERINTENDENTE- FME
ANTONIO MOACIR BECHER

CONTADOR-CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIN ARCANGELO BORSOI

Balancete FMH

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	0,00	DESPESA ORCAMENTARIA	18.980,41
		HABITAÇÃO	18.980,41
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	29.143,72	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	24.000,00
RESTOS A PAGAR	12.000,00	RESTOS A PAGAR	24.000,00
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	12.000,00	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	12.000,00
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	17.143,72	Não Processadas a Liquidar 2010	12.000,00
		NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	12.000,00
> DESPESA EMPENHADA	18.980,41	> DESPESA PAGA	18.980,41
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	18.980,41	CREDITO LIQUIDADO	18.980,41
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	18.980,41
> SALDOS ANTERIORES	21.419,78	> SALDOS ATUAIS	7.583,09
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	21.419,78	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.583,09
> TOTAL	69.543,91	> TOTAL	69.543,91

GESTOR
VOLMAR BETIOLO

CONTADOR CC -SC 016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Balancete FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	150.858,66	DESPESA ORCAMENTARIA	474.077,74
Receitas Correntes	150.858,66	SAÚDE	474.077,74
Receita Tributaria	7.474,38		
Receita Patrimonial	3.691,86		
Transferencias Correntes	139.692,42		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	388.350,09	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	52.969,27
PREVIDENCIA SOCIAL	10.351,52	PREVIDENCIA SOCIAL	10.351,52
INSS	10.351,52	INSS	10.351,52
INSS - Retenção Sobre a Folha de Pagame	10.112,24	INSS - Retenção Sobre a Folha de Pagame	10.112,24
INSS - Retenção 11% Terceiros Pessoa Ju	239,28	INSS - Retenção 11% Terceiros Pessoa Ju	239,28
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	408,75	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	408,75
Retenção em Folha Pensão Alimentícia Se	408,75	Retenção em Folha Pensão Alimentícia Se	408,75
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.315,82	PLANOS DE SEGUROS CNPJ, CPF, UG, IG OU 9	236,50
ISS	1.315,82	BESC SA Santa Catarina Seguros - Seguro	236,50
ISS RF - Imposto Sobre Serviços Retido	1.315,82	EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	5.239,17
PLANOS DE SEGUROS CNPJ, CPF, UG, IG OU 9	236,50	BESC SA Empréstimo Servidores Municipai	620,23
BESC SA Santa Catarina Seguros - Seguro	236,50	CAIXA E.F.Empréstimo Servidores Municip	4.618,94
EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	5.239,17	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	4.550,84
BESC SA Empréstimo Servidores Municipai	620,23	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	780,60
CAIXA E.F.Empréstimo Servidores Municip	4.618,94	ASMUCA Associação dos Servidores Munic	780,60
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	4.615,84	SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	3.770,24
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	780,60	Sitespm Sindicato dos Servidores Munic	3.770,24
ASMUCA Associação dos Servidores Munic	780,60	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	32.182,49
SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	3.770,24	INSS	26.589,45
Sitespm Sindicato dos Servidores Munic	3.770,24	FGTS	5.593,04
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	65,00		
Restituições Diversas-Reten.em Folha,Fa	65,00		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	32.182,49		
INSS	26.589,45		
FGTS	5.593,04		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	334.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	474.077,74	> DESPESA PAGA	478.365,87
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	474.077,74	CREDITO LIQUIDADO	478.365,87
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	478.365,87
> SALDOS ANTERIORES	589.108,47	> SALDOS ATUAIS	596.982,08
BANCO DO BRASIL	509.914,03	BANCO DO BRASIL	589.593,37
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	79.194,44	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.388,71
> TOTAL	1.602.394,96	> TOTAL	1.602.394,96

GESTOR

KAMILLE SARTORI BEAL

Contador CRC-SC-016634/0-0

BENJAMIM ARCANGELO BORSOI



Balancete FUNREBOM

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	33.364,34	DESPESA ORCAMENTARIA	17.063,59
Receitas Correntes	33.364,34	SEGURANÇA PÚBLICA	17.063,59
Receita Patrimonial	1.161,08		
Receita de Servicos	11.327,31		
Outras Receitas Correntes	20.875,95		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	72,39	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	72,39
CONSIGNACOES	72,39	CONSIGNACOES	72,39
PREVIDENCIA SOCIAL	72,39	PREVIDENCIA SOCIAL	72,39
INSS	72,39	INSS	72,39
INSS Retenção 11% Sobre Serviços de Te	72,39	INSS Retenção 11% Sobre Serviços de Te	72,39
> DESPESA EMPENHADA	17.063,59	> DESPESA PAGA	17.063,59
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	17.063,59	CREDITO LIQUIDADO	17.063,59
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	17.063,59
> SALDOS ANTERIORES	157.405,30	> SALDOS ATUAIS	173.706,05
OUTRAS CONTAS	157.405,30	OUTRAS CONTAS	173.706,05
> TOTAL	207.905,62	> TOTAL	207.905,62

PRESIDENTE-FUNREBOM
SERGIO HELT

CONTADOR CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIN ARCANGELO BORSOI

BALANCETE PM

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	2.650.848,44	DESPESA ORÇAMENTARIA	1.949.359,43
Receitas Correntes	2.650.848,44	ADMINISTRAÇÃO	381.155,40
Receita Tributaria	151.576,25	SEGURANÇA PÚBLICA	4.799,65
Receita de Contribuicoes	52.910,14	ASSISTÊNCIA SOCIAL	17.018,82
Receita Patrimonial	23.018,31	SAÚDE	18.376,89
Receita Agropecuaria	2.460,45	EDUCAÇÃO	738.263,45
Receita de Servicos	46.679,40	CULTURA	20.989,48
Transferencias Correntes	2.307.567,38	URBANISMO	416.294,42
Outras Receitas Correntes	66.636,51	SANEAMENTO	33,00
		AGRICULTURA	53.796,04
		INDÚSTRIA	3.657,00
		COMÉRCIO E SERVIÇOS	54.591,25
		COMUNICAÇÕES	2.372,22
		TRANSPORTE	161.009,17
		DESPORTO E LAZER	3.343,28
		ENCARGOS ESPECIAIS	73.659,36
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	435.907,36	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.053.486,77
PREVIDENCIA SOCIAL	75.192,18	PREVIDENCIA SOCIAL	75.192,18
INSS	75.192,18	INSS	75.192,18
INSS Retenção Sobre Folha de Pagamento	63.024,47	INSS Retenção Sobre Folha de Pagamento	63.024,47
INSS-Retenção 11% Terceiros Pessoa Juríd	8.459,54	INSS-Retenção 11% Terceiros Pessoa Juríd	8.459,54
INSS-Retenção 11% Terceiros Autonomos	557,45	INSS-Retenção 11% Terceiros Autonomos	557,45
INSS-Retenção 11% Serviços Coleta de Li	3.150,72	INSS-Retenção 11% Serviços Coleta de Li	3.150,72
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	1.494,83	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	1.494,83
Retenção em Folha Pensão Alimenticia Se	1.494,83	Retenção em Folha Pensão Alimenticia Se	1.494,83
PLANOS DE SEGUROS CNPJ, CPF, UG, IG OU 9	1.295,25	PLANOS DE SEGUROS CNPJ, CPF, UG, IG OU 9	1.295,25
BESC- Santa Catarina Seguros- Seguros S	1.295,25	BESC- Santa Catarina Seguros- Seguros S	1.295,25
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	43.747,85	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	43.982,06
BESC S/A Empréstimos Servidores Municip	2.973,06	BESC S/A Empréstimos Servidores Municip	2.973,06
CAIXA E. Federal Empréstimos Serv. Muni	37.783,35	CAIXA E. Federal Empréstimos Serv. Muni	37.783,35
Banco Do Brasil Empréstimos Serv. Munic	573,34	Banco Do Brasil Empréstimos Serv. Munic	573,34
Banco Santander Empréstimos Serv. Munic	2.418,10	Banco Santander Empréstimos Serv. Munic	2.652,31
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	26.659,48	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	26.160,48
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	3.945,36	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	3.945,36
ASMUCA-Assoc. dos Serv. Municipais	3.945,36	ASMUCA-Assoc. dos Serv. Municipais	3.945,36
SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	22.215,12	SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	22.215,12
SITESPM- Sindicato dos Servidores Munic	22.215,12	SITESPM- Sindicato dos Servidores Munic	22.215,12
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	499,00	DEPOSITOS E CAUCOES CNPJ, CPF, UG, IG OU	130,00
Restituições Diversas-Retenção em Folha	109,00	Acordo judicial retenção em folha de se	130,00
DDO-Receitas de retenção concursos publ	390,00	CONVENIOS A PAGAR	18.699,17
DEPOSITOS E CAUCOES CNPJ, CPF, UG, IG OU	130,00	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	18.699,17
Acordo judicial retenção em folha de se	130,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	169.954,12
CONVENIOS A PAGAR	18.699,17	INSS	156.518,79
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	18.699,17	FGTS	13.435,33
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	169.954,12	RESTOS A PAGAR	197.468,96
INSS	156.518,79	NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	98.734,48
FGTS	13.435,33	Não Processadas a Liquidar 2010	98.734,48
RESTOS A PAGAR	98.734,48	NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	98.734,48
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	98.734,48	REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	519.109,72
		Repasse Camara Municipal De Vereadores	99.800,00
		Repasse Fundo Municipal De Saude	334.000,00
		Repasse Fundo Municipal Assistencia Soc	40.000,00
		Repasse Fundo Municipal da Criança e Ad	3.166,00
		Repasse Fundação Municipal de Esporte	25.000,00

CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
		Repasse Fundo Municipal de Habitação	17.143,72
> DESPESA EMPENHADA	1.949.359,43	> DESPESA PAGA	1.892.297,81
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	1.949.359,43	CREDITO LIQUIDADO	1.892.297,81
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	1.892.297,81
> SALDOS ANTERIORES	3.806.836,48	> SALDOS ATUAIS	3.947.807,70
BANCO DO BRASIL	1.569.392,66	BANCO DO BRASIL	1.241.541,18
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.237.443,82	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.706.266,52
> TOTAL	8.842.951,71	> TOTAL	8.842.951,71

Prefeito Municipal
SERGIO HELT

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Catanduvas

PREFEITURA MUNICIPAL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº 0028/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0028/2011

Pregão nº 0043/2010 (Processo Licitatório nº 0121/2011).

Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Contratado (a): ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO à necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro como previsto na "Cláusula IV" do contrato, por solicitação da empresa contratada e após a emissão de parecer favorável a solicitação emitido pela Assessoria Jurídica da contratante, reajusta o valor do litro da gasolina conforme segue:

PRIMEIRA - O preço unitário da cláusula 1.1 relativo a gasolina comum passam a ser de R\$ 2.5776.

SEGUNDA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas para 2011, através da seguinte classificação:

03 Administração geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

04 Educação Cultura e Turismo

04.0401.12.361.0018.2017 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

25 Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas

25.2501.10.301.0025.2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

25.2501.10.301.0025.2091.33000000 Outras despesas correntes

TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 16 de março de 2011.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0006/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0006/2011

Pregão nº 0043/2010 (Processo Licitatório nº 0121/2011).

Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO à necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro como previsto na "Cláusula IV" do contrato, por

solicitação da empresa contratada e após a emissão de parecer favorável a solicitação emitido pela Assessoria Jurídica da contratante, reajusta o valor do litro da gasolina conforme segue:

PRIMEIRA - O preço unitário da cláusula 1.1 relativo a gasolina comum passam a ser de R\$ 2.5776.

SEGUNDA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas para 2011, através da seguinte classificação:

03 Administração geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

04 Educação Cultura e Turismo

04.0401.12.361.0018.2017 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

25 Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas

25.2501.10.301.0025.2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

25.2501.10.301.0025.2091.33000000 Outras despesas correntes

TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 16 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0007/2011

Pregão nº 0043/2010 (Processo Licitatório nº 0121/2011).

Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO à necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro como previsto na "Cláusula IV" do contrato, por solicitação da empresa contratada e após a emissão de parecer favorável a solicitação emitido pela Assessoria Jurídica da contratante, reajusta o valor do litro da gasolina conforme segue:

PRIMEIRA - O preço unitário da cláusula 1.1 relativo a gasolina comum passam a ser de R\$ 2.5776.

SEGUNDA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas para 2011, através da seguinte classificação:

03 Administração geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

04 Educação Cultura e Turismo

04.0401.12.361.0018.2017 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

25 Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas

25.2501.10.301.0025.2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

25.2501.10.301.0025.2091.33000000 Outras despesas correntes

TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do

contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 16 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0008/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0008/2011

Pregão nº 0043/2010 (Processo Licitatório nº 0121/2011).

Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO à necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro como previsto na "Cláusula IV" do contrato, por solicitação da empresa contratada e após a emissão de parecer favorável a solicitação emitido pela Assessoria Jurídica da contratante, reajusta o valor do litro da gasolina conforme segue:

PRIMEIRA - O preço unitário da cláusula 1.1 relativo a gasolina comum passam a ser de R\$ 2.5776.

SEGUNDA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas para 2011, através da seguinte classificação:

03 Administração geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

04 Educação Cultura e Turismo

04.0401.12.361.0018.2017 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

25 Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas

25.2501.10.301.0025.2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

25.2501.10.301.0025.2091.33000000 Outras despesas correntes

TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 16 de março de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº 0028/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0028/2011

Pregão nº 0043/2010 (Processo Licitatório nº 0121/2011).

Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

Contratado (a): ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE

TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO à necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro como previsto na "Cláusula IV" do contrato, por solicitação da empresa contratada e após a emissão de parecer favorável a solicitação emitido pela Assessoria Jurídica da contratante, reajusta o valor do litro da gasolina conforme segue:

PRIMEIRA - O preço unitário da cláusula 1.1 relativo a gasolina comum passam a ser de R\$ 2.6940.

SEGUNDA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas para 2011, através da seguinte classificação:

03 Administração geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

04 Educação Cultura e Turismo

04.0401.12.361.0018.2017 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

25 Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas

25.2501.10.301.0025.2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

25.2501.10.301.0025.2091.33000000 Outras despesas correntes

TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 1º de abril de 2011.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 0006/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0006/2011

Pregão nº 0043/2010 (Processo Licitatório nº 0121/2011).

Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO à necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro como previsto na "Cláusula IV" do contrato, por solicitação da empresa contratada e após a emissão de parecer favorável a solicitação emitido pela Assessoria Jurídica da contratante, reajusta o valor do litro da gasolina conforme segue:

PRIMEIRA - O preço unitário da cláusula 1.1 relativo a gasolina comum passam a ser de R\$ 2.6940.

SEGUNDA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvas para 2011, através da seguinte classificação:

03 Administração geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

04 Educação Cultura e Turismo

04.0401.12.361.0018.2017 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

25 Fundo Municipal de Saúde de Catanduvas

25.2501.10.301.0025.2091 Manutenção da Secretaria de Saúde
25.2501.10.301.0025.2091.33000000 Outras despesas correntes
TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 1º de abril de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 0007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0007/2011

Pregão nº 0043/2010 (Processo Licitatório nº 0121/2011).

Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO à necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro como previsto na "Cláusula IV" do contrato, por solicitação da empresa contratada e após a emissão de parecer favorável a solicitação emitido pela Assessoria Jurídica da contratante, reajusta o valor do litro da gasolina conforme segue:

PRIMEIRA - O preço unitário da cláusula 1.1 relativo a gasolina comum passam a ser de R\$ 2.6940.

SEGUNDA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvás para 2011, através da seguinte classificação:

03 Administração geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

04 Educação Cultura e Turismo

04.0401.12.361.0018.2017 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

25 Fundo Municipal de Saúde de Catanduvás

25.2501.10.301.0025.2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

25.2501.10.301.0025.2091.33000000 Outras despesas correntes

TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 1º de abril de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 0008/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0008/2011

Pregão nº 0043/2010 (Processo Licitatório nº 0121/2011).

Objeto: Aquisição de combustíveis e lubrificantes para as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura; Saúde e Desenvolvimento Social.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ASSOTRAN ASSOCIAÇÃO CATANDUVENSE DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO à necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro como previsto na "Cláusula IV" do contrato, por solicitação da empresa contratada e após a emissão de parecer favorável a solicitação emitido pela Assessoria Jurídica da contratante, reajusta o valor do litro da gasolina conforme segue:

PRIMEIRA - O preço unitário da cláusula 1.1 relativo a gasolina comum passam a ser de R\$ 2.6940.

SEGUNDA - As despesas decorrentes deste acréscimo de valores no contrato ficam a cargo de dotações específicas do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvás para 2011, através da seguinte classificação:

03 Administração geral

03.0301 Secretaria Municipal de Administração, Gestão e Planejamento

04 Educação Cultura e Turismo

04.0401.12.361.0018.2017 Manutenção do ensino fundamental FUNDEB

06 Secretaria Municipal de Infraestrutura

06.0602 Divisão dos transportes

06.0602.26.782.0039.2051.33000000 Outras despesas correntes

25 Fundo Municipal de Saúde de Catanduvás

25.2501.10.301.0025.2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

25.2501.10.301.0025.2091.33000000 Outras despesas correntes

TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 1º de abril de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 231/2011 de 18.04.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 231/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear ELIANA MARQUEZ, para ocupar o cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Nível DAS-2, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir de 19.04.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadão do Lageado, 18 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Edital de Homologação do Resultado Final - Edital Nº 04/2011/SMECE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 04/2011/SMECE

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 006/99 de 23.12.99 e a Lei nº 0085 de 30.06.99, RESOLVE, tornar público:

I - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo, referente ao Edital do Processo Seletivo Nº 04/2011/SMECE, para admissão de professores em caráter temporário - ACT, nas áreas de Dança e Informática, para o ano letivo de 2011:

ÁREA: DANÇA						
Nº INSC.	NOME	PROVA ESCRITA	PROVA TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
04	Djalma Schäfer	4,5	1,8	0,6	36,6	1º
05	Janaina Schäfer	4,0	1,8	0,1	31,6	2º

ÁREA: INFORMÁTICA						
Nº INSC.	NOME	PROVA ESCRITA	PROVA TÍTULOS	TEMPO SERVIÇO	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
01	Daniela Kraus	7,5	2,1	0,3	54,6	1º
03	Débora Schmidt	7,0	2,1	0,3	51,6	2º
02	Jéssica Schmidt	7,0	2,1	0,1	50,8	3º

II - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado/SC, 18 de abril de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução 001, de 10 de março de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

habitacao@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 001, de 10 de março de 2011

Dispõe sobre os critérios de seleção das famílias a serem beneficiadas com o Programa Habitacional - Minha Casa Minha Vida.

O Plenário do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 10 de março de 2011 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 3.989 de setembro de 2008, a Política Nacional de Habitação de Interesse Social - PNHS e a Portaria nº 140, de 5 de abril de 2010 do Ministério das Cidades, RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer critérios de elegibilidade e seleção das famílias a serem beneficiadas com as Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, que estão sendo construídas no Loteamento Frei Lency e Nova Brasília.

Art. 2º - Conforme Portaria nº 140, de 05 de abril de 2010, foram

estabelecidos como Critérios Nacionais:

- I - Famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres;
- II - Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar.

Art. 3º - Em reunião plenária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social realizada no dia 10 de março de 2011, foram deliberados como Critérios Locais:

- I - Famílias com maior número de filhos;
- II - Famílias com menor renda, cadastradas nos programas sociais;
- III - Família que residem em Áreas de Preservação Permanente - APP.

Parágrafo Único - os critérios locais não estão relacionados por ordem de prioridade.

Art. 4º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 10 de março de 2011.

MAURO KICHEL

Presidente CMHS

Resolução 002, de 14 de abril de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

habitacao@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO 002, de 14 de abril de 2011

Dispõe sobre a formação de comissão para proceder à escolha dos membros da sociedade civil para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHS.

O Plenário do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 14 de abril de 2011 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 3.989 de setembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1º - Eleger uma comissão para viabilizar a eleição e escolha dos novos membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, representantes da sociedade civil, composta pelo presidente do CMHS, MAURO KICHEL, os conselheiros governamentais: MARGARETE POLETTI DALLA COSTA, IGOMAR NESPOLLO e JOSÉ ANTÔNIO SARETTA e o Conselheiro não governamental JÂNIO DE OLIVEIRA.

Art. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 14 de abril de 2011.

MAURO KICHEL

Presidente CMHS

Resolução Nº 010, de 14 de Abril de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 14 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre aprovação da prestação de contas do Convênio nº 15782/2009-1, parcela 2010, entre Prefeitura de Concórdia e Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia realizada no dia 14 de abril de 2011 no uso de suas atribuições com vistas a garantir a consolidação da Política de

Assistência Social, conforme resolução da Comissão Intergestora Bipartite - CIB nº 003 de 15 de junho de 2009 e Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS nº 006/09, de 23 de junho de 2009, Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, Art. 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, Norma Operacional Básica - NOB/2005, legislação que rege o Convênio de co-financiamento de recursos estaduais para o desenvolvimento de Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade RESOLVE:

Art. 1º- Deliberar e aprovar de forma contábil a prestação de contas da quarta e última parcela - custeio no valor de R\$ 11.733,34 (onze mil, setecentos e trinta três reais e trinta quatro centavos), recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social, do Convênio nº 15782/2009-1/2010, que celebram entre si a Prefeitura de Concórdia e Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, apresentada pelo Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia, sendo a contra Partida do município no Valor de R\$ 5.037,68 (cinco mil, trinta sete reais e sessenta oito centavos) e os rendimentos de aplicação financeira num valor de R\$ 270,97 (duzentos e setenta reais e noventa sete centavos).

§ 1º. A prestação de conta aprovada pelo conselho é referente ao atendimento integral institucional do Abrigo Provisório Anjo Gabriel, Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO
Presidente do CMAS, em exercício

Resolução Nº 011/2011 de 14 de abril de 2011

RESOLUÇÃO nº 011/2011 de 14 de abril de 2011.

Dispõe sobre a formação de comissão para a realização da VI Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Concórdia/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 14 de abril de 2011, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 2º, parágrafo XVIII, da Lei Municipal nº 2.940, de 09 de Setembro de 1996 e em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º. Criar Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Assistência Social, composta pelo Presidente do CMAS, Conselheira TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA, pelo Vice-Presidente do CMAS ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO; pelos Conselheiros representantes Governamentais: NEUSA PRESOTTO COLOMBO, SOELI FÁTIMA DOS SANTOS, FLÁVIA TIBOLLA e pelos Conselheiros representante da Sociedade Civil e usuários: IVONE DAHMER e DIRCE TEREZINHA RAMOS.

Art. 2º. Para a operacionalização da VI Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, representada pelo Secretário e Gestor MAURO KICHEL, a Diretora de Ação Social NEUSA APARECIDA DHAMER e as Assistentes Sociais: ELIANE AMPESI e CRISTIANE FERNANDA WERLANG.

Art. 3º. A comissão será coordenada pelo Presidente e pela Vice-Presidente do CMAS, e terá como competência:

- I. preparar, orientar e acompanhar a operacionalização da VI Conferência Municipal de Assistência Social;
- II. promover a integração com os setores da Secretaria Municipal

de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;

- III. manter o CMAS informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da VI Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO
Presidente do CMAS, em exercício

Resolução Nº 012/2011 de 14 de abril de 2011

RESOLUÇÃO nº 012/2011 de 14 de abril de 2011.

Dispõe sobre a formação de comissão para o reordenamento e normatização acerca do processo de inscrição da rede socioassistencial não governamental no Conselho.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 14 de abril de 2011, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, a Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social e o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º. Criar Comissão para o reordenamento e normatização acerca do processo de inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. A comissão ficou assim composta: pelo Presidente do CMAS, Conselheira TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA, os conselheiros não governamentais ISABEL CRISTINA GUEDES PICCOLI, LEONEL ARCANJEL CORDERO RODRIGUEZ, MARIA HELENA NICOLLI e os conselheiros governamentais: NEUSA PRESOTTO COLOMBO e MARTA DAHMER SARTORI.

Art. 3º. A comissão será coordenada pelo Presidente e terá como competência:

- I. elaborar a resolução que irá definir parâmetros municipais para inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no conselho;
- II. convocar as entidades para capacitação e repasse de informações sobre o novo procedimento de inscrição junto ao conselho;
- III. manter o CMAS informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização das inscrições;

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO
Presidente do CMAS, em exercício

Resolução Nº 013/2011 de 14 de abril de 2011

RESOLUÇÃO nº 013/2011 de 14 de abril de 2011.

Dispõe sobre a aprovação do Balanço Geral do Exercício de 2010, do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 14 de abril de 2011, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.940, de 09 de Setembro de 1996, com suas alterações e a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência

Social - LOAS.

RESOLVE:

Art. 1o. Deliberar e aprovar de forma contábil a Balanço Geral do Exercício de 2010, do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO

Presidente do CMAS, em exercício

Resolução Nº 014/2011 de 14 de abril de 2011

RESOLUÇÃO nº 014/2011 de 14 de abril de 2011.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente aos meses de fevereiro e março de 2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 14 de abril de 2011, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.940, de 09 de Setembro de 1996, com suas alterações e a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

RESOLVE:

Art. 1o. Deliberar e aprovar de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente aos meses de fevereiro e março de 2011.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO

Presidente do CMAS, em exercício

Aviso Edital de Tomada de Preços Nº 5/2011 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos) de revestimento acústico, no Centros de Eventos Concórdia, localizado no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16:00h do dia 10/05/2011.

Abertura: dia 11/05/2011, às 08:30h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 18 de abril de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 10

PORTARIA Nº 10, DE 14 DE ABRIL DE 2011.

Concede férias regulamentares a servidora GRAZIELA MÜLLER.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder férias regulamentares a servidora GRAZIELA MÜLLER - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, de 2 a 31 de maio de 2011, referente ao Período Aquisitivo de 3 de maio de 2010 a 2 de maio de 2011.

Concórdia, 14 de abril de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 183/2011

PORTARIA Nº 183 DE 15 DE ABRIL DE 2011

"ESTABELECE JORNADA DE TRABALHO A SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada jornada de trabalho da Servidora, Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, ocupante do cargo de Fonoaudióloga - 12 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Parágrafo Único - A jornada de trabalho será nas Segundas Feiras das 13h30min às 17h30min, e nas Quartas Feiras das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 165 de 07 de abril de 2011.

Art. 4º - Registra-se. Publica-se. Comunica-se. Cumpre-se.

Cordilheira Alta SC, 15 de abril de 2011.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria 184/2011

PORTARIA Nº 184 DE 15 DE ABRIL DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da LOA.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao Servidor, Sr. ANDRE LUIZ NASSINGER, ocupante do

cargo de Operador de Máquinas, lotada na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 15 de abril de 2011.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria 185/2011

PORTARIA Nº 185 DE 15 DE ABRIL DE 2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde a Servidora, Sra. GELCI FILIPPIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, sendo nos dias 14 e 15/04/2011, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 15 de abril de 2011.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Republica Portaria 171/2011

PORTARIA Nº 171 DE 12 DE ABRIL DE 2011

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DA FILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Arts. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidos 09 (nove) dias de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde da filha, a Servidora, Sra. VALESKA B. ZANARDI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 12 de abril de 2011.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 064

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 064

MÊS/ANO: ABRIL/2011 NÚMERO CONTRATO: 064/2011

VALOR: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/04/2011 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa jornalística para publicação de atos oficiais, bem como demais informações de interesse da administração municipal no atual exercício.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 10.556.064/0001-27

CONTRATADA: JORNAL DESTAQUE REGIONAL LTDA.

DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2011.

ANEXO TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 065

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 065

MÊS/ANO: ABRIL/2011 NÚMERO CONTRATO: 065/2011

VALOR: R\$ 13.378,00 (treze mil trezentos e setenta e oito reais).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/04/2011 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento compreende a contratação de empresa para efetuar: serviços mecânicos na parte de bomba do hidráulico, na parte de freio, direção e serviços de funilaria e pintura e venda de peças para veículo FORD F-1000, placas ABH 5696, de acordo com os itens descritos em anexo IV do Edital CV PM n. 008/2011.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 78.978.103/0001-18

CONTRATADA: LORENZETTI & CIA LTDA - ME.

DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato até a execução do objeto contratado, limitando-se há 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo havendo necessidade e justificado expressamente

ANEXO TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 066

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 066

MÊS/ANO: ABRIL/2011 NÚMERO CONTRATO: 066/2011

VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/04/2011 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos informatizados das secretarias e Fundos municipais, conforme segue:

- Serviços de manutenção preventiva e corretiva, em equipamentos informatizados, compreendendo microcomputadores, monitores, impressoras e redes de internet da Secretaria Municipal de

Administração.

Serviços de manutenção preventiva e corretiva, em equipamentos informatizados, compreendendo microcomputadores, monitores, impressoras e redes de internet da Secretaria Municipal de Saúde.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 06.087.265/0001-55
CONTRATADA: MENEGATTI E BERTONCELLO LTDA ME.
DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2011

ANEXO TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 067

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 067

MÊS/ANO: ABRIL/2011 NÚMERO CONTRATO: 067/2011
VALOR: R\$ R\$ 25.740,00 (vinte e cinco mil setecentos e quarenta reais) sendo R\$ 2.860,00 (dois mil oitocentos e sessenta reais) mensais
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/04/2011 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em equipamentos informatizados das secretarias e Fundos municipais, conforme segue:

- Serviços de manutenção preventiva e corretiva, em equipamentos informatizados, compreendendo microcomputadores, monitores e impressoras da Secretaria Municipal de Transportes e Obras;
- Serviços de manutenção preventiva e corretiva, em equipamentos informatizados, compreendendo microcomputadores, monitores e impressoras da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Serviços de manutenção preventiva e corretiva, em equipamentos informatizados, compreendendo microcomputadores, monitores e impressoras, da Secretaria Municipal de Educação;

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 01.385.329/0001-80
CONTRATADA: COMPUMAQ ASSIST. TÉCNICA LTDA - ME.
DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 31/12/2011

ANEXO TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 068

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 068

MÊS/ANO: ABRIL/2011 NÚMERO CONTRATO: 068/2011
VALOR: R\$ 31.212,38 (trinta e um mil duzentos e doze reais e trinta e oito centavos)
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/04/2011 .

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento compreende a contratação de empresa para efetuar: Desmontagem, verificação das peças avariadas e fazer motor, revisar comando, trocar reparo pistão hidráulico tirar vazamento redutor lateral direito, virar esteira direita, serviço de guindaste, soldar lamina, recuperar braços da lamina e flange, do trator de esteiras FD9, e venda de peças, de acordo com os itens descritos em anexo IV do Edital CV PM n. 010/2011

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 02.423.263/0001-39
CONTRATADA: ROLEPEÇAS PECAS E ROLAMENTOS LTDA
DATA VENCIMENTO DO CONTRATO: 60 dias

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar N. 071/2011

LEI COMPLEMENTAR N. 071/2011

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 11/95 QUE CRIOU O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Art. 1º. Fica alterado o artigo 13 da Lei Complementar nº 11 de 14 de dezembro de 1995 e seu parágrafo 2º que cria o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 13 - O FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social será regido pela Secretaria de Ação Social e Habitação, sob orientações e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - integrará o orçamento da Secretaria de Ação Social e Habitação. "

Art. 2º. Fica incluído no artigo 13 da Lei Complementar n. 11/95 o parágrafo 3º com a seguinte redação:

" § 3º. O Secretário Municipal de Ação Social e Habitação será presidente nato do Fundo Municipal de Assistência Social, a quem compete:

I - Gerir o Fundo Municipal de Assistência Social e estabelecer política de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações e relatórios contábeis conforme prazos estabelecidos por ela;

III - assinar cheques com o responsável pela tesouraria;

VIII - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IX - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Parágrafo Único - As movimentações financeiras das contas vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social serão realizadas pelo Secretário da Ação Social e Habitação juntamente com o Tesoureiro do Fundo. "

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 25 de março de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei complementar aos vinte e cinco dias do

mês de março do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Complementar Nº 072/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 072/2011

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 026/2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Art. 1º. Fica alterado o artigo 59 da Lei Complementar n. 026/2002 que passará a ter a seguinte redação

“Art. 59. Para o desempenho de tarefas especiais de ministrar aulas em cursos de treinamento, pelo desempenho da função de examinador de concurso público, processo seletivo, avaliação de desempenho de servidor, será concedida gratificação no valor equivalente a uma vez o menor vencimento pago pelo município; para o exercício da função de pregoeiro a gratificação será equivalente a duas vezes ao menor vencimento.

Art. 2º. Fica incluído da Lei Complementar n. 026/2002 o artigo 59 A e seu parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 59 A - Aos servidores municipais ocupantes do cargo de médico junto ao Município de Curitiba, que desempenharem atribuições de médico perito para fins do disposto no art. 74 da Lei Complementar n. 026/2002 será concedida gratificação no valor de R\$ 40,00 por perícia.

Parágrafo Único: O valor da gratificação prevista neste artigo será atualizado e corrigido monetariamente pelos mesmos índices de atualização da remuneração dos servidores municipais. ”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de março de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.596/2011

LEI Nº 4.596/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVENIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE .

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE, com sede neste município, inscrita no CNPJ n. 72.418.296/0001-76, estabelecida neste município

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade a importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em oito parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.375,00 (mil, trezentos e setenta e cinco reais), a partir do mês de abril de 2011 e destinada ao auxílio no custo com o transporte de alunos residentes neste município, matriculados em cursos de nível superior não ofertados no Município de Curitiba

Art. 3º - O auxílio é destinado ao transporte de estudantes que estejam matriculados em cursos realizados em outros municípios e não oferecidos no município de Curitiba.

Art. 4º - A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de abril de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini brasileira, Prefeito Municipal, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE, com sede neste município, inscrita no CNPJ n. 72.418.296/0001-76, estabelecida neste município, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à ASSOCIAÇÃO como forma de auxílio à entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade a importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em oito parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.375,00 (mil, trezentos e setenta e cinco reais), a partir do mês de abril de 2011 e destinada ao auxílio no custo com o transporte de alunos residentes neste município, matriculados em cursos de nível superior não ofertados no Município de Curitiba.

CLÁUSULA TERCEIRA: A ASSOCIAÇÃO obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA: Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal.

CLÁUSULA QUINTA: O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data da publicação da lei autorizativa com término em 10 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.596/2011 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SETIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo. Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 13 de abril de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO

Lei Nº 4.594/2011

LEI Nº 4.594/2011

ESTABELECE AUMENTO DE 5% (CINCO POR CENTO) AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou através de projeto de lei do legislativo e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O aumento da remuneração dos servidores do Poder Legislativo é fixado em 5% (cinco por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 01 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei ao primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.598/2011

LEI Nº 4.598/2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM CURITIBANOS - APAE.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de

cooperação financeira com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com a ata do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal - PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade,

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de abril de 2011
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS - APAE

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/28, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à APAE como forma de auxílio à entidade assistencial.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal - PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade,

CLÁUSULA TERCEIRA : A APAE obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

§ 1º A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo

Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 2º A APAE ficará responsável ainda por obter e apresentar as certidões negativas necessárias.

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.598/2011 terá prazo determinado iniciando-se em 01 de março de 2011 e término em 10 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA SEXTA : Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.598/2011, poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 13 de abril de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

APAE

Decreto Nº 4.017/2011

DECRETO Nº 4.017/2011
REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 4.572/2010

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.572/2010:

DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08 SECRET. DE ESPORTE E LAZER
27.812.0029.2087 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
3190000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00
3350000000.00 .123 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUC R\$ 20.000,00

PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.08 SECRET. DE ESPORTE E LAZER
27.812.0029.2087 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

Art. 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de março de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três de março do ano de dois mil e onze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.018/2011

DECRETO Nº 4.018/2011
FIXA VALOR DOS SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

R E S O L V E

Art. 1º - Ficam fixados os valores dos serviços para cessão e uso de máquinas e equipamentos do Patrimônio Municipal:

I - Retroescavadeira - Carregadeira - Trator D-30 - Motoniveladora - R\$ 70,00 (setenta reais) a hora

II - Escavadeira Hidráulica - R\$ 120,00 (cento e vinte reais) a hora

III- Trator Esteira D-50 - R\$ 90,00 (noventa reais) a hora

IV - Caminhão Basculante
a) carga grande = R\$ 50,00 (cinquenta reais) a carga
b) Carga Pequena = R\$ 30,00 (trinta reais) a carga
c) Remoção de Entulho = R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) a carga

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 30 de março de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e onze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

LUIZ FERNANDES POPINHACK FRANÇA
Secretario de Transportes e Obras

Decreto Nº 4.020/2011

DECRETO Nº 4.020/2011
ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMACIAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do artigo 80 da Lei Complementar n. 046/2006:

D E C R E T A

Art. 1º. Fica fixado o horário para funcionamento das farmácias e

drogarias no município a partir de 05/03/2011 a 08/03/2013, da seguinte forma

- Horário para abertura e fechamento:
- De segunda a sexta feira - das 08:00 as 20:00 horas
- Sábados - das 08:00 as 12:00 horas

Art. 2º. As farmácias do Município atenderão em regime de escala semanal de plantão, com início as 8:00 de sábado e término as 08:00 horas do próximo sábado segundo a tabela anexa ao presente decreto, com estabelecimento aberto no horário das 08:00 as 22:00 horas.

Parágrafo Único : Após as 22:00 horas o atendimento será feito pelas farmácias de plantão através de atendimento telefônico.

Art. 3º. Todas as farmácias deverão obrigatoriamente afixar em local visível ao público um cartaz com o nome o telefone das farmácias de plantão na semana.

Art. 4º. Em caso de fechamento ou dissolução de alguma farmácia ou inclusão de nova, a tabela poderá ser alterada de comum acordo com os demais integrantes da escala de plantão para que, em hipótese alguma, funcione em regime de plantão apenas um estabelecimento.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 30 de março de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos trinta dias do mês de março do ano dois mil e onze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial Nº 11/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço POR ITEM, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de lãs que serão utilizados nos cursos de tricô para as famílias com crianças até 6 anos de idade e pessoas idosas, atendidas nos programas sociais do município, residentes nos bairros: São José, Bom Jesus, Santo Antonio, São Luis, Nossa Senhora Aparecida, Universitário, Getulio Vargas, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 20/04/2011, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 20/04/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de Abril de 2011.
ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI

Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 24/2011.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2011.

O Fundo Municipal de Educação Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de 1.080 m³ de rede de proteção malha 13 x 13 fio 3mm em seda de poliéster traçado, contendo proteção contra degradação provocada pelos raios ultravioletas que serão utilizados nas quadras poliesportivas do Núcleo Municipal Getulio Vargas e Alirio Luiz de Almeida, sendo 540 m² para cada Núcleo, conforme anexo I deste edital

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 26/04/2011, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 26/04/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, localizado na Av. Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de Abril de 2011.
CRISTINA MARIA AGOSTINI MORAES EHRHARDT
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de convocação para formação do Conselho Municipal de Cultura

EDITAL Nº /11

Edital de convocação para formação do Conselho Municipal de Cultura

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, vem através do presente Edital, considerando o disposto no parágrafo único do artigo 4º da Lei Municipal nº 4.517/2010, estabelece os procedimentos necessários à eleição de membros para constituição do Conselho Municipal de Cultura de Curitibanos, como representantes da Sociedade Civil Organizada

1 - Da inscrição de entidades eleitoras e candidatos:

a) A inscrição dar-se-á no período de 18/04/2011 a 25/04/2011 no horário das 14:00 às 18:30, na Coordenação Interina do Conselho Municipal de Cultura de Curitibanos - CMC, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sito à Rua: Marcos Gonçalves de Farias, nº 427, Bairro São José, neste Município.

b) Deverão se inscrever as entidades respectivas, cada uma indicando um representante titular e um suplente que pretendam participar do processo regulado pelo presente edital.

c) As entidades deverão comprovar o desenvolvimento de atividades legais no Município de Curitiba, pelo período mínimo de 01 (um) ano, o qual será contado retroativamente à data de publicação deste edital

d) Poderão inscrever-se as seguintes entidades sem fins lucrativos: associações, sindicatos, sociedades civis e demais entidades cujos objetivos sociais envolvam a representação de trabalhadores ou produtores do segmento cultural, ou ainda que visem desenvolver, divulgar e apoiar a manifestação cultural numa das áreas listadas no art. 4º, da Lei Municipal nº 4.517/2010.

e) Os candidatos deverão declarar não serem detentores de Cargo em Comissão no Município ou de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo.

f) Respeitada a coerência necessária com os objetivos sociais da pessoa jurídica e a formação/atuação da pessoa física, deverão tanto as entidades quanto os candidatos, proceder, no ato de inscrição, a indicação da área na qual desejam se vincular no âmbito do Conselho Municipal de Cultura, dentre as relacionadas abaixo:

- a) Teatro e Literatura;
- b) Comunicação/Mídia Sonora e Audiovisual;
- c) Artes plásticas e Artesanato;
- d) Tradição e manifestações culturais;
- e) Música - Dança e Canto;
- f) História e Memória cultural.

1.1- Da documentação das entidades eleitoras e candidatos

No ato de inscrição deverão ser apresentados os documentos abaixo relacionados:

PARA AS ENTIDADES

I - Requerimento de Inscrição, conforme MODELO 01, que caracterize a responsabilidade do declarante pelas informações prestadas, sendo aceita a inscrição em apenas uma área dentre as anteriormente relacionadas.

II - Cópia do contrato social, estatuto social ou outro ato constitutivo da pessoa jurídica e de todas as suas alterações posterior, devidamente registrado em cartório.

III - Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria e mandato válido do representante legal da pessoa jurídica.

IV - Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

V - Cópia do Registro de Inscrição Cadastral na Prefeitura Municipal de Curitiba, se for o caso.

VI - Cópia do Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (se os projetos da entidade incluírem Crianças e Adolescentes).

VII - Cópia de comprovante do domicílio da pessoa jurídica.

VIII - Cópia do Documento de identificação, com fotografia (RG ou CNH), do representante legal a pessoa jurídica.

IX - Declaração de pleno funcionamento emitida por autoridade legal do município, no período de um ano anterior a data de publicação deste edital.

2 - Da eleição

Serão eleitos para cada uma das áreas definidas no art. 4º, da Lei

nº 4.517/10, 02 (dois) candidatos, um titular e um suplente.

A eleição ocorrerá em 28/04/2011, no decorrer do 1º Seminário Municipal de Cultura, que acontecerá no Auditório da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, das 13h30min às 17h00min.

2.1 - Do procedimento

Na data e horário acima referidos, os representantes legais das entidades eleitoras, já qualificados no ato da apresentação dos documentos referidos no item 1.1, comparecerão ao local de votação, portando os respectivos documentos de identificação.

O candidato melhor votado em cada área será indicado como Conselheiro titular e o segundo mais votado, como Conselheiro suplente.

No procedimento de substituição deverá ser respeitada a classificação dos candidatos dentro de cada uma das áreas em que se deu a eleição.

3 - Das disposições finais

As atividades de conselheiro não são remuneradas consoante o contido no art. 8º da lei 4.517/2010.

Somente serão acatados as inscrições que estejam em acordo com os critérios estabelecidos no presente Edital.

Os integrantes do Conselho Municipal de Cultura, serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo e por ele empossados na forma do art. 11 da lei 4.517/2010.

Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de abril de 2011

Cristina Maria Agustini Moraes Ehrhardt
Presidente Interina do Conselho Municipal de Cultura de Curitiba

MODELO 01

REQUERIMENTO

A entidade _____, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por; brasileiro (a), residente e domiciliado (a) à Rua: _____; Portador da Carteira de Identidade com R.G. sob nº _____; CPF _____; vem através do presente REQUERER sua inscrição como ELEITORA DA COMUNIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL para a área de _____

Declara, nesta oportunidade que seguem em anexo os seguintes documentos:

- Cópia do contrato social, estatuto social ou outro ato constitutivo da pessoa jurídica e de todas as suas alterações posterior, devidamente registrado em cartório.
- Cópia autenticada da ata de eleição e posse da atual diretoria e mandato válido do representante legal da pessoa jurídica.
- Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, válido e atualizado, com emissão não superior a 30 (trinta) dias.
- Cópia do Registro de Inscrição Cadastral na Prefeitura Municipal de Curitiba, se for o caso.
- Cópia do Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (se os projetos da entidade incluírem Crianças e Adolescentes).
- Cópia de comprovante do domicílio da pessoa jurídica.
- Cópia do Documento de identificação, com fotografia (RG - CNH), do representante legal a pessoa jurídica.

- Declaração de pleno funcionamento emitida por autoridade legal do município, no período de um ano anterior a data de publicação deste edital.

Declaro ainda, para todos os fins, serem verdadeiras as informações prestadas.

Curitiba, de de 2011
Representante Legal

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Decisão Administrativa de Impugnação de Edital

IMPUGNANTE: RODA BRASIL DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA E TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.
IMPUGNADO: MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
PROCESSO: PREGÃO Nº. 54/PMF/2011

OBJETO: PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

O Impugnado, através do competente Setor de Licitações e Compras, proveu a abertura do Edital pela Modalidade de Pregão Presencial nº. 054/2011, objetivando a aquisição de diversos pneus novos, câmaras e afins de fabricação nacional, para a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2011, corroborado com todas as disposições do epígrafado Edital.

Foi dado publicidade ao respectivo ato, nos termos da lei, publicando-o no DOM/SC, no Diário Catarinense, bem como no Mural Público, atendendo assim, de plano, a disposições da Lei 10.520/02.

O Edital em seu item 1.2 estabeleceu que - "Somente serão aceitos produtos de fabricação nacional" e no item 7.1.6 estabeleceu que - 7.1.6. Habilitação Técnica:

- Declaração do fabricante dos pneus das marcas cotadas, indicando que estes são homologados por montadoras nacionais ou instaladas no Brasil, citando inclusive o nome das montadoras;
- Declaração do fabricante dos pneus, indicando que possui corpo técnico no Brasil e que em caso de garantia o produto será repostado num prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação do município;
- Certificado da ANIP (Associação Nacional da Indústria de Pneus);
- Certificado do INMETRO para pneus de carga e passeio (automóveis, ônibus e caminhões).

As Impugnantes, no dia 15 de abril de 2011, apresentaram Impugnação ao Edital, pois alegam conter exigência ilegal e restritiva a participação dos interessados no processo licitatório. Alega, ainda, que a vedação aos produtos importados fere o princípio constitucional da isonomia, e que nada importaria ser o produto nacional ou estrangeiro, devendo ser classificado no processo licitatório a empresa que venha oferecer o objeto com melhor preço do certame.

Ao final, requer seja julgada procedente a impugnação para fins de que seja excluído do texto editalício a exigência sobre a produção dos materiais, como restaram contidas no edital, por frustrar

o caráter competitivo do certame.

É o Relatório. DECISÃO

Cuida-se de impugnação ao Edital, onde a impugnante especificamente impugna o subitem 7.1.6 exigido no Edital, ou seja, como já destacado acima.

O presente edital contém a exigência determinante de que quem for participar dele deverá atender à seguinte exigência contida na especificação dos pneus a serem adquiridos de que todos têm de ser de FABRICAÇÃO NACIONAL.

Ora tal exigência não é destituída de fundamento, tem respaldo no mundo jurídico, qual seja o art. 15, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, in verbis:

Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. (Grifo nosso).

Pois, no tocante a tais materiais ou insumos de veículos, a experiência na área é um instrumento a ser respeitado, visto que o trabalho com pneus não é algo a ser considerado do dia para a noite.

Existe uma grande gama de fabricantes e importadores de pneus situados no Brasil, alguns têm produtos de qualidade devidamente reconhecida pelo consumidor comum ou mesmo pelos grandes consumidores.

Nesta esteira, o Município de Forquilha optou pelos produtos fabricados no Brasil, em primeiro lugar devido a especificação dos fabricantes dos veículos constantes da frota deste ente público. Em segundo lugar, pelo fato de terem uma garantia diferenciada, aliado ao fato de possuírem assistência técnica abrangente em caso de eventual problema ocorrido.

Por último há de se levar em conta o próprio produto que obedece a critérios específicos da norma brasileira (ABNT) para a sua fabricação, diferente de outros países que sequer possuem um Órgão estruturado para avaliação de critérios de fabricação.

Apesar do INMETRO, por meio de suas instituições creditadas, efetuar avaliação na maioria dos pneus que rodam no País, sejam estes nacionais ou importados, sem estabelecer críticas a tal avaliação, percebe-se que em nível de concorrência isonômica, não há correspondente entre os nacionais e os importados, visto que são fabricados por meios diferentes e que variam de um País para o outro.

Quanto ao fato do impugnante afirmar que existe uma limitação a participação, discordamos, pois existem pelo menos 04 (quatro) grandes fabricantes no Brasil, com sede e fábricas no País, entre estes destacamos: Michellin Brasil, Bridgestone do Brasil, Pirelli Pneus e Goodyear do Brasil.

Desta feita, tem-se pelo princípio da ampla competitividade, pelo menos os 04 (quatro) competidores em condições de participarem do certame, não acarretando desta forma a desobediência ao princípio da ampla competitividade.

A Lei nº. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, alterou a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como estabeleceu que o disposto nesta Lei aplica-se à modalidade licitatória pregão.

Diante disso, percebe-se que a própria Lei de Licitações da guarida ao Edital ora impugnado, no que tange a exigência de que os

produtos manufaturados (pneus) fossem de fabricação nacional.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos (Lei nº. 8.666/93, no seu artigo 3º, caput).

Desta forma, ao fazer a exigência do referido item no Edital, age o ente público, sob o pálio da discricionariedade ao fazer valer as normas do edital, dentro do limite do legal e do legítimo, as quais não têm o condão de frustrar o caráter competitivo da licitação.

Igualmente não encontra eco a assertiva de que há restrição a licitantes quando se solicita a fabricação nacional, ao contrário, este item do Edital está sendo solicitado de todos os interessados em participar do certame.

Não por outro motivo, a lição do renomado doutrinador Diógenes Gasparini: "atente-se que só as exigências inconvenientes ou irrelevantes estão vedadas" (GASPARINI, Direito administrativo, 2006, pág-482).

O Edital atende a legalidade. Estampa-se, sobretudo, a estreita simetria com os princípios gerais da administração pública, contidos no art. 37 da Constituição Federal, e especificamente, os princípios norteadores da licitação e da administração pública em geral.

Importa ainda referir, que cabe ao administrador a tomada de ações que lhe são discricionárias, sempre, e tudo, objetivando o interesse público, jamais o individual.

Emerson Garcia em sua obra "Discricionariedade administrativa, 2005, p.50", ensina:

A opção discricionária do administrador deve ser construída a partir da interpretação jurídica não só da norma legal que outorga a sua competência mas também de todo o conjunto de princípios e normas que constituem o ordenamento jurídico em que ela se insere.

Destarte, não se vislumbra qualquer ilegalidade, nem impertinência ou prescindibilidade.

Neste diapasão, é remansoso e pacífico o entendimento jurisprudencial, galgado nas sábias afirmações de outros mestres, como Adilson Abreu Dallari, que assim se reporta:

é inquestionável assistir ao promotor do certame licitatório certa margem de liberdade para estabelecer, no edital, padrões mínimos de idoneidade financeira e técnica. (Aspectos Jurídicos da Licitação, 2006, p. 136).

Assim, o Edital vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº. 8.666/93.

Nesta esteira, leciona Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, São Paulo, Dialética, 2009, em fls 70:

Reservou-se à Administração a liberdade de escolha do momento

de realização da licitação, do seu objeto, da especificação de condições de execução, das condições de pagamento etc. Essa competência discricionária exercita-se no momento preparatório e inicial da licitação. Uma vez realizadas essas escolhas, exaure-se a discricionariedade e não mais pode ser invocada - ou, mais corretamente, se a administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita a refazer toda a licitação.

Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro. Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da Lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.

Desse modo, não há a verossimilhança do direito da Impugnante.

Ante ao exposto, desacolho as impugnações ventiladas, pelos fundamentos fáticos jurídicos supra mencionados.

Intime-se. Publique-se. Registre-se.

Forquilha/SC, 15 de abril de 2011.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 20/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 20/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 07/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

DO OBJETO - Execução de serviços na recuperação de estradas municipais revestidas em pavimentação asfáltica, localizadas no Bairro Cidade Alta, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, conforme Portaria Nº. 932 do Ministério da Integração Social publicado em 10 de novembro de 2010 e Processo Nº. 59050.002573/2010-13, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo e proposta que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste termo contratual;

DO VALOR: O presente termo tem por objeto o aditamento em R\$ 85.948,10 (Oitenta e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais e dez centavos) do Contrato nº 07/PMF/2011 para maior, haja vista que, devido a serviços adicionais por modificação do projeto e necessidade de obras , se faz necessário o acréscimo de alguns serviços, conforme laudo do setor de engenheiro da Contratante, que é parte integrante do presente termo, independentemente de sua transcrição.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 06/04/2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 1129/2011

PORTARIA N.º 1.129 DE 18 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado



NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MICHELLE LOUISE BEONI DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.619.799-93, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1130/2011

PORTARIA N.º 1.130 DE 18 DE ABRIL DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 078.758.019-82, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de abril de 2011 até 01 de junho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1131/2011

PORTARIA N.º 1.131 DE 18 DE ABRIL DE 2011.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provisório Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDERSON GREGORIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 053.983.029-14, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 19 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0007/2011 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2011 - FMS

Objeto: contratação de serviços gráficos para impressão de expedientes e formulários diversos para uso da Secretaria de Saúde do Município. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 04/05/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de abril de 2011.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Aviso do Pregão Presencial Nº 0038/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0038/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de café, açúcar, fruta desidratada para chá e água mineral, para consumo do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), Validade da Ata de Registro de Preços: maio a julho de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 04/05/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de abril de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.525/2011

LEI N.º 1.525, DE 15 DE ABRIL DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO AO NÚCLEO DE APOIO AO TOXICÔMANO E ALCOÓLATRA - NATA DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 8.576,00 (oito mil e quinhentos e setenta e seis reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - NATA de Garopaba, CNPJ n.º 01.179.112/0001-14.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com o Núcleo de Apoio ao Toxicômano e Alcoólatra - NATA de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/04/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Aviso de Licitação PR030/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de Aquisição de servidores, switches e Voip para utilização da Prefeitura Municipal de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 9h25min do dia 03/05/2011.

A sessão se dará a partir das 9h30min do dia 03/05/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.

garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 18 de abril de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.284 de 14 de Abril de 2011.

DECRETO Nº 4.284 DE 14 DE ABRIL DE 2011.

EXONERA RICARDO WENDHAUSEN RAMOS DO CARGO DE DIRETOR ADJUNTO ADMINISTRATIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 17 de abril, RICARDO WENDHAUSEN RAMOS, portador do CPF nº 710.071.489-34, do cargo em comissão de Diretor Adjunto Administrativo - Nível CC, Ref. 45, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de abril de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 4.285 de 14 de Abril de 2011.

DECRETO Nº 4.285 DE 14 DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA RICARDO WENDHAUSEN RAMOS PARA O CARGO DE DIRETOR DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICO-SOCIAL - CAPS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 18 de abril, RICARDO WENDHAUSEN RAMOS, portador do CPF nº 710.071.489-34, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Centro de Atenção Psico-Social - CAPS - Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de abril de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.286 de 14 de Abril de 2011.

DECRETO Nº. 4.286 DE 14 DE ABRIL DE 2011.

NOMEIA NOVOS MEMBROS DO CONSELHO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Indica os membros titulares e suplentes dos órgãos abaixo mencionados para comporem o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB:

MEMBROS TITULAR	MEMBRO SUPLENTE	ÓRGÃO
Lucimara Furlam	Camila Schreiber	Secretaria de Educação
Patricia Helena dos Santos	Sanira Cristina Dias	Secretaria de Educação
Raquel Bernardes Corrêa	Tânia Cristina Junges Isensee	Professores
Josiane Chiminelli Hostert	Rosmari Elza Nunes Hostins	Diretores
Cláudio Roberto Ávila	Maurício Roberto Vieira	Servidores Técnico-administrativos
Alexandre Ivan Duarte	Kelli Cristine Silva Santos	Associação de Pais e Professores
Antonio Moraes Laurindo	Nilson Eraldo de Oliveira	Associação de Pais e Professores
Rose Maria da Cruz Beumer	Ana Maria de Bairros	Estudantes
Jaqueline Terezinha Biondo	Oreodato José de Andrade	Estudantes
Luiz Otávio Rebouças Bastiani	Doraci Vanz	Conselho Municipal de Educação
Roseli Maria Kholer	Zulma Teresa Deschamps Tridapalli	Conselho Tutelar

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em substituição ao Decreto nº 3.816 de 24 de fevereiro de 2010.

Gaspar, 14 de abril de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 22/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2011

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de 2011, no Departamento de Compras, localizado no Prédio da Prefeitura de Gaspar, o Município de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 47/2011, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de gás oxigênio medicinal, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº 47/2011. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

ITAOX COMERCIO E TRANSPORTE DE GASES INDS. LTDA (03.112.791/0001-30)

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
1	M³ Gás Oxigênio Medicinal PPU. Recarga para Cilindro/Torpedo com Capacidade de 1m³.	400	R\$ 30,00	R\$ 12.000,00
2	M³ Oxigênio Gasoso Medicinal Pureza 99,5%. Unidade Máxima 1 ppm. Acondicionado em Cilindros com Volume de 02 a 10M³.	500	R\$ 6,40	R\$ 3.200,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 15.200,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir da homologação da Autoridade Competente, até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. ENTREGA E RECEBIMENTO: Os materiais deverão ser entregues semanalmente. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no Corpo de Bombeiros: Rua Manoel Linhares Júnior, 410, Santa Terezinha; e na Secretaria Municipal de Saúde: Rua Vereador Augusto Beduschi, 254, Centro; no município de Gaspar - SC.

Gaspar, 14 de abril de 2011.

JEFERSON DEBUS

Pregoeiro | Dec. 3.584/2009

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 23/2011

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2011

Aos quinze dias do mês de abril do ano de 2011, o Município de Gaspar, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 4/2011, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de serviços de transporte de atletas para competições municipais, estaduais e federais, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº 4/2011. A licitante registrada para os serviços cotados é a seguinte:

CATARINÃO TRANSPORTE E TURISMO LTDA. (78.529.864/0001-92)

Grupo de itens	Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd registrada	VI. unit. registrado	VI. total registrado
Grupo 1	1	KM Locação de Veículo/Ônibus com Motorista, para Transporte de atletas Ônibus convencional com capacidade máxima de 46 passageiros e mínimo de 40, com condicionador de ar, poltrona reclinável, toalete, fabricação não inferior a 2002.	5.000	R\$ 4,54	R\$ 22.700,00
Grupo 1	2	DIA Diária de Veículo/Ônibus com motorista, para transporte de atletas Diária para Ônibus convencional com permanência em outros municípios, dentro e fora do estado de Santa Catarina.	45	R\$ 433,00	R\$ 19.485,00

Grupo 2	3	KM Locação de Veículo/Ônibus com Motorista, para Transporte de atletas Ônibus convencional, tipo urbano, com capacidade máxima de 55 passageiros e mínimo de 40, sem condicionador de ar, poltronas convencionais fixas, fabricação não inferior a 2002.	5.000	R\$ 5,60	R\$ 28.000,00
Grupo 2	4	DIA Diária de Veículo/Ônibus com motorista, para transporte de atletas Diária para Ônibus convencional, tipo urbano, com permanência no município de Gaspar e até 100 km de distância.	35	R\$ 357,50	R\$ 12.512,50

Valor total registrado do Licitante: R\$ 82.697,50

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir da homologação da autoridade competente e o protocolo de entrega dos documentos exigidos (18/04/2011), até 31/12/2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93. ENTREGA E RECEBIMENTO: Os serviços deverão ser prestados conforme relação de eventos descrita no Anexo VI - Projeto Básico, em horários, destinos e eventos previamente estipulados, sendo que a solicitação será feita com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

Gaspar, 15 de abril de 2011.

JEFERSON DEBUS

Pregoeiro | Dec. 3.584/2009

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do contrato Nº. 062/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 062/2011.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: DÉBORA TEIXEIRA LOCADORA.

OBJETO: Locação de 01 veículo kombi e 01 veículo automóvel conforme edital e anexo. PRAZO: Da assinatura do contrato até 14/04/2012. VALOR: R\$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Governador Celso Ramos, 15 de abril de 2011. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº. 063/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 063/2011.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: DÉBORA TEIXEIRA LOCADORA.

OBJETO: Locação de 02 veículos automóvel conforme edital e anexo. PRAZO: Da assinatura do contrato até 14/04/2012. VALOR: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Saúde. Governador Celso Ramos, 15 de abril de 2011. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº. 064/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 064/2011. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS. CONTRATADO: VALDÉZIA MARIA DA SILVA. OBJETO: Contratação de profissional para serviços técnicos contábeis. PRAZO: Da assinatura do contrato até 15/09/2011. VALOR: R\$10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal da Saúde. Governador Celso Ramos, 15 de Abril de 2011. ANÍSIO ANATÓLIO SOARES. Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO 50/2011

Objeto: Aquisição de Grades de Boca de Lobo.

Modalidade: Pregão Presencial.

Processo de Licitação: 37/2011.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC.

Contratada: BRADEMEC INDUSTRIA MECANICA LTDA-ME.

Valor do Contrato: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Data da Assinatura: 15/04/2011 Vigência 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 15 de abril de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE CONTRATO 51/2011

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais para construção e manutenção de bocas de lobo do município de Guaramirim.

Modalidade: Pregão Presencial.

Processo de Licitação: 39/2011.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC.

Contratada: AUREA DE OLIVEIRA BORBA (ME).

Valor do Contrato: R\$ 157.750,00 (cento e cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 15/04/2011 Vigência 31/12/2011.

Guaramirim-SC, 15 de abril de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata Leilão Nº 001/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2011

LEILÃO Nº 001/2011

ATA Nº 001/2011

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, as dez horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, situada a Rua Nereu Ramos, 915, reuniram-se o Leiloeiro designado pelo Decreto Municipal nº/2011, senhor Cleimar Piovesan, e a comissão de Licitações para a realização se sessão pública de Leilão nº 001/2011, sendo regido pela Lei nº 8.666/1993 autorizado pela lei municipal nº 2846/2011, e demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas no Ato Convocatório, para alienação de bens pertencentes ao Município de Herval d'Oeste. Às nove horas, iniciou os procedimentos de credenciamento dos interessados em participar deste leilão. Atenderam as exigências do edital, os abaixo qualificados, conforme mapa de credenciamento anexo e documentação acostada aos autos do processo licitatório a saber :

Nº	Nome	CPF/CNPJ
	Comércio de Máquinas Agrícolas Siebel Ltda.	07.188.769/0001-24
	Paulo Cesar Siebel	627.181.779-34
	Luana da Silva	073.973.759-79
	João Sérgio Cenci	340.728.709-78
	Ferro Velho Hervalense Ltda.	95.813.796/0001-08
	Perenilton Floro de Menezes	037.893.239-10
	Antonio Norberto Gotz	313.153.210-68
	Matheus Antonio Cavalheiro Rheinheimer	078.185.549-71
	Vilmar Francisco Brandalise	831.868.599-72
	Sandro Pedro Fernandez	300.386.850-00
	Serafin Gaspar da Silva	020.291.460-72
	Alex Batista da Silva	581.176.440-53
	Valmir Kurtz	310.294.859-68
	Leandro da Silva	056.621.189-06

Os bens colocados a leilão estiveram disponíveis até as nove horas de hoje para vistoria dos interessados, sendo eles :

1	CAMINHAO VOLKSWAGEN, MODELO 22160, ANO/MODELO 1986, PLACA MBK 1356, FROTA Nº 96, CHASSI Nº VO31800, RENAVAN Nº 547621965.
2	CAMINHAO VOLKSWAGEN 12140 ANO 1987, PLACA LXE 9023, FROTA Nº 99, CHASSI Nº , RENAVAN Nº 551595787.
3	CAMINHAO VOLKSWAGEN MOD. 13130, PLACA MBC 9438, ANO 1985, FROTA Nº 52, CHASSI Nº V011867, RENAVAN Nº 552652130.
4	CAMINHAO FORD F-600, ANO 1980, CHASSI Nº LA7DXP66505, RENAVAN Nº 552652172, PLACA MDT 2320
5	AUTOMOVEI KOMBI, MARCA VOLKSWAGEN, ANO/MODELO 1995/1996, BRANCA, PLACA LZL 7240, CHASSI Nº 9BWZZZ231SP050296, RENAVAN Nº 646974351.
6	AUTOMOVEI GOL CL 1.6 ANO 1993, COR BRANCA, A GASOLINA, PLACA MCK 2360, CHASSI Nº 9BWZZZ30ZPT134704, RENAVAN Nº 541727567.
7	CLARUS GLX 2.0 16V MOD. 1999 (SUCATA, VEÍCULO BAIXADO NO DETRAN) , CHASSI Nº KNAGC222W5522818, RENAVAN Nº 712550887.
8	CAMINHAO VOLKSWAGEN MOD. 14140, PLACA MAJ 9845, FROTA Nº 60, CHASSI Nº 9BWZZZC4ZJC001175, RENAVAN Nº 552661554.

9	CAMINHAO VW 13130 ANO 1985, PLACA MBT 4821, FROTA Nº 94, CHASSI Nº VO21457, RENAVAN Nº 417027168.
10	TRATOR AGRICOLA VALMET MOD. 68, CHASSI Nº 08112.
11	PLANTADEIRA MARCA GHIAL DE 2 LINHAS
12	PLANTADEIRA PLANTIO DIRETO COM 03 LINHAS PARA MILHO, DISCO DE CORTE E SULCADOR PARA ADUBO, COMPACTAÇÃO DE BORRACHA.
13	UNO MILLE SMART, 4 PORTAS, BRANCO, ANO/MODELO 2001, GASOLINA, CHASSI Nº 9BD15828814248007, RENAVAN Nº 755063520, PLACA MBQ 4982.

Na hora previamente designada, o Leiloeiro declarou aberta a sessão e, em seguida, prestou os esclarecimentos acerca da forma de condução do leilão, informando as regras para que fossem oferecidos os lances, através de manifestação de cada interessado e o valor pretendido para o arremate, iniciando então a fase de lances, e arremate dos objetos colocados a leilão sendo obtido o seguinte resultado

Item	Arrematado por	Valor Inicial em R\$	Valor Arremate em R\$
04	Ferro Velho Hervalense Ltda.	500,00	4.100,00
07	Ferro Velho Hervalense Ltda	1.500,00	1.500,00
10	Comercio de Máquinas Agrícolas Siebel Ltda.	5.000,00	12.300,00
11	Ferro Velho Hervalense Ltda.	100,00	800,00
12	Valmir Kurtz	270,00	710,00
Total		19.410,00	

Os itens 01,02,03,05,06,08,09 e 013 não tiveram lance mínimo. Ao final dos trabalhos, o Leiloeiro, informou que o resultado do presente leilão será publicado no Diário Oficial, dos municípios/ DOM-SC , Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, e afixado no Mural Publico Municipal, além de ser disponibilizado no endereço eletrônico: www.hervaldoeste.sc.gov.br Em seguida, deu por encerrados os trabalhos do leilão, lavrando-se a presente Ata, que vai assinada pelo Leiloeiro, juntamente com os membros da comissão permanente de licitações. Após a publicação do extrato do resultado do julgamento nos órgãos oficiais, o processo será encaminhado ao senhor Prefeito Municipal para homologação do presente procedimento licitatório e demais providências.

CLEIMAR PIOVESAN

Leiloeiro Designado

Comissão de Licitações

Participantes

Imbituba

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria CMI nº 034/2011

PORTARIA CMI nº 034/2011

"Exonera RAFAEL MELLO DA SILVA do Cargo em

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE: Exonerar, a partir do dia 11 de abril de 2011, o Sr. RAFAEL MELLO DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 4.529.665-0, SSP/SC, CPF nº 050.288.899-70, residente e



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

domiciliada na Rua Virgílio Soares, 759, bairro Guaiúba, neste município, nomeado através da Portaria CMI nº 065/2009 de 01 de junho de 2009.

Imbituba, 8 de abril de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/04/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO
Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 035/2011

PORTARIA CMI nº 035/2011

"Concede promoção funcional por antiguidade"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE: Promover por antiguidade, nos termos do Art. 9º, inciso XXII, do Art. 12, §2º e do Art. 13, §1º, da Lei Complementar 1.145/91, a servidora Maria Júlia Martins do Nascimento, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, do nível "V", Padrão "H", para o nível "V" padrão "I".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01 de abril de 2011.

Imbituba (SC), em 12 de abril de 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 12/04/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO
Secretária Administrativa

Iomerê

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 624/2011

LEI Nº. 624 DE 13 DE ABRIL DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Suplementar no orçamento do município de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ Faz Saber Que A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir no orçamento do Município de Iomerê crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para suplementação do seguinte programa:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1050 Pavimentação e Restauração de Vias Urbanas
44900000 Aplicações Diretas

183.0 Operação de Crédito Internas - Outros Programas
R\$ 1.200.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 616 de 16 de março de 2011.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 13 de abril de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Lei 625/2011

LEI Nº. 625 DE 13 DE ABRIL DE 2011.

Faz revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais, nos termos artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ Faz Saber Que A Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A remuneração de todos os servidores públicos municipais, conforme dispõe o artigo 37, X, da Constituição Federal, ficam reajustados em 11,32 % (onze vírgula trinta e dois por cento), através de igual reajuste do Salário Mínimo Municipal, que passa de R\$ 510,64 (quinhentos e dez reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 568,44 (quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) a partir 1º de abril de 2011.

Parágrafo Único: A revisão geral tem por base o Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, correspondente ao período compreendido entre abril de 2010 a março de 2011.

Art. 2º. A revisão salarial de que trata a presente Lei, aplica-se a todos os servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo, incluindo-se os Vereadores, detentores de cargos em comissão, servidores contratados em caráter temporário, servidores efetivos e demais modalidades de vinculação jurídica previstas em lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 13 de abril de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1130/2011

DECRETO Nº. 1130 DE 13 DE ABRIL DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Suplementar no orçamento do município de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 624/2010 de 13 de abril de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Iomerê crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para suplementação do seguinte programa:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1050 Pavimentação e Restauração de Vias Urbanas
44900000 Aplicações Diretas
183.0 Operação de Crédito Internas - Outros Programas
R\$ 1.200.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 616 de 16 de março de 2011.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 13 de abril de 2011.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 2.089/2011

DECRETO Nº 2.089/2011 DE 18 DE ABRIL DE 2011.

PROMOVE TRANSFERÊNCIA/CESSÃO DE BEM MÓVEL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 8º, inciso VII e VIII, 65, inciso VII, e, 87, inciso I, alínea "i", todos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a atual disponibilidade do veículo marca FIAT modelo palio fire 4 portas, placas MEK 7292, cor vermelho alpine, gasolina, 4 cilindros, potência 65 hp, ano/modelo 2004, 5 marchas, 5 passageiros, 1000 cilindradas, chassi nº 9bd17146742438426, motor nº 5995361, cadastrado no patrimônio Municipal sob o código 4011, adquirido para a Secretaria da Educação.

CONSIDERANDO a inexistência de prejuízos no que se refere a adequada e eficiente prestação de serviços:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o veículo marca FIAT modelo palio fire 4 portas, placas MEK 7292, cor vermelho alpine, gasolina, 4 cilindros, potência 65 hp, ano/modelo 2004, 5 marchas, 5 passageiros, 1000 cilindradas, chassi nº 9bd17146742438426, motor nº 5995361, transferido para a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, para uso exclusivo do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Em virtude da transferência ora efetivada, as despesas com a manutenção do referido veículo, ficarão sob a responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, inclusive seu eventual condutor.

Art.3º - Fica o Departamento de Patrimônio e Material autorizada a promover a respectiva transferência.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 2.043/2010 de 05 de outubro de 2010.

Irineópolis (SC), em 18 de abril de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Republicação do Decreto Nº 2088/2011

Decreto nº 2088/ 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1561 de 13 de abril de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 3.070.000,00 (três milhões e setenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

1.006 - Pavimentação de Ruas, Ciclovias e Rodovias

4.4.90.00.00.00.00.0139 Aplicações Diretas R\$ 2.140.000,00

2.016 - Manutenção dos Serviços Urbanos

4.4.90.00.00.00.00.0139 Aplicações Diretas R\$ 930.000,00

T O T A L R\$ 3.070.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária.

02 - PODER EXECUTIVO**02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA**

1.006 - Pavimentação de Ruas, Ciclovias e Rodovias

4.4.90.00.00.00.00.0255 (82) Aplicações Diretas R\$ 2.140.000,00

2.016 - Manutenção dos Serviços Urbanos

4.4.90.00.00.00.00.0255 (91) Aplicações Diretas R\$ 930.000,00

T O T A L R\$ 3.070.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itapeópolis, em 13 de abril de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL**Ata de Registro de Preço Nº 16/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2011

PROCESSO Nº 24/2011

INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para preparação do almoço dos professores da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do Anexo V do Edital.

Aos vinte e quatro dias do mês de março do corrente ano de 2011, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Educação aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Secretária de Educação, o Sra. VALCI TEREZINHA DE SOUZA, portadora do CNPF/MF nº: 533.363.309-63, e portadora do CI.RG: 1.096.182/SC e matrícula nº 5274-4, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa MAYER E HORNING LTDA com sede à Avenida do Comércio, nº 724, Bairro: Itapema do Norte, na cidade de Itapoá/SC CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.491.815/0001-10 e Inscrição Estadual nº 253.107.393 representada neste ato pelo sócio Sr. IVAN MAYER HORNING, portador do CNPF/MF nº 781.902.159-49 e do CI.RG nº 5.740.867-7 SSP/PR acordam proceder, nos termos nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão nº 11/2011 em epígrafe, ao Registro de Preços nº 10/2011 resolvem registrar preço aos itens abaixo discriminados:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Item	Descrição	Un.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Abóbora menina brasileira (sem sujidades, rachaduras ou mofo).	kg	140	Própria	R\$ 1,49	R\$ 208,60
2	Abobrinha verde comum (sem sujidades, rachaduras ou manchas amarelas).	kg	336	Própria	R\$ 1,99	R\$ 668,64
4	Acelga. Folhas verdes, frescas, quebradiças e brilhantes. A parte para consumo deve ter no mínimo 30 cm de comprimento e 14 cm de diâmetro do pé.	kg	144	Própria	R\$ 1,99	R\$ 286,56
6	Aipim, descascado, congelado. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de no máximo 3 kg. Rotulagem conforme legislação.	kg	500	Amaral	R\$ 2,50	R\$ 1.250,00
7	Alface. Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	370	Própria	R\$ 5,39	R\$ 1.994,30
9	Almeirão pão de açúcar. Folhas frescas, tenras, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	60	Própria	R\$ 8,99	R\$ 539,40
16	Banana caturra. Casca amarela não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	kg	250	Própria	R\$ 1,25	R\$ 312,50
17	Batata inglesa, lavada, classificação comercial "especial" (tamanho médio, lisa de formato uniforme, película fina, sem nódulos, pontos pretos ou queimadura de sol).	kg	900	Própria	R\$ 1,99	R\$ 1.791,00
18	Beterraba (firme, tenra, limpa, tamanho médio de 6 a 8 cm de diâmetro, cor vermelho escuro, livre de rachaduras).	kg	800	Própria	R\$ 1,95	R\$ 1.560,00
20	Brócolis de cabeça in natura. Pés compactos, verdes, sem pontos estragados, moles ou molhados. Tamanho mínimo de 17 cm de diâmetro.	kg	200	Própria	R\$ 5,39	R\$ 1.078,00
30	Cebola branca, tamanho médio de 5 a 7 cm, livre de brotos. Casca intacta, sem pontos pretos.	kg	1000	Própria	R\$ 1,99	R\$ 1.990,00
31	Cebolinha verde. Fresca, folhas firmes, cor verde escura, sem partes amareladas ou apodrecidas.	Kg	60	Própria	R\$ 8,30	R\$ 498,00

32	Cenoura. Firmes, limpas, frescas, sem rachaduras ou manchas esverdeadas ou brotos ou partes mofadas. Comprimento médio de 15 a 20 cm, diâmetro médio de 4 a 6 cm.	Kg	1000	Própria	R\$ 2,95	R\$ 2.950,00
34	Chuchu. Verde, tenro, firme, casca intacta e sem pontos amarelos ou apodrecidos.	Kg	500	Própria	R\$ 2,90	R\$ 1.450,00
40	Couve-flor. Pés compactos, brancos, sem pontos estragados, moles ou molhados. Tamanho mínimo de 17 cm de diâmetro.	Kg	200	Própria	R\$ 4,65	R\$ 930,00
41	Couve manteiga. Folhas bem verdes, tenras, firmes, sem manchas amareladas. Largura mínima da folha de 20 cm.	Kg	90	Própria	R\$ 6,35	R\$ 571,50
44	Escarola, fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	190	Própria	R\$ 6,25	R\$ 1.187,50
45	Espinafre, fresco, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas.	kg	30	Própria	R\$ 6,35	R\$ 190,50
55	Laranja pêra. Casca fina e lisa de cor alaranjada.	kg	100	Própria	R\$ 2,00	R\$ 200,00
57	Limão Taiti.	kg	10	Própria	R\$ 3,45	R\$ 34,50
61	Maçã. Casca brilhante, sem machucaduras ou pontos apodrecidos, polpa firme. Variedade "gala" ou "fuji". Tamanho médio de 8 cm.	kg	15	Própria	R\$ 2,99	R\$ 44,85
66	Manga tomy de 1ª qualidade, grau de maturação 80% casca lisa, livre de manchas e pontos escurecidos, cor amarelada.	kg	15	Própria	R\$ 4,45	R\$ 66,75
76	Ovos de galinha, tamanho grande. Acondicionados em embalagem contendo 1 dúzia.	Dz	180	Canela	R\$ 3,20	R\$ 576,00
79	Pepino. Frescos, macios, firmes e verdes. Comprimento médio de 15 a 18cm e diâmetro mínimo de 5 cm.	kg	600	Própria	R\$ 2,45	R\$ 1.470,00
82	Pimentão amarelo. Firmes, tenros, bem formados, sem deterioração ou marcas. Tamanho mínimo de 10 cm de comprimento.	kg	60	Própria	R\$ 6,95	R\$ 417,00

83	Pimentão verde. Firmes, tenros, bem formados, sem deterioração ou marcas. Tamanho mínimo de 10 cm de comprimento.	kg	70	Própria	R\$ 3,99	R\$ 279,30
84	Pimentão vermelho. Firmes, tenros, bem formados, sem deterioração ou marcas. Tamanho mínimo de 10 cm de comprimento.	kg	60	Própria	R\$ 6,95	R\$ 417,00
89	Repolho verde. Folhas frescas sem descoloração ou deterioração. Tamanho mínimo de 20 cm, após retirada das folhas externas.	Kg	600	Própria	R\$ 1,70	R\$ 1.020,00
90	Repolho roxo. Folhas frescas sem descoloração ou deterioração. Tamanho mínimo de 20 cm, após retirada das folhas externas.	Kg	80	Própria	R\$ 2,49	R\$ 199,20
91	Rúcula de primeira in natura, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	Kg	135	Própria	R\$ 6,40	R\$ 864,00
94	Salsinha. Fresca, folhas firmes, cor verde escura, sem partes amareladas ou apodrecidas.	kg	60	Própria	R\$ 3,40	R\$ 204,00
98	Tomate. Maduro, mas não amolecido, sem amassamento, manchas amarelas ou brancas, deterioração ou marcas de doenças. Tamanho médio entre 6 e 9 cm de diâmetro.	kg	1200	Própria	R\$ 3,10	R\$ 3.720,00
100	Vagem. Tenras, cor verde forte, livres de manchas, firmes, "quebrável".	kg	140	Própria	R\$ 4,45	R\$ 623,00
Total						R\$ 29.592,10

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRAÇÃO

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 4º § 1º do Decreto Federal 3.931/2001.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.1.2 – Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

3.1.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 – A Unidade de Suprimentos, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 – O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 11/2011.

3.3 – Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 11/2011, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4 – O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 11/2011, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 – A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano contados da data de sua publicação, previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, § 3º inciso III, e Art. 4º do Decreto Federal nº 3.931/2001.

4.2 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

4.3 – Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Educação, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, com entrega no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material/ou ordem de serviço.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 – A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 11 do Decreto Federal nº 3.931/2001, e que no qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 – Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1 – Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar

o Contrato;

5.3 – Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4 – Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Prova de regularidade para com a Dívida Ativa da União, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3 – O pagamento será efetuado 10 (décimo) dia após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4 – Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o INPC – Índice Nacional de Preços de Consumidor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 – A entrega do objeto ou prestação do serviço só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

7.2 – O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 – Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura eletrônica correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 – Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da

- proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
 - c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
 - d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
 - e) não manter a proposta após a homologação;
 - f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
 - g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
 - h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
 - i) fraudar a execução do contrato;
 - j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 – Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5 – Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a CONTRATADA não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originária mente prevista.

10.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades da partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato – instabilidade econômica governamental.

10.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

11.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município www.diariomunicipal.sc.gov.br, conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA OU SERVIÇO

12.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Secretaria de Educação, através do fiscal desta Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, portador da C.I. RG nº 3148.607-0/SC, inscrito no CNPF/MF nº: 987.496.849-49, matrícula nº 399-9, ou servidor capacitado no ato designado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

13.2 - E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 24 de março de 2011.

ERVINO SPERANDIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	MAYER E HORNING LTDA IVAN MAYER HORNING
VALCI TEREZINHA DE SOUZA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS:	
NOME:	NOME:
CNPJ/MF:	CNPJ/MF:

Laudo de Esclarecimentos ao Edital Processo Nº 06/2011 relativo ao Pregão Nº 03/2011

LAUDO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

Processo nº 06/2011 relativo ao PREGÃO Nº 03/2011 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2011, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e conservação de vias e espaços públicos, conforme especificações constantes em Edital.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, no Prédio da Prefeitura Municipal de Itapoá, sito a Rua 1.590, nº 430 – Balneário Itapoá (SC), a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 79.283.065/0001-41, realizou pedido de esclarecimentos quanto ao edital em epigrafe conforme protocolo nº 1461/2011, na presente data a Pregoeira oficial do Município, instituída pelo Decreto nº 1108/2010 de 06 de abril de 2010, senhora Fernanda Cristina Rosa, procedeu as respostas aos esclarecimentos impetrado pela empresa.

Com relação ao referido pedido, face as seguintes considerações, a saber:

Deverá a empresa considerar na sua cotação de preço o item nº 01 do objeto e se utilizar conforme se depreende o edital do ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA/ PROPOSTA DE PREÇO sob pag. nº 22, como também claramente consta no item nº 07 os quantitativos e valores máximos previstos serão aplicados neste descritivo, sob pag. nº 26, o seguinte quadro de horas abaixo a seguir:

LOTE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO Prestação de serviços de limpeza e conservação de vias e espaços públicos	QUANT. PRE-VISTA (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO HORA/HO-MEM -R\$	VALOR TOTAL PREVISTO - R\$ R\$
1.	Durante os meses de alta temporada que compreendem os meses de dezembro, janeiro, fevereiro.	15.816 horas		
2.	Durante os meses de baixa temporada março a novembro.	20.840 horas		
Total Previsto		36.656 horas		

2. Quanto ao segundo questionamento sobre o representante da empresa, deverá sim a futura contratada manter conforme descremina o edital nos seguintes itens e clausulas abaixo descrita:

2. OBJETO:

2.4. A contratada deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, no local de execução do objeto para representá-la durante a execução.
(pág. 23).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

A contratada pelo período da contratação deverá apresentar-se todas as sextas – feiras no prédio do Pátio de máquinas da Secretaria de Obras e serviços para receber orientações e cronograma dos serviços a serem executados semanalmente, aonde será repassado o serviço pelo fiscal do contrato.
(pág. 23).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS EMPREGADOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.6. A detentora desta ata deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, no local de execução do objeto para representá-la durante a execução, sob pena de multa prevista nesta ata.
(pág. 29).

Registre-se que fica a cargo da futura contratada eleger seu preposto para representa-la perante o Município nos serviços licitados, desde que cumpra os requisitos elencados acima a empresa tem a livre determinação de eleger seu representante, e que para o exercício requerido o faça na forma da Lei e o credencie formalmente para tal cargo, e que cumpra a carga horaria prevista quando for necessário, pois como esta explicito, o preposto deverá acompanhar a execução do serviços de forma integral.

No mais quanto possíveis outras diferenças devem ser desconsideradas, tendo em vista que se trata de um registro de preço, ou seja, de uma possível contratação pelo Poder público municipal, se assim de fizer necessário pelo Município, podendo esta demanda ser totalmente usada como também poderá não ser utilizada.

A licitante deverá também considerar que trata-se de um estimativa não exata podendo sofrer variações conforme demanda, tendo em vista que as licitantes no próximo dia 18/04/2011 estarão em sessão pública no Município de Itapoá para somente registrarem seus preços sem promessa de uma contratação imediata, que assim ocorrer deverão iniciar os serviços em 03 (três) dias da ordem de serviço.

Itapoá, 15 de abril de 2011.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Licitações e Contratos

Pregoeira Oficial

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Homologação PL 33/2011

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 33/2011/PMJ, - Modalidade: PP 13/2011/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa para o fornecimento, de forma parcelada, de 140 m³ de gás oxigênio industrial e de 72 kg de gás acetileno industrial, destinados à manutenção das atividades da secretaria de infraestrutura do município, durante o exercício financeiro de 2011.

- Empresas Vencedoras:

OXIGENIO.COM GASES ATMOSFERICOS LTDA.

Valor : R\$ 10.084,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de abril de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PP 16/2011/FMS - PL 19/2011/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2011/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2011/FMS

Objeto: Aquisição de leites especiais, destinados à manutenção do Programa DST/HIV/AIDS e do serviço social da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 04/05/2011, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 04/05/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 18 de abril de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

VILMAR ZÍLIO
Gestor do FMS

Extrato TP 3/2011/PMJ - PL 43/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2011/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 3/2011/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários para a pavimentação dos passeios públicos em blocos de concreto na Avenida XV de Novembro, centro do Município de Joaçaba. Data da abertura: Dia 06/05/2011, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 06/05/2011, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 18 de abril de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Nota Licitação Deserta PP 1/2011/FUNREBOM - PL 1/2011/FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
NOTA DE LICITAÇÃO DESERTA

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2011/FUNREBOM
PP Nº 1/2011/FUNREBOM**

Aquisição de 01 (um) veículo tipo automóvel sedan, novo, 0 km, ano/modelo 2011, destinado a manutenção das atividades dos Bombeiros Militares de Joaçaba, de acordo com as características mínimas descritas no Anexo I do presente Edital. MOTIVO: Considerando o teor da Ata nº 1/2011, emitida pela Pregoeira e pela equipe de apoio em 28/03/2011, onde se constatou não acudirem interessados em participar da licitação, o Poder Público Municipal, resolve declarar:

1. DESERTO, o presente processo licitatório, bem como determinar e extinção do mesmo.

Joaçaba (SC), 28 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Contrato 804/2011 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 804/2011/PMJ
PROVENIENTE DO PL 33/2011/PMJ - PP 13/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: OXIGENIO.COM GASES ATMOSFERICOS LTDA.
OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de gás oxigênio industrial e/ou de gás acetileno industrial, destinados à manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, durante o exercício financeiro de 2011.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 10.084,00
DATA DE ASSINATURA: 14/04/2011.
VIGÊNCIA: 31/12/2011.

PLASS

Minuta de contrato

PLASS

Extrato do contrato nº 09/2011

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: RRR - SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO S/S LTDA

Data: 15/04/2011

Objeto: Prestação de serviços de nutrição

Período: um ano podendo ser renovado automaticamente por mais quatro períodos iguais e sucessivos.

SIMAE**Publicação Homologação PP 10/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 10/2011 - PR**

Processo Administrativo: 16/2011
 Processo de Licitação: 16/2011
 Data do Processo: 18/03/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 16/2011
 b) Licitação Nr.: 10/2011-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 15/04/2011
 e) Data da Adjudicação: 15/04/2011 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PAINEL ELETRÔNICO PARA DISPONIBILIZAR MENSAGENS AO PÚBLICO EXTERNO A SER INSTALADO EM FRENTE À SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007950 - DPI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	1	0,0000	15.000,00
	1		15.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 35.585,00

Joaçaba, 15 de Abril de 2011.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 023/2011

DECRETO Nº 023/2011

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE: DELEGAR a:

ADRIANO ARAÚJO, para no período de 15 de abril à 20 de maio de 2011, assinar a declaração residencial das famílias de Lauro Müller atingidas pelas enchentes, com fins de liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 15 de Abril de 2011.
HÉLIO LUIZ BUNN
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES
Sec. Administração, Fin. Planej.

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Balancete Financeiro PML

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 03/2011

Emissão: 31/03/2011

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	1.143.816,40	DESPESA ORCAMENTARIA	972.406,80
RECEITA CORRENTE	1.054.589,07	ADMINISTRAÇÃO	500.844,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	295.179,43	SEGURANÇA PÚBLICA	62,28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.658,42	SAÚDE	12.232,50
RECEITA PATRIMONIAL	14.383,39	TRABALHO	24,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	717.783,88	EDUCAÇÃO	258.575,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.583,95	CULTURA	13.242,62
RECEITAS DE CAPITAL	89.227,33	URBANISMO	39.712,77
ALIENAÇÃO DE BENS	89.227,33	AGRICULTURA	83.902,11
		INDÚSTRIA	3.718,72
		TRANSPORTE	38.086,51
		DESPORTO E LAZER	5.272,15
		ENCARGOS ESPECIAIS	16.732,34
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	133.453,30	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	379.395,01
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	867,56	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	867,56
SALARIO-FAMILIA	867,56	SALARIO-FAMILIA	867,56
PREVIDENCIA SOCIAL	19.513,35	PREVIDENCIA SOCIAL	19.513,35
INSS	19.513,35	INSS	19.513,35
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	8.369,74	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	8.113,90
Emprestimo Consignação Folha-CEF	2.493,50	Emprestimo Consignação Folha-CEF	2.509,34
Emprestimo Consignação Folha-Besc	5.876,24	Emprestimo Consignação Folha-Besc	5.604,56
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	5.695,02	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	436,26
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	436,26	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	436,26
Contribuição ASM	436,26	Contribuição ASM	436,26
SINDICATOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	5.258,76	DEPOSITOS E CAUCOES CNPJ, CPF, UG, IG OU	4.046,01
Contribuição Sindical	5.258,76	Simone Bento Teixeira Karloh	1.460,21
DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	1.560,53	Anderson Fiorin	589,13
Tucano Obras e Serviços Ltda	223,50	João Luis Marques	667,89
Empresa Joaçabense Transportes Coletivo	262,49	Luis Tedesco	1.328,78
Brandalise Com Equip. de Segurança Ltda	44,00	DEPOSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES CNP	2.940,40
Fernando Ignacio Rossa	153,45	Tucano Obras e Serviços Ltda	223,50
Maria Jurema Iagher Dos Santos Me	368,17	Empresa Joaçabense Transportes Coletivo	262,49
Verona Engenharia Ltda	167,92	Brandalise Com Equip. de Segurança Ltda	44,00
Daiane Martini	341,00	Fernando Ignacio Rossa	153,45
RESTOS A PAGAR	97.447,10	Maria Jurema Iagher Dos Santos Me	368,17
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	97.447,10	Verona Engenharia Ltda	1.547,79
		Daiane Martini	341,00
		RESTOS A PAGAR	194.894,20
		NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	97.447,10
		Não Processadas a Liquidar 2010	97.447,10
		NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	97.447,10
		REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	148.583,33
		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	100.000,00
		CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZER	48.583,33
> DESPESA EMPENHADA	972.406,80	> DESPESA PAGA	1.203.258,30
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	972.406,80	CREDITO LIQUIDADO	1.203.258,30
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	1.203.258,30
> SALDOS ANTERIORES	1.842.656,99	> SALDOS ATUAIS	1.537.273,38
APLICACOES FINANCEIRAS	1.840.873,49	APLICACOES FINANCEIRAS	1.524.959,06
BANCO DO BRASIL	1.773,84	BANCO DO BRASIL	6.994,66
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	9,66	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.319,66
> TOTAL	4.092.333,49	> TOTAL	4.092.333,49


DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Macieira

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2011

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2011

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, representado pelo Sr. ROZALINO CAMUZZATTO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e Lei 10.520/02, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0005/2011 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0003/2011, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 10h00min, do dia 04 de maio de 2011, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço antes citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2304, de 03 de janeiro de 2011, estará recebendo propostas para a Aquisição de equipamentos de uso geral na Secretaria Municipal de Saúde conforme especificações do anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 10h00m horas do dia 04/05/2011, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira, SC, 18 de abril de 2011.

ROZALINO CAMUZZATTO

Secretário Municipal de Saúde

Maracajá

PREFEITURA MUNICIPAL

Prorroga o Decreto Nº 05, de 19 de Janeiro de 2011

DECRETO Nº 021 DE 18 DE ABRIL DE 2011.

Prorroga o Decreto Nº 05, de 19 de Janeiro de 2011, que declarou situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência, a área do município, afetada por Enxurradas ou Inundações Bruscas.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 73, VII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de Agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil;

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 18 de Janeiro de 2011, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos

- AVADAN e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, conforme cópia da Ata anexo a este Decreto;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravando pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto Nº 05, de 19 de Janeiro de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de abril de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 18 de abril de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 004/2011

PORTARIA n.º 004/2011

TRATA NOMEAÇÃO OPERADOR DE ESTAÇÃO (ETA/ETE).

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal artigo 51, inciso I, e Lei nº1186/2006, e Lei complementar nº022/2006 e Lei Complementar nº 026/2009 e suas alterações, RESOLVE: NOMEAR

Art. 1.º O Senhor MARCIO RENE RECCHIA, para ocupar o cargo

de Operador de Estação (ETA/ETE), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades vinculadas a SAMAE, em conformidade com o Concurso Público nº 001/2010-SAMAE, a partir da presente data.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Abril de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

EVERALDO MARTINS
Diretor da SAMAE

Portaria n.º 123/2011

PORTARIA n.º 123/2011
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL DO MAGISTÉRIO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município e Lei nº 1409/2010 de 28 de dezembro de 2010, RESOLVE:
L O T A R

Artigo 1.º A servidora pública municipal MARISA DE LUCA PIAZZA, matrícula n.º 152 - na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Napoli, conforme Lei nº 1409/2010 de 28 de dezembro de 2010.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de abril de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria n.º 124/2011

PORTARIA n.º 124/2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR SERVIÇO GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a lei Municipal nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e Lei Complementar nº 014/2005, de 27 de outubro de 2005, RESOLVE:
E X O N E R A R

Art. 1.º A Senhora ZENADIR MACHADO GONÇALVES, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Portaria de nomeação nº 047/2002, de 01 de agosto de 2002, em virtude de sua aposentadoria junto a Previdência Social (INSS).

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de nomeação nº 047/2002, de 01 de agosto de 2002.

Meleiro, 18 de Abril de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 328/2011

PORTARIA Nº 328 /2.011
Abre Processo de Sindicância Sigilosa.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, com fundamento no Art. 196, § Único da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º- Instaurar, com fundamento no OFÍCIO/TCE/GAP/OUVI nº011/2011, abertura de Processo de Sindicância Sigilosa, para apurar recebimento direto por servidor, relativo a tributo municipal.

Art. 2º - Designar o servidor público municipal, Alirio Apolônio Cim, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Contábil Financeiro, para proceder abertura do Processo de Sindicância Sigilosa, com base no ofício mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - O prazo para conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado, por igual período.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de abril de 2011.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Edital de TOMADA de Preços Nº 002/2011

AVISO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 027/2011
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2011
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Constitui objeto da presente licitação seleção de propostas para Construção de 13 (treze) Casas Unifamiliares em Madeira, com área total de 42,00 m2, a ser edificada no município, nos termos do Contrato de Repasse Nº 256.219-33/2008-Programa de Habitação de Interesse Social, em regime de empreitada global, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante deste edital.

Abertura dos Envelopes: 09:00horas do dia 06/05/2011

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores

Novo Horizonte (SC) em 18 de Abril de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Extrato de TA 001 ao CT 019/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº: 019/2011 TA 001

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: COMERCIAL ALVORADA LTDA

Valor: 269,28 (duzentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos)

Vigência: Início: 14/04/2011 Término: 31/12/2011

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 7/2011

Recursos: Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (27) Saldo: 12.116,61

Objeto: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento da quantidade dos itens, sendo 36 Kg de carne suína. Genêros Alimentícios para compor a Merenda Escolar.

Novo Horizonte, 14 de Abril de 2011

Extrato TA 001 ao CT 010/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº: 010/2011 TA 001

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: COMERCIAL ALVORADA LTDA

Valor: 983,01 (novecentos e oitenta e três reais e um centavo)

Vigência: Início: 14/04/2011 Término: 31/12/2011

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 2/2011

Recursos: Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (27) Saldo: 22.000,00

Objeto: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento da quantidade dos Gêneros Alimentícios para compor a merenda escolar, para os alunos da rede municipal de ensino, abaixo relacionados.

Novo Horizonte, 14 de Abril de 2011

Extrato TA 001 ao CT 011/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº: 011/2011 TA 001

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: CLAIRTO RICARDI ME

Valor: 365,25 (trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)

Vigência: Início: 14/04/2011 Término: 31/12/2011

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 2/2011

Recursos: Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (27) Saldo: 22.000,00

Objeto: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento da quantidade dos Gêneros Alimentícios para compor a merenda escolar, para os alunos da rede municipal de ensino, abaixo relacionados.

Novo Horizonte, 14 de Abril de 2011

Palmitos

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório 062/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº062/11 Modalidade: Tomada de Preço nº011/11. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE ALAMBRADO E MURRO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO, SITUADA NA RUA RESENER, PALMITOS/SC. Entrega do Envelopes : 06/05/2011, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 06/05/2011 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 18 de abril de 2011.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Processo Licitatório 063/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº063/11 Modalidade: Pregão Presencial nº009/11. Objeto: AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS. Entrega do Envelopes : 10/05/2011, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 10/05/2011 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 18 de abril de 2011.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Nº 0124/2011

CONTRATO Nº 0124/2011

OBJETO:Aquisição de Pneus para a Secretaria da Saude

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa 042/2011
 EMPRESA CONTRATADA: DVA Veículos Ltda
 VALOR DO CONTRATO: R\$ R\$ 1.941,92 (um mil novecentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos).
 DATA DO CONTRATO: 23/02/2011
 PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 118/2011

Contrato Administrativo Nº 118/2011
 Fornecimento De Medicamentos E Material Médico-Hospitalar
 Empresa: CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
 Valor global R\$ 7.190,00
 Data 28/03/2011

Contrato Nº 119/2011

Contrato Administrativo Nº 119/2011
 Fornecimento De Medicamentos E Material Médico-Hospitalar
 Empresa: Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda
 Valor global R\$ 6.711,00
 Data 28/03/2011

Contrato Nº 120/2011

Contrato Administrativo Nº 120/2011
 Fornecimento De Medicamentos E Material Médico-Hospitalar
 Empresa: DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA
 Valor global R\$ 1.992,00

Contrato Nº 121/2011

Contrato Administrativo Nº 121/2011
 Fornecimento De Medicamentos E Material Médico-Hospitalar
 Empresa: METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALARES
 Valor global R\$ 3.791,00
 Data 28/03/2011

Contrato Nº 141/2011

Contrato Administrativo Nº 141/2011
 Contratação de Monitor telecentro Comunitário
 Empresa: DAIANA PERAZZOLI
 Valor mensal R\$ 335,00
 Data 12/04/2011

Contrato Nº 142/2011

CONTRATO Nº 142/2011
 OBJETO: Calçamento Rua Germano Zanella
 EMPRESA: Fiorelli Ind. e Com. de Lajotas Ltda
 VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.072,85
 DATA 12/04/2011
 PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo Licitatório 032/2011 Extrato de Prorrogação

Município de Porto União
 Estado de Santa Catarina
 Processo Licitatorio 032/2011

Extrato de Edital de Convite 003/2011
 PRORROGAÇÃO DE EDITAL

O Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições torna publico que fica prorrogado para o dia 03 de maio de 2011 as 14:00 horas, na Prefeitura Municipal, o recebimento dos envelopes e abertura dos mesmos, tendo em vista alterações no item 12 (doze) do edital. Maiores informações e copia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 35231155, pelo e mail liciteportouniao@yahoo.com.br.

Porto União SC, 15 de abril de 2011.

ANÍSIO DE SOUZA

Prefeito Municipal em exercício

Edital de Processo Seletivo Público Nº 005/2011 - Agente Comunitário de Saúde

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 005/2011
 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

O Prefeito Em Exercício do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais Considerando o Recurso do candidato LE-ANDRO MACIEL inscrição nº 40 para a Unidade de Saúde Centro, RESOLVE:

RETIFICAR a nota da Prova Escrita de 78 pontos para 80 pontos.

Porto União (SC), em 15 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Em Exercício

Edital de Processo Seletivo Público Nº 006/2011 - Agente Comunitário de Saúde

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 006/2011
 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

O Prefeito Em Exercício do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme relação abaixo;

UNIDADE BASICA DE SAUDE DO BAIRRO SÃO PEDRO:			
INSC	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	NOTA
038	SONIA PRITZSCHE	1º	86
056	AMANDA BANASZESKI	2º	84
039	EMERSON AUGUSTO M. PADILHA VAZ	3º	80
028	NOELI EMA ZETTEL PORCIDES	4º	78
060	ROSE APARECIDA DA SILVA ALMEIDA	5º	76
053	CARLA KARINA NOGA VACELKOSKI	6º	72
057	SUZAN CRISTIANE DE CASTRO	7º	72
010	MARINA DOS SANTOS L. DE MORAES	8º	70
025	CLEONICE SCHELBAUER TOMAZI	9º	70
019	FLAVIO EDUARDO DOLINSKI	10º	70
064	CLAITON RODRIGUES FERREIRA	11º	70
049	PATRICIA APARECIDA VIEIRA	12º	64
011	MARILEIA CAROLINE BELINSTRE	13º	64
036	SEVERINA PROCAYLO PECHARKI	14º	64
007	SONIA MARIA DOS SANTOS	15º	62
015	ANA PAULA MENDES DE ARAUJO	16º	60
031	MARLENE LERNER	17º	60
018	MICHELI PAULA KINGERSKI	18º	58
003	JOCILEIA APARECIDA FIGUEIRA	19º	54
034	ANDREIA CAETANO DE SOUZA	20º	54
022	MARILZA AP. DOS SANTOS AMARAL	21º	52
058	PRISCILA DIANA DO PRADO	22º	52

UNIDADE BASICA DE SAUDE DO BAIRRO VICE KING:

INSC	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	NOTA
026	MICHELLY APARECIDA DOLIZNEY	1º	76
048	ANA CAROLINA PIOVESAN	2º	76
044	DEBORA CAVALLI	3º	72
055	CLEUSA COHLS DE AMORIN	4º	70
024	CAMILA APARECIDA DE OLIVEIRA	5º	70
002	ELISIANE HELLEN SOARES	6º	68
050	VANESSA WITIUK FERREIRA	7º	68
063	KEITI LUANA DA CUNHA	8º	66
008	GABRIELA CRISTINA RIBEIRO	9º	56
017	DANIELE CASTANHA MEDEIROS	10º	54
016	JANAINA GONÇALVES DE JESUS	11º	50
014	SIMONE SOUZA	12º	50

UNIDADE BASICA DE SAUDE DO BAIRRO SÃO BERNARDO DO CAMPO:

INSC	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	NOTA
009	DANIELE C. GONÇALVES DA MAIA	1º	60
051	MARINA DE FATIMA DA SILVA BUENO	2º	60
013	GISELE ROSALINO	3º	56
047	CLAUDIA MARIA PEDROSO	4º	54

UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL:

INSC	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	NOTA
040	LEANDRO MACIEL	1º	80
059	JOSE ROBERTO CORREA SUCH	2º	78
042	MELODINE FELICIO	3º	72
067	CAMILA TWARDOWSKI	4º	68
006	ALIANA HUERGO	5º	60
012	CLAUDIA VERIDIANA DA SILVA	6º	54

Porto União (SC), em 15 de abril de 2011.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Em Exercício

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Municipal nº 5.108/2011

LEI Nº 5.108, de 25 de março de 2011.

“CONCEDE SUBVENÇÃO AO CLUBE DAS MÃES - LAR DAS MENINAS DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção mensal ao Clube de Mães - Lar das Meninas de Rio do Sul, entidade declarada de Utilidade Pública, através da Lei Municipal nº 309/57.

Parágrafo único - O valor total da subvenção referida no artigo 1º, será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e será repassado à Entidade da seguinte forma:

I - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação da presente Lei.

II - O restante em 09 (nove) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), até o dia 15 de cada mês.

Art.2º- Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - A subvenção objeto da presente Lei destina-se ao custeamento de despesas com manutenção e execução de programas sociais e manutenção da sede.

Art. 4º - A entidade ora subvencionada, fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 25 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.109/2011

LEI Nº 5.109, de 29 de março de 2011.

“ALTERA O INCISO IV DO § 2º DO ART. 13 DA LEI Nº 4.448 DE 26 DE SETEMBRO DE 2.006, ACRESCENTADO PELO ART 2º DA LEI Nº 5.035, DE 05 DE OUTUBRO DE 2.010”.

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso IV do § 2º do Art.13 da Lei nº 4.448 de 26 de setembro de 2006, acrescentado pelo Art. 2º da Lei nº 5.035, de 05 de outubro de 2.010, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 13 ()

§ 2º ()

IV - no benefício de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, o valor do subsídio será de até 01 (um) salário mínimo, pelo prazo de até 18 (dezoito) meses, podendo ser renovado por uma única vez se persistirem as condições de vulnerabilidade temporária, desde que atestado pelo Departamento de Assistência Social da Secretaria Municipal de Habitação e devidamente aprovado pelo Conselho do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de que trata esta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de março de 2.011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.110/2011

LEI Nº 5.110, de 29 de março de 2011.

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR ACORDO JUDICIAL NOS AUTOS DA AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS Nº 054.10.007783-1 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar acordo judicial nos autos da Ação de Ressarcimento de Danos nº 054.10.007783-1, oriunda da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio do Sul.

Art. 2º - O valor acordado que será pago à Caroline da Fonseca Cachorowski é de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Parágrafo Único. O pagamento descrito neste artigo incluem a quitação total do débito pelo município, incluído aí todas as custas judiciais existentes e honorários advocatícios.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Lei Municipal nº 5.111/2011

LEI Nº 5.111, de 29 de março de 2011.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER EQUIPAMENTOS E PESSOAL AO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, ATINGIDO PELAS CHEIAS, EM RAZÃO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA QUE ASSOLA O MUNICÍPIO."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder equipamentos e pessoal ao município de Mirim Doce, que foi atingido pela cheia do Rio Taió, em razão do Estado de Calamidade Pública que assola o Município.

Art. 2º - Os equipamentos serão cedidos até a normalização das condições do município, em especial serviços públicos essenciais, como saúde, trânsito e segurança.

Art. 3º - O tempo de cessão, bem como o controle dos equipamentos cedidos, será de inteira competência da Defesa Civil do Município de Rio do Sul, que deverá atuar conjuntamente com a Defesa Civil Estadual.

Art. 4º - As despesas de locomoção dos equipamentos até o município atingido, bem como dos funcionários públicos cedidos, correrão à conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Parágrafo Único. Correrão à conta do município beneficiado as demais despesas com equipamentos e pessoal.

Art. 5º - O Executivo Municipal expedirá decreto especificando os equipamentos e pessoais cedidos, bem como o município beneficiado, de acordo com o interesse público constatado pela Defesa Civil do Município de Rio do Sul.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de março de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1780/11

DECRETO Nº 1.780, de 04 de abril de 2011

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 024/2011 de 18.03.2011.

Parágrafo Único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de que o preço apresentado ser maior que o orçado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 04 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1781/11

DECRETO Nº 1.781, de 07 de abril de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços N.º 026 de 09/03/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 07 de abril de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 1.781/2011

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 026/11 de 09.03.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços para execução de conserto de calçamento, constituindo na retirada e recolocação de lajotas, paralelepípedos e meio fio em diversas ruas do município (quantidade 50.000m²).

Preço: global

Participantes: TERRAPLANAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA, L B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME e ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Decreto Nº 1782/11

DECRETO Nº 1.781, de 07 de abril de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços N.º 026 de 09/03/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 07 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 1.781/2011

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 026/11 de 09.03.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços para execução de conserto de calçamento, constituindo na retirada e recolocação de lajotas, paralelepípedos e meio fio em diversas ruas do município (quantidade 50.000m²).

Preço: global

Participantes: TERRAPLANAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA, L B COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME e ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

Decreto Nº 1783/11

DECRETO Nº 1.783, de 08 de abril de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Concorrência Pública N.º 010 de 09/02/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes ESTEIO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA e TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 08 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

ANEXO AO DECRETO Nº 1.783/2011

Concorrência Pública nº 010/11 de 09.02.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para pavimentação, repavimentação e drenagem pluvial de ruas do município.

Preço: por item

Participantes: ESTEIO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, VIAPAV CONSTRUTORA LTDA, ENGPAV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA, TERRAPLENAGEM AZZA LTDA, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, RECAMAP CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA, A. MENDES TERRAPLENAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, LZK CONSTRUTORA LTDA e SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

.Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedores os licitantes ESTEIO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA e TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.

Decreto Nº 1784/11

DECRETO Nº 1.784 de 08 de abril de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO
2.029 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO
2.029 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 200.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 08 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

Decreto Nº 1785/11

DECRETO Nº 1.785, de 08 de abril de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO
2.066 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO
2.066 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 200.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 08 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1786/11

DECRETO Nº 1.786, de 08 de Abril de 2011

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 5.116,97 (cinco mil, cento e dezesseis reais e noventa e sete centavos), por conta do excesso de arrecadação em decorrência do convênio do Governo Estadual, para Construção de Galerias de Drenagem Pluvial:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS
1.086 Construção Galerias Drenagem Pluvial
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00 INVESTIMENTOS
4.4.90.00 Aplicações Diretas
00.01.0009 Convênios do Estado/Prefeitura R\$ 5.116,97
TOTAL R\$ 5.116,97

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 08 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1787/11

DECRETO Nº 1.787, de 11 de abril de 2011.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Agricultura, o veículo, conforme segue:

- O veículo Celta, placa MDL-3195, registrado junto ao Patrimônio do Município sob o nº 277, no dia 14 de abril de 2011, bem como o Motorista Veículo Leve, Sr. Adriano Mendes, matrícula 27.669/01.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, bem como a do motorista, correrão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de abril de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1788/11

DECRETO Nº 1.788, de 11 de abril de 2011

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 037/2011 de 22.03.2011.

Parágrafo Único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão de interesse público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de abril de 2011
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ THOMÉ

Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1789/11

DECRETO Nº 1.789, de 11 de abril de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial N.º 028 de 17/03/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes A. V. SEQUINEL FILHO MALHAS E ESTAMPARIA-EPP, NILCATEX TEXTIL LTDA e DOUAT TEXTIL LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ THOMÉ

Secretário Municipal de Administração
Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.789/2011

Pregão Presencial nº 028/11 de 17.03.2011

Objeto da Licitação: Aquisição de 08 (oito) lotes de uniformes escolares para alunos da Rede Municipal de Ensino - Sec. de Educação.

Preço: por item

Participantes: DUCONTEX IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, A. V. SEQUINEL FILHO MALHAS E ESTAMPARIA-EPP, WOOLUE CONFECÇÕES LTDA, NILCATEX TEXTIL LTDA, FRAI VEST.IND.E COM. DE VESTUÁRIO LTDA-ME, COR URBANA IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA-ME, FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA-ME, DOUAT TEXTIL LTDA e DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA.

.Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes A. V. SEQUINEL FILHO MALHAS E ESTAMPARIA-EPP nos lotes 002,003,004; NILCATEX TEXTIL LTDA no lote 001 e DOUAT TEXTIL LTDA nos lotes 005,006,007 e 008.

Decreto Nº 1790/11

DECRETO Nº 1.790, de 11 de abril de 2011

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo do Município de Rio do Sul - Edital nº 008/2011, destinado ao preenchimento de vaga para a função de Médico Perito, em caráter temporário, da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º - Ficam designados os servidores a seguir identificados para compor a comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

José Thomé - Presidente

Carla Fabiana Ribeiro- Secretário

Maristela Regina Balbinot - Membro

Ramiro de Liz e Souza - Membro

Tiago André de Souza-Membro

Art. 3º - À referida Comissão, compete: a elaboração do edital, o acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 11 de abril de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Vlrm

Decreto Nº 1791/11

DECRETO Nº 1.791, de 12 de abril de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 018/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 1581/10, o resultado da Concorrência Pública N.º 018 de 25/02/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 12 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.791/2011

Concorrência Pública nº 018/11 de 25.02.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para implantação de sinalização vertical e horizontal na alteração viária nos bairros Canta Galo e Jardim América.

Preço: global

Participantes: SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

.Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão de Licitações declarou vencedor o licitante SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA.

Decreto Nº 1792/11

DECRETO Nº 1.792, de 12 de abril de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial N.º 038 de 25/03/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes BARRETO EQUIPAMENTOS E ELETRÔNICOS LTDA-EPP e VECTRA MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 12 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 1.792/2011

Pregão Presencial nº 038/11 de 25.03.2011

Objeto da Licitação: Aquisição de microcomputador e notebooks para diversas Secretarias da Municipalidade.

Preço: por item

Participantes: BASTOS INFORMATICA LTDA, VECTRA MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA, IRMÃOS BOHRER ELETRO ELETRONICOS LTDA-ME, ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA-EPP, CELIA REGINA WAMBOMMEL-ME, BARRETO EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS LTDA-EPP, REAL CONST.E COM.ATAC. DE MAT.CONST.LTDA-ME, JACKSON ANDREY FERREIRA-ME e DIAL DEPARTAMENTOS LTDA.

.Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes BARRETO EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS LTDA-EPP e VECTRA MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA.

Decreto Nº 1794/11

DECRETO Nº 1.794, de 13 de abril de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado a Dispensa de Licitação nº 053/2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 13 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1795/11

DECRETO Nº 1.795, de 13 de abril de 2011.

" NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são garantidas pelo inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os Senhores: Eugênio Vicenzi, Sérgio Vasselai , Jailson Roberto de Oliveira e Eduardo Aragão Silva, para em comissão procederem a avaliação de uma área de terra com 1.500,00m² , Matrícula nº 43.794, pertencente ao Clube das Mães, localizada na Rua João Ledra, bairro Taboão.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 13 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 1797/11

DECRETO Nº 1.797 de 13 de abril de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS URBANAS
2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 375.000,00

TOTAL R\$ 375.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$

375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS URBANAS
2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 375.000,00
TOTAL R\$ 375.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 13 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
Vlrm

Decreto Nº 1799/11

DECRETO Nº 1.799, de 13 de abril de 2011

"RETIFICA VALOR DOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DA SRA. HELGA MARIA POBENGA, CONCEDIDA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 272/2008."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal, e com ao contido no procedimento denominado "Audiência" integrante do processo nº APE 08/00562372 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO, que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, apontou restrição no cálculo dos proventos de aposentadoria da servidora HELGA MARIA POBENGA, haja vista a Unidade não ter observado a regra referente ao cálculo disposta na Lei nº 10887/2004.

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado a partir de 01/04/2011, o valor dos proventos da inatividade da servidora HELGA MARIA POBENGA, aposentada através do Decreto nº 272, de 23/06/2008, por invalidez decorrente de moléstia grave e incurável, conforme laudo médico, devendo ser utilizado para a fixação do valor dos proventos, o resultado integral obtido através da média aritmética simples das 80% maiores contribuições da servidora a partir de março de 2002.

Art. 2º - Na conformidade da Lei Complementar Municipal nº 216, de 14 de dezembro de 2010, e Lei Federal nº 10.887/2004, os futuros reajustes nos proventos da servidora identificada no Art. 1º deste Decreto, por não ter direito a paridade, deverão ser efetivados na mesma data e pelo mesmo índice de reajuste concedido pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 13 de abril de 2011.
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Decreto Nº 1800/11

DECRETO Nº 1.800, de 13 de abril de 2011

"NOMEIA ADRIANA ELISABETH ZIMMERMANN RAMEZANALI"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Nomear ADRIANA ELISABETH ZIMMERMANN RAMEZANALIG para, a partir de 11/04/2011, exercer o cargo em comissão - Chefe da Divisão de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 13 de abril de 2011
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ
Secretário Municipal de Administração
Vlrm

Edital de Alteração do Pregão Presencial 042/2011

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Milton Hobus, comunicam aos interessados que fica alterado a redação dos itens 01 - PREÂMBULO e 2 - o OBJETO LOTE 02 item "Colchão para berço" do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2011, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

"

1.1- ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 03/05/2011, às 10:00h.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 03/05/2011.

2- OBJETO

2.1- Este edital refere-se à aquisição pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul de materiais para berçário para a Secretaria de Educação, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações seguintes:

LOTE 2

Qte.	Especificações
1.000 UN.	Colchonetes: para educação infantil, com dimensões 1,50cm x 0,60cm x 0,08cm, em bagum 0,06 cm, densidade D20, com ilhóis e zíper na largura.
50 UN.	Colchão: solteiro D33, tecido bordado, composição textil 50% algodão e 50% poliéster, c/ espuma de poliuretano, com dimensões 088 cm x 1,88 x 0,17 cm, antialérgico.
50 UN.	Colchão: para berço espuma em espuma flexível 100% politiana, tecido bordado, composição têxtil 100% poliéster, com 1,30cm compr. x 0,60cm larg. x 0,12 cm de espessura, D18 com Selo de qualidade Pró-Espuma, antialérgico e antimoho.

"

Rio do Sul, 18 de abril de 2011
MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de Concorrência Pública 054/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 054/2011

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 2 5 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução para obras de drenagem e pavimentação asfáltica com CAUQ, Estrada Boa Esperança, Fundo Canoas, com extensão de 2.507,03 metros em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:30 horas do dia 20 de maio de 2011, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 20 de maio de 2011, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 15 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Edital de Tomada de Preço 055/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 055/2011

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 2 5 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa para execução de obras de galerias de concreto na Estrada Boa Esperança, bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:30 horas do dia 04 de maio de 2011, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 04 de maio de 2011, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 15 de abril de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Extrato de Edital 18/2011 FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2011 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DESTA SECRETARIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 03/05/2011, às 08:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30 horas do dia 03/05/2011.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Setor de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Departamento de Assistência Farmacêutica

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

40.01.2.087.3.3.90.00.00.00.00.00 - BLFAB - FARMÁCIA BÁSICA

40.01.2.114.3.3.90.00.00.00.00.00 - PROGRAMA DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Instrução Normativa Nº 0001/2011

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0001/2011

Orienta os servidores quanto aos procedimentos relativos a disponibilização da folha de pagamento via "on-line".

O Secretário de Administração do Município de Rio do Sul, considerando, a existência do Portal do Servidor Público, e visando a economicidade de gastos bem como a celeridade nos procedimentos, esclarece:

1º - A partir do dia 01/05/2011, a folha de pagamento dos servidores efetivos, comissionados, agentes políticos, empregados públicos vinculados a Administração direta e indireta do Município, passará a ser disponibilizada no Portal do Servidor Público através do site www.riodosul.sc.gov.br/rh.

2º - O servidor que optar pelo não recebimento da folha impressa pelo Departamento de Recursos Humanos, deverá requerer através de e-mail enviado para o endereço eletrônico adm.rh@riodosul.sc.gov.br, ou preencher um formulário diretamente no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria ou Fundação Pública

Municipal a que está vinculado.

3º- Após o requerimento, para ter acesso a folha de pagamento o servidor deverá realizar um cadastro e escolher uma senha no mesmo endereço mencionado no artigo 2º da presente Instrução Normativa.

4º - É facultado ao servidor a qualquer tempo realizar novo requerimento alterando a sua opção sob a forma de recebimento da folha de pagamento.

Rio do Sul, 13 de abril de 2.011.
JOSÉ EDUARDO ROTHARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato 0045/2011

Extrato de Contrato 0045/2011
Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC
Contratado: G. Pasteur laboratório de análises clínicas e patologia LTDA
Objeto: Credenciamento para coleta, análise, apresentação de relatórios e amostras de exames laboratoriais para o FMS durante o exercício de 2011.
Vigência: 11/04/11 à 31/12/11.
Processo: 0041/2011
Licitação: IL 006/2011
Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 11 de Abril de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 0046/2011

Extrato de Contrato 0046/2011
Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC
Contratado: Rosana Farma Com. De Medicamentos LTDA
Objeto: Credenciamento para fornecimento de medicamentos e materiais farmacológicos para o FMS durante o exercício de 2011.
Vigência: 11/04/11 à 31/12/11.
Processo: 0042/2011
Licitação: IL 007/2011
Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 11 de Abril de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 0048/2011

Extrato de Contrato 0048/2011
Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC
Contratado: Farmacia Salto Veloso LTDA ME
Objeto: Credenciamento para fornecimento de medicamentos e materiais farmacológicos para o FMS durante o exercício de 2011.

Vigência: 11/04/11 à 31/12/11.
Processo: 0042/2011
Licitação: IL 007/2011
Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 11 de Abril de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 0049/2011

Extrato de Contrato 0049/2011
Prefeitura De Salto Veloso - SC

Contratante: Prefeitura Municipal de Salto Veloso - SC
Contratado: Nereu Zenor Zancanaro EPP
Objeto: Credenciamento para fornecimento de medicamentos e materiais farmacológicos para o FMS durante o exercício de 2011.
Vigência: 11/04/11 à 31/12/11.
Processo: 0042/2011
Licitação: IL 007/2011
Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Salto Veloso, 11 de Abril de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicacao de Extrato de Edital

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 328/2011

MODALIDADE: Pregão Presencial N. 22/2011 O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão para CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DE JORNAL SEMANAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 09:00 horas do dia 04/05/11, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 09:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site: www.staterezhinahprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 15/04/11.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 1.932 - Autoriza disponibilizar servidores para o Poder Público

LEI Nº 1.932, DE 15 DE ABRIL DE 2011.
Autoriza o Prefeito Municipal a promover a disponibilização de servidores efetivos e dá outras providência.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a promover a disponibilização de servidores públicos municipais efetivos ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, por intermédio da celebração de Termo de Convênio.

Art. 2º Os servidores efetivos disponibilizados em razão da presente Lei, observarão os horários e as regras de funcionamento estabelecidas pela Diretoria do Fórum, no qual prestarão serviços.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de abril de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 625, de 12 de Abril de 2011

LEI Nº 625, DE 12 DE ABRIL DE 2011

“Institui o Código de Vigilância Sanitária, Dispõe Sobre Normas Relativas à Saúde no Município de São Pedro de Alcântara, Estabelece Penalidades e dá outras providências”.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS

Art. 1º - Este código estabelece normas de ordem pública e interesse social para proteção, defesa, promoção, prevenção e recuperação de saúde, nos termos dos Arts. 6º, 23 - Itens II; 30 - Itens, I, II, III, V,VII e VIII; 194 e 196 da Constituição Federal, da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dos Artigos 52,53,54 a 91 da Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - Os assuntos pertinentes à vigilância sanitária do município de São Pedro de Alcântara são regidos pela presente Lei, atendidas as legislações estadual e federal.

Art. 3º - Entende-se por vigilância sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I. o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II. o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou

indiretamente com a saúde.

Art. 4º - Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no município de São Pedro de Alcântara está sujeita às determinações da presente Lei, bem como às dos regulamentos, normas técnicas e instruções dela advindas.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

§ 2º - A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§ 3º - A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como, outras providências definidas pela autoridade de saúde, com fundamento na legislação em vigor.

Art. 5º - É responsabilidade da autoridade sanitária fiscalizar todo e qualquer sistema de esgotamento sanitário, público ou privado, individual ou coletivo, ou legalmente estabelecidos em todos os aspectos que possam comprometer a preservação da saúde pública. Os proprietários de imóveis particulares (urbanos ou rurais), são responsáveis pela construção e manutenção de fossa séptica e/ou sumidouros.

Art. 6º - Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistemas de esgotamento sanitário, públicos ou privados, individuais ou coletivos, devem ser elaborados, executados e operados conforme normas técnicas estabelecidas neste Código Municipal e Lei Estadual nº. 6.320/83 (código sanitário).

Art. 7º - A autoridade sanitária notificará o infrator para que regularize o sistema de esgoto no prazo estabelecido de 30 (trinta dias), transcorrido o prazo previsto na notificação, será emitido Auto de Infração, onde especificará as penalidades aplicáveis. Transcorrido o prazo estabelecido no Auto de Infração sem que tenha havido manifestação do infrator no sentido de regularizar as ilegalidades apontadas quanto da Notificação, a Secretaria Municipal de Saúde aplicará multa, conforme a natureza das infrações, previstas no artigo 96, parágrafo único e seus incisos.

Art. 8º - O infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias ao órgão arrecadador competente, podendo oferecer defesa ou impugnar o auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua cientificação, observado as disposições previstas neste Código Municipal e Lei Estadual nº. 6.320/83 (código sanitário).

Art. 9º - Caso o infrator não efetue pagamento da multa aplicada, não oferecer defesa dentro do prazo estabelecido, a respectiva multa deverá ser agregada quando da cobrança do IPTU no exercício vincendo.

Art. 10º - A construção de novos imóveis residenciais ou comerciais, que se encontrarem irregular com o sistema de fossa séptica e sumidouro (filtro) não terá seu “habite-se” liberado.

Art. 11º - O imóvel irregular com a vigilância sanitária, não poderá sofrer transferência imobiliária.

TÍTULO - II DA COMPETÊNCIA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Art. 12º - Os princípios expressos neste Código dispõem sobre precaução, bioética, proteção, promoção e preservação da saúde, atendendo aos princípios expressos nas Constituições Federal e Estadual, nas Leis Orgânicas de Saúde nº 8080, de 19 de setembro de 1990 e nº 8142 de 28 de dezembro de 1990, Lei Orgânica

do Município de São Pedro de Alcântara, Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, baseando-se nos seguintes preceitos:

Art. 13º - Compreende-se por ações de Vigilância Sanitária o conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir sobre os problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos, serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população em geral.

Art. 14º - Compreende-se como campo de abrangência de atividades de Vigilância Sanitária Municipal.

I. Orientação, Controle e Fiscalização de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionam à saúde, envolvendo a comercialização e consumo, compreendendo pois, matérias primas, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, medicamentos, saneantes, produtos químicos, produtos agrícolas, produtos biológicos, drogas veterinárias, águas, bebidas, agrotóxicos, biocidas, equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, insumos, cosméticos e produtos de higiene pessoal, dentre outros de interesse à saúde.

II. Orientação, controle e fiscalização da prestação de serviços que se relacionam, direta ou indiretamente, com a saúde, abrangendo, dentre outros serviços veterinários, odontológicos, farmacêuticos, clínico-terapêuticos, diagnósticos e de controle de vetores e roedores.

III. Orientação, controle e fiscalização sobre o meio ambiente, devendo estabelecer relações entre os vários aspectos que interferem na sua qualidade, compreendendo tanto o ambiente e processo de trabalho como de habilitação, lazer e outros sempre que impliquem riscos à saúde, como aplicação de agrotóxicos, edificações, parcelamento do solo, saneamento urbano e rural, lixo domiciliar, comercial, industrial e hospitalar.

IV. Orientação, controle e fiscalização de estabelecimento industrial, comercial e agropecuário.

V. Educação em Vigilância Sanitária com enfoque na propaganda e no uso racional de medicamentos e outros produtos. Elaboração de materiais educativos, palestras educativas nas escolas e grupos sociais, com enfoque na preservação do meio ambiente saneamento básico.

Art. 15º - A Vigilância Sanitária será exercida pelo Município, no âmbito de suas atribuições e na respectiva circunscrição territorial pela Autoridade Municipal, sem prejuízo da ação estadual.

CAPÍTULO I DO REGISTRO E DO CONTROLE

Art. 16º- Todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 17º - Estão obrigados a registro no órgão competente do Ministério da Saúde:

I. os aditivos intencionais;

II. as embalagens, equipamentos e utensílios elaborados e/ou revestidos internamente de substâncias resinosas e poliméricas e destinados a entrar em contato com alimentos, inclusive os de uso doméstico;

III. os coadjuvantes da tecnologia de fabricação, assim declarados por Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Parágrafo Único - O registro e liberação de industrialização do produto sujeito ao Título II Capítulo I, será feito junto ao Ministério da Saúde, através da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado.

CAPÍTULO II DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DE TERCEIROS

SEÇÃO I NORMA GERAL

Art. 18º - Toda pessoa deve zelar no sentido de, por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

Art. 19º - O profissional de ciência da saúde deve:

I. colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II. cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declaradas de notificação compulsória.

Art. 20º - A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente poderá proceder à pesquisa ou experiências clínicas no ser humano, após obter autorização pertinente, emitida por órgão competente, em cumprimento aos preceitos da legislação específica.

Art. 21º - Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar indiretamente, a saúde de terceiros, quer pela natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou frequenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade sanitária fixar.

SEÇÃO II DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 22º - Entende-se por saúde do trabalhador uma ação contínua e sistemática, ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos problemas de saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos tecnológico, social e epidemiológico, com a finalidade de avaliar, planejar e intervir sobre eles, de forma a prevenir, eliminar ou diminuir os agravos à saúde dos trabalhadores, abrangendo:

I. realização de ações de Vigilância em Saúde, de acordo com as Legislações Federal e Estadual vigentes, inclusive a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relacionadas direta ou indiretamente à saúde do trabalhador, nos ambientes de trabalho públicos e privados;

II. execução de ações de inspeção em ambientes de trabalho, visando ao cumprimento da legislação sanitária vigente, incluindo a análise dos processos de trabalho que possam colocar em risco a saúde dos trabalhadores; e

III. complementação às normas técnica federal ou estadual, ou na ausência destas, a Comissão Técnica Normativa da Assessoria de Vigilância em Saúde elaborará instrumentos normativos relacionados aos aspectos que possam expor a risco a saúde dos trabalhadores.

Parágrafo Único. São sujeitos e objeto das ações de saúde do trabalhador, todos os trabalhadores que desenvolvam suas atividades no município, integrantes do mercado de trabalho formal e informal, independente do vínculo empregatício, celetista ou estatutário, público ou privado, com ou sem contrato ou carteira de trabalho, empregadores, trabalhadores autônomos, domésticos, aposentados ou demitidos, no setor primário, secundário e terciário da economia.

SEÇÃO - III**ATIVIDADES DIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS**

Art. 23º - A pessoa, no exercício de profissão de ciência da saúde, atuará de conformidade com as normas legais regulamentares e as de ética.

§1º - Nenhuma autoridade de saúde poderá exercer as atribuições do seu cargo ou função sem exibir a credencial de identificação, devidamente autenticada, fornecida pela autoridade competente.
§2º - Fica proibida a outorga de credencial de identificação fiscal a quem não esteja autorizado, em razão de cargo efetivo ou função a exercer ou praticar no âmbito da legislação sanitária atos de fiscalização.

§3º - A credencial de identificação fiscal deverá ser devolvida para inutilização, sob as penas da lei, em casos de provimento em outro cargo público, exoneração ou demissão, aposentadoria, bem como nos de licenciamento por prazo superior a 90 (noventa) dias e de suspensão do exercício do cargo.

§4º - A relação das autoridades sanitárias credenciadas deverá ser publicada semestralmente pelas autoridades competentes, para fins de divulgação e conhecimento pelos interessados, ou em menor prazo, a critério da autoridade sanitária competente, e por ocasião de exclusão e inclusão dos membros da equipe de Vigilância Sanitária.

Art. 24º - O profissional de ciência da saúde deve:

I. colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II. cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declarados de notificação compulsória.

Art. 25º - O profissional de ciência da saúde que realizar transplante de órgão humano, só pode fazê-lo em estabelecimento devidamente autorizado para esse fim, cumprindo as obrigações pertinentes.

Art. 26º - A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente pode proceder a pesquisa ou experiências clínicas no ser humano sob patrocínio de instituição pública ou privada de cunho científico, legalmente reconhecida.

Art. 27º - Os ocupantes dos cargos efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições previstas no Art. 59, da Lei Complementar 005/1997, receberão gratificação de produtividade decorrente do exercício de funções inerentes ao cargo.

Art. 28 - A produção do fiscal sanitário no exercício de atividade externa será aferida pela atribuição de pontos às tarefas, de acordo com a tabela I, anexa a esta Lei.

§ 1º - Aferida a produção e o número de pontos a ela atribuídos, será determinado, de acordo com a tabela I - anexo I, o percentual da gratificação de produtividade, até o máximo de 80% (oitenta por cento) do vencimento base do Fiscal de Vigilância Sanitária.

§ 2º - A aprovação da produção mensal de cada Fiscal constará de Relatório elaborado de acordo com a tabela I, e preenchimento da tabela II anexa a este, firmado pelo Fiscal da Vigilância sanitária e chefe imediato, na ausência deste pelo Prefeito Municipal.

§ 3º - O relatório mensal de produção será apresentado pelo fiscal à sua chefia imediata até o dia 10(dez) do mês subsequente ao relatado, impreterivelmente.

§ 4º - O relatório, devidamente aprovado, deverá ser remetido ao Departamento Pessoal até o dia 22 do mês que trata o parágrafo anterior, impreterivelmente.

§ 5º - O descumprimento do disposto no §3º acarretará a perda do benefício em relação ao mês correspondente e passará para o mês seguinte.

Art. 29º - Os servidores efetivos ocupantes do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária Municipal, deverão possuir Certificado registrado pelo MEC de nível médio ou de Nível Técnico (Laboratório, Meio ambiente, Saneamento e Segurança do trabalho, enfermagem) ou de Nível Superior em Biologia, Bioquímica, Ciências Biológicas, Enfermagem, Engenharia (Ambiental, Alimentos, Química e Sanitária), Farmácia, Medicina e Veterinária, com registro no respectivo conselho de classe, além de outros cursos voltados para área afim

Art. 30º - O Servidor Fiscal de Vigilância Sanitária deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação de categoria "B" ou superior.

Art. 31º - O fiscal lotado na divisão de Vigilância Sanitária e beneficiado pela percepção de gratificação de produtividade não poderá entrar em gozo de férias, em licença-prêmio ou tratamento de saúde sem apresentação do relatório de produção relativa ao mês anterior.

Parágrafo Único - Quando em gozo de férias, ou licença-prêmio ou para tratamento de saúde, o Fiscal perceberá a título de gratificação de produtividade o valor correspondente à média do número de pontos dos últimos 3 (três) meses.

Art. 32º - Os pontos atribuídos e posteriormente anulados por decisão em processo ou erro de qualquer natureza serão descontados da produção do mês imediatamente posterior ao despacho definitivo.

Art. 33º - Caso o afastamento venha ultrapassar o período consignado, o servidor deverá retornar as suas atividades de fiscalização para não perder a gratificação.

Art. 34º - Fica criada a Tabela I, II e III e IV desta Lei, que especifica as Ações Fiscais e descrição de serviços inerentes ao cargo do servidor efetivo ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária Municipal de São Pedro Alcântara.

SEÇÃO - IV**ATIVIDADES INDIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS**

Art. 35º - Toda pessoa, cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou freqüenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

§ 1º - A pessoa para construir ou reformar edifício urbano ou parte deste, de qualquer natureza, tipo ou finalidade deve obter a aprovação do respectivo projeto por parte da autoridade de saúde competente, dependendo, para fins de ocupação de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente, conforme disposto em regulamento.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

SEÇÃO - V**HABITAÇÃO URBANA E RURAL**

Art. 36º - Toda pessoa proprietária ou usuária de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e, ainda, as obras tendentes à ampliação, modificação ou melhoria, com a finalidade de servir de residência própria ou de terceiros.

§ 2º - A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de saúde e/ou vigilância sanitária e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

§ 3º - As disposições deste artigo aplicam-se, também, a hotel, motel, albergue, dormitório, pensão, pensionato, internatos, creche, asilo, cárcere, quartel, convento e similares.

§ 4º - Não será permitida a criação ou conservação de animais que por sua espécie ou quantidade possam ser causa de insalubridade, risco à saúde de terceiros ou incômodo em zona urbana e residencial, sendo proibida também a utilização de quaisquer compartimentos de uma habitação, inclusive porões ou sótãos para criação ou conservação de animais.

§ 5º - Não será permitido o acúmulo, em locais impróprios, de estrume, lixo, detritos de cozinha ou de material orgânico de qualquer natureza, que possam atrair ou facilitar a criação de moscas e baratas, alimentar ratos ou ser causa de odores incômodos.

SEÇÃO - VI

ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E AGROPECUÁRIOS

Art. 37º - Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

Parágrafo Único - O estabelecimento industrial, comercial e agropecuário obedecerá às exigências sanitárias regulamentares do Código de Posturas Municipal (Lei complementar nº 03/1997).

SEÇÃO - VII

ALIMENTOS, BEBIDAS E SEMILARES

Art. 38º - Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercialize, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade, Alvará Sanitário expedido por órgão competente conforme estabelecido em lei e regulamento.

§ 1º - A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, deve submeter-se a exame de saúde periódico, de acordo com o regulamento, cujo atestado expedido por serviço de saúde, deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 2º - A pessoa deverá possuir e manter atualizada carteira de saúde, quando estiver exercendo ocupações nos seguintes estabelecimentos: gêneros alimentícios; barbearias, cabeleireiros, casas de banho, instituto de beleza e similares; hidroterápicos e casas de repouso; hotéis, motéis, pensões e similares; berçários, creches, escolas maternas e congêneres; casa de saúde, hospitais e congêneres; outros estabelecimentos, a critério da Secretaria da Saúde e definidos em normas técnicas.

§ 3º - Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em lei, regulamentos, portarias e/ou normas técnicas.

Art. 39º - Toda pessoa poderá construir, instalar ou por em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercialize, manipule, armazene ou coloque à disposição do público alimentos e/ou bebidas, desde que obtenha a autorização

e registro junto ao serviço público competente, cumprindo, para isto, normas regulamentares entre outras, as referentes a projeto de construção, localização, saneamento, pessoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades, assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação do ambiente.

SEÇÃO - VIII

DOS ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Art. 40º - Todo e qualquer sistema de abastecimento de água, seja público ou privado, individual ou coletivo, está sujeito à fiscalização da autoridade de saúde competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 41º - Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistema de abastecimento de água, sejam públicos ou privados, individuais ou coletivos, deverão ser elaborados e executados conforme as normas técnicas estabelecidas pelo órgão competente.

Parágrafo Único. São expressamente proibidas construções ou quaisquer outras atividades capazes de poluir ou inutilizar os mananciais de águas subterrâneas.

Art. 42º - Nos projetos, obras e operações de sistemas de abastecimento de água, sejam públicos ou privados, individuais ou coletivos, deverão ser obedecidos os seguintes princípios gerais, independentemente de outras exigências técnicas eventualmente estabelecidas:

I. a água distribuída deverá obedecer às normas e os padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação pertinente;

II. todos os materiais, equipamentos e produtos químicos utilizados em sistemas de tratamento e abastecimento de água deverão atender às exigências e especificações das normas técnicas estabelecidas pela legislação pertinente, a fim de não alterar o padrão de potabilidade da água distribuída;

III. toda água distribuída por sistema de abastecimento deverá ser submetida obrigatoriamente a um processo de desinfecção, de modo a assegurar sua qualidade do ponto de vista microbiológico e manter concentração residual do agente desinfetante na rede de distribuição, de acordo com norma técnica;

IV. deverá ser mantida pressão positiva em qualquer ponto da rede de distribuição; e

V. a fluoretação da água distribuída através de sistemas de abastecimento deverá obedecer ao padrão estabelecido pela legislação pertinente.

Art. 43º - A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta em conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

SEÇÃO - IX

DOS AMBULANTES E FESTEJOS PÚBLICOS

Art. 44º - São considerados festejos públicos aqueles realizados nas vias públicas ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Parágrafo Único. Deverá ser consultada a Vigilância Sanitária quando da realização destes festejos, para a adequada orientação.

Art. 45º - Nos festejos populares de qualquer natureza, nas barracas de comidas e nos balcões de bebidas, deverão ser usados somente copos e pratos de plásticos ou similares, descartáveis, por medida de higiene e bem estar público.

Parágrafo Único .Se nas barracas ou balcões houver instalação de rede de água canalizada, e de águas servidas, será permitido o uso de copos, pratos e utensílios permanentes, desde que sejam lavados em água corrente e limpa.

Art. 46º - Os alimentos preparados e cozidos devem estar protegidos, adequadamente, de forma a não oferecer riscos de deterioração, caso contrário, serão apreendidos e inutilizados pela Vigilância Sanitária.

Art. 47º - Deverá haver espaço suficiente para manipular os alimentos e para servi-los ao público, devidamente separados.

Art. 48º - Os trailers, comércio ambulantes e congêneres estarão sujeitos às disposições desta Lei, no que couber e, especificamente, ao disposto nesta Seção.

Parágrafo Único. A localização deste tipo de comércio deverá ser definida pela Prefeitura Municipal, através de órgão competente.

Art. 49º - Para efeito desta Lei, define-se:

I. Ambulante: vendedor de produtos alimentícios sem estar estabelecido, que se utiliza de banca, barraca ou carrinho de mão e caixas, em atividade lucrativa, de caráter eventual ou transitório;
II. Ambulante transportador: aquele que se utiliza de veículo automotor para desenvolver atividade lucrativa, de caráter eventual ou transitório, vendendo produtos alimentícios.

Art. 50º - Não é permitido ao ambulante vender produtos perecíveis sem armazenamento adequado.

Parágrafo único. A norma contida no caput deste artigo também se estende ao ambulante transportador, não sendo, ainda permitido:

I. preparar e servir refeições completas;
II. vender porções fracionadas de alimento natural.

Art. 51º - Os requisitos básicos para o comércio do ambulante transportador e congêneres, são:

I. não utilizar o veículo ou banca como dormitório;
II. possuir espaço interno suficiente para permanência do manipulador, e balcão para atendimento ao público;
III. possuir água corrente.

Art. 52º - A preparação, fracionamento de alimento para venda imediata, bem como lanches rápidos, são permitidos, desde que observadas as seguintes condições:

I. uso de utensílios e recipientes descartáveis inutilizados após uma única serventia;
II. alimentos e outras substâncias bem armazenados e tampados;
III. alimentos perecíveis mantidos sob refrigeração;
IV. ausência de contato direto das mãos com o alimento, devendo os usuários utilizar luvas, pegadores e espátulas.

Art. 53º - A venda, pelo vendedor ambulante, de sorvetes, refrescos e alimentos prontos, para imediata ingestão só será permitida em carrocinhas e caixas isotérmicas.

Art. 54º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, incorrerá as seguintes sanções:

I. multa de natureza sanitária leve a ser aplicada em dobro em caso de reincidência.
II. interdição do estabelecimento até a devida regularização, no caso de reincidência sem prejuízo da aplicação da multa prevista

no inciso anterior.

CAPÍTULO III DA HIGIENE PÚBLICA

SEÇÃO I DA HIGIENE DOS TERRENOS, QUINTAIS E VIAS PÚBLICAS

Art. 55º - Todos os prédios, quintais e terrenos baldios, localizados no espaço urbano, ficam sujeitos às normas sanitárias previstas nesta Lei, e serão fiscalizados em conjunto com os demais órgãos da Prefeitura.

Parágrafo Único. Os depósitos de materiais recicláveis somente serão permitidos com desinsetização e desratização frequentes e remoção no máximo quinzenal.

Art. 56º - Os responsáveis por terreno onde forem encontrados focos e viveiros de moscas, mosquitos, animais peçonhentos e formigas, ficam obrigados à execução das medidas necessárias à sua extinção, através de notificação preliminar.

Parágrafo Único. A Vigilância Sanitária orientará aos responsáveis sobre as formas de controle de vetores e insetos em seus respectivos terrenos.

Art. 57º - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Parágrafo Único. Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósitos de resíduos (lixos) dentro dos limites da cidade, vilas e povoados.

Art. 58º - É absolutamente proibido, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para as vias, os ralos ou bocas de lobo dos logradouros públicos.

Art. 59º - Não é permitida a instalação de estrumeiras ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado, no perímetro urbano.

Art. 60 - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

Parágrafo Único. As providências para escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.

SEÇÃO II DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 61º - A coleta de resíduos de serviços de saúde será realizada de acordo com a RDC 306 - ANVISA.

Parágrafo Único. O município manterá contrato com empresa especializada na coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviços de saúde, podendo a critério da administração, estipular taxa de coleta.

Art. 62º - Quanto às condições de coleta e destino do lixo, devem ser respeitadas as normas contidas na Legislação Federal, Estadual e Municipal.

SEÇÃO III DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 63º - Todo e qualquer sistema individual ou coletivo, público ou privado, de geração, armazenamento, coleta, transporte,

tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza, gerados ou introduzidos no Município estará sujeito à fiscalização da autoridade de saúde competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 64º - A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino do resíduo sólido mantido pela municipalidade, após tratamento prévio, conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, nas normas e instruções legais, ressalva a isenção prevista no artigo 243 da Lei Complementar 002/1997.

Art. 65º - Os projetos de implantação, construção, ampliação e reforma de sistemas de coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos deverão ser elaborados, executados e operados conforme normas técnicas e legislação pertinente, previamente aprovado pelo órgão competente, ressalvada a isenção prevista no artigo n.º243 da Lei Complementar 002/1997, com redação dada pela Lei Complementar 009/1998.

Art. 66º - As instalações destinadas ao manuseio de resíduos com vistas à sua reciclagem deverão ser projetadas, operadas e mantidas de forma tecnicamente adequada, a fim de não vir a comprometer a saúde humana e o meio ambiente, devidamente aprovado e licenciado pela autoridade competente.

Art. 67º - As condições sanitárias do acondicionamento, transporte, tratamento, localização e forma de disposição final dos resíduos perigosos, tóxicos, explosivos, inflamáveis, corrosivos, radioativos, imunobiológicos, mutagênicos (produzem alterações na informação genética hereditária) e citotóxicos (São resíduos compostos por restos de medicamentos e todo matéria que tenha estado em contato com eles), deverão obedecer às normas técnicas e ficarão sujeitas à fiscalização da autoridade sanitária ou órgão competente, bem como, deverão obter aprovação e requerer o licenciamento da atividade.

CAPITULO IV DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 68º- Todos os prédios residenciais, comerciais e industriais, localizados em áreas servidas por sistema oficial de coleta de esgoto, serão obrigados a fazer as ligações ao respectivo sistema se existir, salvo as residências que comprovarem a existência de inviabilidade técnica e/ou econômica para tal, deverão garantir que seu sistema de eliminação de dejetos não comprometa a sua saúde, a de terceiros ou o meio ambiente.

Parágrafo Único - A execução das instalações adequadas à ligação da rede pública de esgoto é de obrigação do proprietário do imóvel, cabendo ao seu ocupante a manutenção e conservação das instalações.

Art. 69º - Quando solicitada à autoridade sanitária poderá realizar vistoria nos prédios residenciais, comerciais e industriais, seja público ou privado, individual ou coletivo para verificação das condições de higiene e saneamento, expedindo laudo específico, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública, se necessário.

Art. 70º - Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamento, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde, em especial, do órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo Único - Toda pessoa fica proibida de lançar despejos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgotos sanitários se existir, sem autorização e sem o cumprimento de regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde e pelo órgão encarregado da manutenção destes sistemas.

Art. 71º - Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistemas de esgotamento sanitário, sejam públicos ou privados, individuais ou coletivos, deverão ser elaborados, executados e operados conforme normas técnicas e legislação vigente.

Art. 72º - A utilização, em atividades agropecuárias, de água fora dos padrões de potabilidade, esgotos sanitários ou lodo proveniente de processos de tratamento de esgotos, só será permitida conforme normas técnicas estabelecidas pelo órgão competente.

SEÇÃO I DAS ÁGUAS RESIDUÁRIAS E PLUVIAIS

Art. 73º - Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e das pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade pública.

§ 1º - A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias, sem prévio tratamento, em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em quaisquer outras unidades de sistema de abastecimento de água, assim como, lagoas, sarjetas e valas, provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

§ 2º Pessoa alguma pode estancar ou represar as águas correntes ou pluviais no perímetro urbano.

§ 3º É proibido o lançamento de águas pluviais na rede coletora de esgoto sanitário.

SEÇÃO II DA POLUIÇÃO E/OU CONTAMINAÇÃO AÉREA

Art. 74º - É proibido lançar na atmosfera substância física, química ou biológica, proveniente de fonte doméstica, industrial, comercial, agropecuária ou correlata, veículo automotor ou similares que provoque poluição ou contaminação, acima dos limites estabelecidos pela autoridade sanitária, em especial o órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo Único. A pessoa que provoque a poluição e/ou contaminação do ar deve reduzi-la ao limite de tolerância regulamentar, executando as medidas necessárias, no prazo fixado pela autoridade de sanitária, em especial pelo órgão responsável pelo meio ambiente.

CAPÍTULO V DAS PISCINAS

Art. 75º - O termo "piscina" abrangerá apenas a estrutura destinada a banhos de lazer, prática de esportes aquáticos e práticas fisioterápicas, destinadas a uso público.

Art. 76º- Deverá o clube ou entidade esportiva, manter funcionários para manutenção e limpeza das piscinas.

§1º - Deverá ser respeitada a legislação federal vigente, nos termos técnicos quanto à higiene das piscinas.

§2º - Nas piscinas particulares poderá haver interferência da Vigilância Sanitária, desde que haja suspeita, do ponto de vista de saúde pública, de foco de infecção.

§3º - Remoção, ao menos, uma vez por dia, de detritos submersos, espumas e materiais que flutuem na piscina.

§4º - Proibição do ingresso de garrafas, copos e outros utensílios de vidro no pátio, onde estiver localizada a piscina.

§5º - Registro diário das principais operações de tratamento e controle da água usada na piscina.

§6º - Análise trimestral da água com apresentação à Prefeitura Municipal, do atestado de autoridade sanitária.

CAPÍTULO VI DOS PRODUTOS E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 77º - Entende-se por produtos e substâncias de interesse à saúde os alimentos, águas minerais e de fontes ou qualquer outra envasada para o consumo humano, bebidas, aditivos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes, domissanitários (inseticidas, raticidas), agrotóxicos, produtos perigosos, materiais de revestimento e embalagens ou produtos que possam trazer riscos à saúde, sem prejuízo de outros que possam ser identificados.

§ 1º - Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, explosividade, emissão radioativa, carga elétrica, propriedade tóxica, venenosa ou biológica, pôr em risco a saúde ou a vida da pessoa ou de terceiros, em qualquer fase de sua preparação, armazenagem, transporte ou utilização.

§ 2º Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercialize ou transporte produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de fiscalização sanitária competente e cumprir as exigências regulamentares em defesa da saúde pública.

Art. 78 - Compete à autoridade fiscalizadora a avaliação e o controle do risco, a normatização, a fiscalização e o controle das condições sanitárias e técnicas da importação, exportação, extração, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, dispensação, esterilização, embalagem e reembalagem, aplicação, comercialização e uso, referentes aos produtos e às substâncias de interesse à saúde.

Parágrafo Único. A fiscalização de que trata este artigo se estende à propaganda e à publicidade dos produtos e substâncias de interesse à saúde.

Art. 79º - Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercialize, transporte, manipule, armazene ou ofereça ao consumo produtos ou substâncias de interesse à saúde é responsável pela manutenção dos padrões de identidade, qualidade e segurança, definidos a partir de normas técnicas aprovadas pelo órgão competente, bem como, pelo cumprimento das Normas de Boas Práticas de Fabricação e Prestação de Serviços.

§ 1º - A pessoa física ou jurídica, mencionada no caput deste artigo, sempre que solicitada pela autoridade de saúde, deverão apresentar o fluxograma de produção e as normas de boas práticas de fabricação e prestação de serviços referentes às atividades desenvolvidas.

§ 2º - A pessoa física ou jurídica, mencionada no caput deste artigo, deverá atestar, através de laudo analítico semestral, a qualidade da água utilizada para produção dos produtos oferecidos para consumo.

§ 3º - Deverá ser assegurado ao trabalhador o acesso às normas de boas práticas de fabricação e prestação de serviços.

Art. 80º - A comercialização dos produtos importados de interesse à saúde ficará sujeita à prévia autorização da autoridade sanitária competente.

Art. 81º - Todo produto somente poderá ser exposto ao consumo ou entregue à venda em estabelecimento licenciado pelo órgão sanitário e após o seu registro ou notificação no órgão competente.

§ 1º - Os produtos de que trata o caput deste artigo, quando não produzidos no local, devem obrigatoriamente apresentar cópia do alvará sanitário do produtor ou documento federal de autorização de importação e comercialização expedido pelo órgão competente.

§ 2º - O alvará de funcionamento deverá ser requerido junto ao

órgão municipal competente e deverá ser anexado ao formulário de petição e demais documentos necessários para concessão do alvará sanitário.

§ 3º - Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente.

SEÇÃO I DOS ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 82º - Para efeito desta Lei, considera-se estabelecimento de interesse da saúde todos aqueles cuja prestação de serviços, fornecimento de produtos, substâncias, atividades desenvolvidas ou condições de funcionamento possam constituir risco à saúde daqueles que o utilizam.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos que trata o caput deste artigo serão definidos, conceituados e regulamentados em normas técnicas complementares.

Art. 83º - Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão possuir responsável técnico legalmente habilitado, sempre que a legislação em vigor ou norma técnica o exigir.

§ 1º - Os contratos de constituição, inclusão e alteração de responsabilidade técnica deverão ser submetidos previamente aos respectivos conselhos de classe, com a aposição de seu visto.

§ 2º - Sempre que o responsável técnico por estabelecimento deixar a responsabilidade técnica pelo estabelecimento deverá requerer junto à Vigilância Sanitária a baixa de sua responsabilidade técnica, a qual emitirá a respectiva certidão, mediante a apresentação dos documentos solicitados.

Art. 84º - Toda pessoa para instalar, construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada a estabelecimento de interesse da saúde deverá requerer a análise, aprovação dos respectivos projetos e habite-se sanitário, bem como o alvará sanitário junto à vigilância Sanitária.

§ 1º - O alvará sanitário de que trata o caput deste artigo irá vigir pelo prazo de 12 meses.

§ 2º - O cumprimento do caput deste artigo não exime o interessado da fiel observância dos demais dispositivos legais e regulamentares vigentes.

Art. 85º - Os estabelecimentos de interesse da saúde integrantes da administração pública ou por ela instituídos estão sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e às aparelhagens adequados, à assistência e responsabilidade técnica mediante pessoal do quadro e controle hierárquico e ao requerimento do alvará sanitário, estando isento do recolhimento de taxas.

SEÇÃO II DOS CEMITÉRIOS, NECROTÉRIOS, CREMATÓRIOS, DISPOSIÇÃO E TRANSLADO DE CADÁVERES

Art. 86 - Toda pessoa proprietária de cemitério ou por responsável, deve solicitar prévia aprovação do serviço de saúde, cumprindo as normas regulamentares, entre as quais as referentes ao projeto de implantação, localização, topografia e natureza do solo, orientação, condições gerais de saneamento, vias de acesso e urbanismo.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, cemitério é o local onde se guardam restos humanos, compreendendo-se, nesta expressão, corpo de pessoas falecidas ou parte em qualquer estado de decomposição.

§ 2º - Os sepultamentos de pessoas somente serão efetuados após apresentação de declaração de óbito, outorgado em formulário

oficial devidamente registrado, de acordo com legislação em vigor.

Art. 87º - Toda pessoa responsável por sepultamento, embalsamamento, exumação e cremação deve cumprir normas regulamentares, entre as quais as referentes a prazo do enterro, traslado e transporte de cadáveres, técnicas, substâncias e métodos empregados.

§ 1º - A prática da tanatopraxia (técnica de conservação de corpos), bem como, as instalações necessárias para esta finalidade e o tratamento dos resíduos sólidos e líquidos delas advindos obedecerão aos critérios estabelecidos pela legislação vigente, devendo ser regulamentadas através de norma técnica específica elaborada pela Comissão Técnico-Normativa da Vigilância em Saúde e instituída por ato do Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º - Na suspeita de óbito ocorrido por doença transmissível, a autoridade de saúde poderá exigir a necropsia e/ou exumação para verificar a causa básica do óbito.

Art. 88º - Toda pessoa para construir, instalar ou fazer funcionar capela mortuária, necrotério ou similar, deverá cumprir as normas regulamentares, entre as quais as que dispõem sobre localização, projeto de construção e saneamento.

Art. 89º - As inumações (ação de sepultar um cadáver; enteramento), exumações, translados e cremações deverão ser disciplinados em norma técnica, em consonância com a legislação pertinente.

TÍTULO III

DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PROPAGANDA

Art. 90º - Toda pessoa fica proibida de apresentar conotações enganosas, sensacionalistas ou alarmantes ao divulgar tema ou mensagens relativos à saúde, bem como ao promover ou propagar exercício de profissão, estabelecimento de saúde, alimentos, medicamentos e outros bens ou serviços de interesse de saúde.

Parágrafo Único. Os veículos de comunicação deverão solicitar à autoridade de saúde a orientação necessária para evitar a divulgação de mensagem ou tema relacionado com saúde que possa induzir as pessoas a erros ou causar reações de pânico na população.

TÍTULO IV

DA COMISSÃO TÉCNICA NORMATIVA E DE CONTROLE E AVALIAÇÃO

Art. 91 - O Secretário Municipal de Saúde instituirá, mediante dispositivo legal, a Comissão Técnica Normativa da Vigilância Sanitária, constituída por servidores da Vigilância Sanitária, Secretaria municipal da Saúde, Coordenadoria do Meio Ambiente, com a função de elaborar normas técnicas, instruções normativas, resoluções, bem como, propor portarias, decretos, leis e outros atos complementares à legislação federal, estadual e municipal vigentes, de forma a garantir a eficaz atuação das áreas específicas da Vigilância em Saúde em situações de normalidade ou em situações de emergência e calamidades públicas.

TÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I

INFRAÇÕES SANITÁRIAS E PENALIDADES

SEÇÃO I

NORMA GERAL

Art. 92º - Considera-se infração administrativa sanitária a

desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, de qualquer forma, se destinem à promoção, proteção, preservação e recuperação da saúde.

§1º - A aplicação do auto de infração, bem como o julgamento do processo administrativo próprio, a aplicação da pena, a apreciação da defesa e do recurso seguirá a forma, o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei ou em legislação específica, quando existir.

§ 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos, locais ou bens de interesse da saúde pública.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, o interessado (fabricante, manipulador,

beneficiador, transportador, acondicionador) tomará as providências urgentes que a situação exigir ou a autoridade sanitária determinar, providenciando o recolhimento e o destino conveniente dos referidos produtos e bens, bem como a recuperação do ambiente afetado.

§ 4º - Quando a infração sanitária for cometida por funcionário, empresa ou órgão público, de qualquer esfera de governo, a Secretaria Municipal da Saúde, sem prejuízo das outras medidas que o caso impuser:

I. comunicará o fato ao superior hierárquico ou respectivo ente de controle externo, para as medidas disciplinares ou corretivas cabíveis; e

II. em havendo descaso de um e de outro, encaminhará expediente circunstanciado, com as provas disponíveis, ao órgão do Ministério Público, para as providências de ordem civil e criminal cabíveis.

Art. 93º - Responde pela infração a pessoa física e/ou jurídica que, por ação ou omissão, de qualquer modo, lhe deu causa ou concorreu para a sua prática ou dela se beneficiou.

§1º - No caso de empresa, poderão ser autuados, juntamente com ela, diretores, responsáveis técnicos e empregados diretamente envolvidos na infração.

§ 2º - No caso de empreiteira de obras da construção civil, poderão ser autuados diretores, responsáveis técnicos e empregados diretamente envolvidos na infração.

Art. 94º - A autoridade sanitária cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:

I. constatar que a infração sanitária cometida coloque em risco a saúde da população pela sua reincidência específica ou descumprimento das determinações solicitadas pela autoridade de saúde;

II. constatar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção;

III. ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados desta.

SEÇÃO II

DA TIPOLOGIA E GRADUAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 95º - Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I. advertência;

II. multa;

III. apreensão do produto, utensílio, equipamento, máquina, ferramenta ou recipiente;

IV. inutilização do produto, utensílio, equipamento ou recipiente;

V. interdição do produto, utensílio, equipamento, máquina, ferramenta ou recipiente, ambientes, condições e processos de trabalho;

- VI. suspensão de venda e/ou de fabricação de produto;
- VII. interdição parcial ou total do estabelecimento, seção ou veículo, ambientes, condições e processos de trabalho, máquinas, equipamentos e ferramentas;
- VIII. proibição de propaganda;
- IX. encaminhamento de processo para o órgão competente, sugerindo o cancelamento de autorização de funcionamento e/ou autorização especial de funcionamento;
- X. cancelamento do alvará sanitário do estabelecimento.

Art. 96º - As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio e classificam-se em:

- I. leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;
- II. graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante; e
- III. gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Parágrafo Único. A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

- I. nas infrações leves, de R\$ 125,00 a R\$ 500,00;
- II. nas infrações graves, de R\$ 501,00 a R\$ 2.000,00;
- III. nas infrações gravíssimas, de R\$ 2.001,00 a R\$ 5.000,00.

Art. 97º - Para a escolha, graduação e imposição da pena, a autoridade sanitária levará em conta:

- I. as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II. a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III. os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

§ 1º - A autoridade sanitária usará de maior rigor se a infração estiver sendo cometida após campanha educativa, ou em período previamente incluído em programação divulgada, mormente quando houver, em qualquer nível de participação comunitária.

§ 2º - A reincidência específica em que incorre quem comete nova infração, do mesmo tipo, após decisão definitiva da autoridade de saúde, caracteriza a infração como gravíssima e torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima.

§ 3º - Na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

Art. 98º - São circunstâncias atenuantes:

- I. a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II. a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente à incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;
- III. o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- IV. ter o infrator sofrido coação, a que não podia resistir, para a prática do ato;
- V. ser o infrator primário e a falta cometida, de natureza leve, tendo em vista as consequências para a saúde pública.

Art. 99º - São circunstâncias agravantes:

- I. ser o infrator reincidente;
- II. ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;
- III. o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV. ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;

- V. se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;
- VI. ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé.

Parágrafo Único. Para caracterizar a natureza calamitosa das consequências da infração, a autoridade sanitária levará em conta a extensão e/ou lesividade que a ação ou omissão causar à saúde pública.

Art. 100º - Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade de saúde, para a aplicação da pena, considerará as que sejam preponderantes.

SEÇÃO III DA CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E RESPECTIVAS PENALIDADES

Art. 101º - A pessoa que cometer infração de natureza sanitária estará incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

- I. constrói, instala ou faz funcionar estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, ou quaisquer estabelecimentos que fabrique produtos ou substância que interesse à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes.

Pena - advertência, interdição e/ou multa

- II. constrói, instala ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interesse à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente.

Pena - advertência, interdição e/ou multa

- III. constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dedique à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa

- IV. instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, climáticas, de repouso e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios-X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras, estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explorar atividades comerciais, industriais ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa

- V. extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena,

expede, transporta, compra, vende, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos e demais produtos e substâncias que interesse à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa

VI. faz propaganda de produtos de interesse da vigilância sanitária, alimentos ou outros, contrariando a legislação pertinente.

Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa

VII. deixa, aquele que tem o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes.

Pena - advertência e/ou multa

VIII. impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias.

Pena -advertência e/ou multa

IX. retém atestado de vacinação obrigatória, deixa de executar, dificulta ou opõe-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa

X. opõe-se à exigência de provas imunológicas ou a sua execução pelas autoridades de saúde.

Pena - advertência e/ou multa

XI. obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa

XII. avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em lei e normas regulamentares.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa

XIII. fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa

XIV. retira ou aplica sangue, procede às operações de plasmaferese (remoção e a recolocação de plasma de sangue), ou desenvolve outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa

XV. exporta sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utiliza-os contrariando as disposições legais e regulamentares.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa

XVI. rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares.

Pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

XVII. altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente.

Pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa

XVIII. reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envase de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e outros.

Pena - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa

XIX. expõe à venda ou entrega ao consumo, produtos ou substâncias de interesse à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado ou apõe-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa

XX. industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado, bem como deixa de cumprir as boas práticas de manipulação e controle.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento de registro e/ou multa

XXI. utiliza, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença e/ou multa:

XXII. comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa

XXIII. aplica biocida cuja ação se produza por gás ou vapor em bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou freqüentados por pessoas e animais.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de

autorização e/ou multa

XXIV. não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros.

Pena - advertência, interdição e/ou multa

XXV. não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário ou detenha legalmente a sua posse.

Pena - advertência, interdição e/ou multa

XXVI. exerça profissão e ocupação relacionadas com a saúde e/ou de interesse da saúde sem a necessária habilitação legal.

Pena - interdição e/ou multa

XXVII. comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal.

Pena - interdição e/ou multa

XXVIII. procede à cremação de cadáveres ou utiliza-os contrariando as normas sanitárias pertinentes.

Pena - advertência, interdição e/ou multa

XXIX. fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública.

Pena - apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa

XXX. expõe ou entrega ao consumo humano sal, refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção exigida na legislação pertinente.

Pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa

XXXI. descumpra atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente e à defesa da saúde.

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento, proibição de propaganda e multa

XXXII. transgredir normas legais e regulamentares pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo e das radiações.

Pena - advertência, interdição temporária ou definitiva e/ou multa

XXXIII. inobservar as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamentos, abastecimento

domiciliares de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, crematórios, capelas funerárias e velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização.

Pena - advertência, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade e/ou multa

XXXIV. fabricar e/ou comercializar qualquer equipamento de tratamento de esgoto doméstico em desacordo com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e sem a assistência de responsável técnico legalmente habilitado.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento de registro e/ou multa

XXXV. manter condições de trabalho que ofereça risco à saúde do trabalhador.

Pena - advertência, interdição total ou parcial do equipamento, máquina, setor local, estabelecimento e/ou multa

XXXVI. fabricar, operar, comercializar máquinas ou equipamentos que ofereçam risco à saúde do trabalhador.

Pena - interdição total ou parcial do equipamento, máquina, setor local, estabelecimento e/ou multa

XXXVII. instalar ou fazer funcionar equipamentos inadequados ou em número insuficiente, conforme definido em norma técnica, em precárias condições de funcionamento ou contrariando normas legais e regulamentos pertinentes em relação ao porte ou finalidade do estabelecimento prestador de serviço de saúde e de interesse da saúde.

Pena - advertência, interdição, apreensão, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa

XXXVIII. transgredir normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde dos trabalhadores.

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição total ou parcial dos ambientes, condições e processos de trabalho, bem como suas máquinas, equipamentos e/ou ferramentas e cancelamento de autorização para funcionamento da empresa e/ou multa

XXXIX. transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde.

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, máquina ou equipamento, suspensão de venda e/ou fabricação de produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa

Parágrafo Único. O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator às penalidades de multa, mediante auto de multa sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

SEÇÃO IV DA CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROCESSO

Art. 102º - Os atos de fiscalização e de apuração das infrações

sanitárias serão iniciados com a lavratura dos autos respectivos, observando-se a forma, o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei e seus regulamentos.

Parágrafo Único. Os formulários de autos e termos serão padronizados através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

SUBSEÇÃO I DO AUTO DE INTIMAÇÃO

Art. 103º - A Vigilância Sanitária emitirá as ordens, recomendações ou instruções que se fizerem necessárias mediante auto de intimação.

§ 1º - O auto de intimação poderá ser expedido antes, durante ou após qualquer auto de infração, e o seu descumprimento, quando injustificado, será punido com multa, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 2º - O descumprimento do auto de intimação será penalizado mediante auto de multa, na forma do art. 96 desta Lei, devendo ser dobrada a multa e/ou expedido auto de infração a cada desobediência, até o valor máximo previsto nesta Lei.

Art. 104º - O auto de intimação será lavrado em três vias, no mínimo, destinando-se a primeira ao intimado e conterà:

I. o nome da pessoa ou denominação da entidade intimada, a sua qualificação, com a especificação de profissão ou ramo de atividade, CPF ou CNPJ, endereço ou sede;

II. a disposição legal ou regulamentar infringida, se for o caso, e/ou dispositivo que autorize a medida;

III. a medida sanitária exigida, com as instruções necessárias, se for o caso;

IV. o prazo para sua execução ou duração ou, no caso de medidas preventivas, as condições para a sua revogação ou cessação;

V. nome, matrícula e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação e sua assinatura;

VI. nome, identificação e assinatura do intimado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de sua recusa, a consignação desta circunstância, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas, quando possível;

VII. quando da impossibilidade da assinatura do intimado ou representante legal ou preposto, admite-se assinatura a rogo, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas, quando possível.

§ 1º - As omissões ou incorreções na lavratura do auto de intimação não acarretarão a nulidade do mesmo, quando do processo constarem elementos suficientes à caracterização da infração e à determinação do infrator.

§ 2º - O titular da Vigilância Sanitária ou seu preposto determinará, quando constatar as omissões ou incorreções citadas no parágrafo anterior, a retificação do auto de intimação, que será encaminhado ao infrator com as mesmas formalidades da primeira notificação, sendo concedido inclusive os mesmos prazos para defesa ou impugnação.

Art. 105º - Quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapacitado, o auto de intimação poderá ser assinado a rogo, na presença de 02 (duas) testemunhas ou, na falta destas, deverá ser feita à devida ressalva pela autoridade autuante.

Art. 106º - O auto de intimação será lavrado no local onde foi verificada a infração sanitária ou, na sua dificuldade ou impossibilidade, na sede da repartição competente, pela autoridade sanitária que a houver constatado, podendo ser enviada por carta registrada, com aviso de recebimento.

Parágrafo Único. Se o infrator se encontrar em lugar ignorado, incerto, desconhecido, não sabido ou inacessível, a autoridade

sanitária fará expedir edital, com prazo fixado, sendo o referido edital publicado uma única vez na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 107º - A penalidade de interdição será aplicada de imediato, sempre que o risco à saúde da população o justificar, nas seguintes modalidades:

- I. cautelar;
- II. por tempo indeterminado; e
- III. definitiva.

Art. 108º - A autoridade sanitária nos casos de perigo para a saúde pública ou no interesse desta, havendo ou não infração sanitária, poderá interditar o local ou bem, ou determinar quaisquer medidas cautelares, mediante auto de intimação.

§ 2º - Quando houver apreensão ou interdição de produto ou bem em caráter cautelar, na forma do caput deste artigo, e o responsável for idôneo, moral e financeiramente, este poderá ser designado depositário, caso contrário, a mercadoria será recolhida para outro local, sob a guarda da autoridade de saúde e de terceiro, às custas do proprietário ou responsável.

§ 3º - No caso de medida cautelar não acompanhada de auto de infração, o descumprimento do auto de intimação será punido com penalidade de multa, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 109º - A autoridade sanitária executará ou contratará a realização de serviços ou obras constantes de auto de intimação, inclusive transporte, por conta e risco do infrator ou responsável, nos seguintes casos:

I. se não tiver condições de fazê-lo por si próprio ou se resistir à ordem, sendo que, neste último caso, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis;

II. se encontrar ausente no período ou em lugar incerto, não sabido ou inacessível, sem que tenha representante legal ou preposto no local.

Art. 110º - No caso de edificação, equipamentos ou utensílios de difícil remoção, havendo necessidade de impedir o seu uso transitório ou definitivo, a formalização legal será feita mediante a lavratura de auto e termo respectivos, acompanhados, se for o caso, de aposição de lacres, nos locais mais indicados.

Art. 111º - O prazo de validade da medida baixada por auto de intimação, em se tratando de produtos ou substâncias, não excederá noventa dias ou quarenta e oito horas para os bens perecíveis, ao final dos quais o bem será automaticamente liberado, se não pender de outra medida sanitária, laudo de análise laboratorial ou decisão condenatória.

SUBSEÇÃO II DO AUTO DE COLETA PARA ANÁLISE FISCAL

Art. 112º - A apreensão de produtos ou substâncias de interesse da saúde, para análise fiscal, far-se-á mediante coleta representativa do estoque existente, a qual, dividida em três partes, será tornada inviolável, para que se assegurem as características de conservação e autenticidade, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova e, as duas outras, imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial credenciado.

Art. 113º - A coleta representativa do estoque existente para análise fiscal será feita mediante lavratura, em três vias, de auto de coleta, que conterà:

- I. o nome da pessoa ou denominação da entidade intimada, a sua qualificação, com a especificação de profissão e/ou ramo de atividade, CPF ou CNPJ, endereço ou sede;
- II. nome, marca, quantidade, volume, peso, origem, procedência, lote ou partida, prazo de validade, data de fabricação e demais características identificadoras do produto apreendido;
- III. local e data da coleta;
- IV. descrição das condições de higiene e conservação dos produtos ou a substâncias apreendidos, com todas as informações de interesse da saúde e do Ministério Público;
- V. assinatura legível da autoridade de saúde e do detentor ou, caso o mesmo se negar, estiver impossibilitado ou for analfabeto, consignação desta circunstância ou, ainda, assinatura a "rogo", com 02 (duas) testemunhas, se possível.

§ 1º As três vias do auto de coleta terão a seguinte destinação:

- a) interessado;
- b) laboratório oficial credenciado; e
- c) processo.

§ 2º - Se a quantidade ou natureza não permitir a coleta de mostras, o produto ou a substância será encaminhado ao laboratório oficial credenciado para realização de análise fiscal, na presença do seu detentor ou do representante da empresa e do perito por ela indicado, se quiser.

§ 3º - Se ausentes às pessoas mencionadas no parágrafo anterior, serão convocadas duas testemunhas para presenciar a análise.

Art. 114º - A autoridade de saúde competente, do laboratório oficial credenciado, lavrará laudo minucioso e conclusivo da análise fiscal, fornecendo cópias para o processo e os interessados.

Parágrafo Único. Havendo interesse, de ordem civil ou criminal do Ministério Público, a autoridade de saúde encaminhará cópia do laudo àquele órgão, detalhando todas as informações de caráter técnico que tiver ou forem solicitadas.

Art. 115º - Revelando a análise fiscal que o produto ou a substância é impróprio para o consumo, a autoridade sanitária, mediante auto de intimação, apreenderá os produtos condenados e lavrará o auto de infração, caso não o tenha feito.

Art. 116º - O infrator, discordando do resultado condenatório da análise fiscal, poderá requerer, no prazo de dez dias ou por ocasião da impugnação do auto de infração, perícia de contraprova, apresentando a amostra em seu poder e indicando seu próprio perito.

§ 1º - Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja primeira via integrará o processo e conterá todos os quesitos formulados pelos peritos.

§ 2º - A perícia de contraprova não será realizada se houver indício de violação da amostra em poder do infrator e, nesta hipótese, prevalecerá como definitivo o laudo condenatório.

§ 3º - Aplicar-se-á, na perícia de contraprova, o mesmo método de análise empregado na análise fiscal condenatória, salvo se houver concordância dos peritos quanto à adoção de outro.

Art. 117º - Havendo discordância entre os resultados da análise fiscal condenatória e da perícia de contraprova, o infrator poderá requerer, no prazo de dez dias, novo exame pericial a ser realizado, em igual prazo, na segunda amostra em poder do laboratório oficial credenciado.

Art. 118º - Se a análise fiscal ou perícia de contraprova vier a considerar o produto ou substância própria para o consumo, à autoridade sanitária liberá-lo-á, arquivando o processo e, em caso contrário, tomará as providências definitivas de interdição,

inutilização ou outra destinação aprovada pelo Secretário da Saúde do Município.

Art. 119º - A autoridade sanitária interdirá, preventivamente, o produto ou a substância, sempre que constatar flagrantes indícios de alteração ou de adulteração ou de ações fraudulentas.

Art. 120º - A interdição do produto ou substância, e do estabelecimento, como medida preventiva, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências, observado o disposto no art. 96 desta Lei.

Art. 121º - Os produtos ou substâncias manifestamente deteriorados ou alterados serão apreendidos e inutilizados imediatamente, a menos que possam ter algum aproveitamento previsto em regulamento, norma técnica ou decisão superior, observado o disposto no art. 98 desta Lei.

Art. 122º - O Fiscal da Vigilância Sanitária do Município poderá, no caso de condenação de produto ou substância cuja alteração, falsificação, não-licenciamento ou procedência incomprovada, não impliquem em torná-los impróprios para o consumo ou outro uso, determinar ou autorizar a sua doação a estabelecimentos assistenciais ou congêneres.

§ 1º - Os tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, impróprios ao consumo humano, não serão inutilizados se puderem ser destinados ao plantio ou fins industriais, a critério da autoridade de saúde, observadas as necessárias precauções.

§ 2º - Também não será inutilizado o alimento apreendido quando passível de utilização na alimentação animal, plantio ou fins industriais não-alimentícios, a critério da autoridade de saúde, observadas as necessárias precauções.

SUBSEÇÃO III DOS AUTOS DE INFRAÇÃO E DE MULTA

Art. 123º - O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei, em seus regulamentos ou em legislação específica, quando existir.

Art. 124º - O auto de infração será lavrado no ato da inspeção sanitária ou posteriormente na sede da repartição competente, observando a forma, o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei, em seus regulamentos e legislação específica, pela autoridade sanitária que a houver constatado e conterá obrigatoriamente os seguintes dados:

- I. nome do infrator, endereço, CPF ou CNPJ, bem como, os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;
- II. o ato ou fato constitutivo da infração, o local, data e hora respectivos;
- III. a disposição legal ou regulamentar transgredida;
- IV. indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;
- V. prazo para a defesa ou impugnação, com a indicação da autoridade a que deve ser dirigida, e seu endereço;
- VI. nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;
- VII. a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de recusa, a consignação desta circunstância;
- VIII. quando da impossibilidade da assinatura do infrator ou representante legal ou preposto, admitir-se-á assinatura a rogo, com assinatura de duas testemunhas, se possível;
- IX. número da intimação, com o prazo estipulado para o cumprimento das exigências, no caso de obrigação subsistente.

§ 1º - O titular da Vigilância Sanitária ou técnico por este determinado, antes de processar o auto de infração, fará um exame prévio deste, ordenando sua retificação, se necessário.

§ 2º - O infrator será notificado da renovação ou retificação do auto de infração, com as mesmas formalidades da primeira notificação, renovando-lhe o prazo para defesa ou impugnação.

§ 3º - As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão a nulidade deste, quando do processo constarem elementos suficientes à caracterização da infração e à determinação do infrator.

Art. 125º- Quando o autuado for analfabeto, fisicamente incapacitado ou recusar-se a exarar a ciência, o auto de infração poderá ser assinado a rogo na presença de duas testemunhas, ou na falta destas, a autoridade autuante realizará a consignação desta circunstância no auto.

Art. 126º - O auto de multa, dependendo do valor aplicado, será lavrado no ato da inspeção sanitária ou posteriormente na sede da repartição competente, observando a forma, o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei, seus regulamentos e legislação específica, quando existir.

§ 1º - Quando verificar que se trata de infração leve (art. 97 parágrafo único, I) e a penalidade aplicável for unicamente de multa, a autoridade autuante poderá lavrar o respectivo auto, fixando-a, desde logo, entre R\$ 125,00 à R\$ 500,00, levando em conta os critérios de dosimetria desta Lei e seus regulamentos.

§ 2º - O auto de multa, afora a fixação da pena pecuniária pela própria autoridade autuante, conterà os requisitos do art. 96 desta Lei e seguirá a mesma tramitação (art. 104 e seguintes), do auto de infração.

§ 3º - O auto de multa aplica-se também nos casos de descumprimento de auto de intimação, nos termos do art. 96 desta Lei e nos casos de desacato à autoridade de saúde, nos termos do art. 95, III, desta Lei.

§ 4º - Do auto de multa constará a advertência de que se o infrator efetuar o seu recolhimento ao Fundo Municipal de Saúde, no prazo de vinte dias, contados da autuação, com desistência tácita de qualquer impugnação, terá direito a desconto de 20% (vinte por cento) no valor da multa.

Art. 127º - Quando, apesar da lavratura do auto de infração ou de multa, subsistir ainda para o infrator obrigação de ordem legal ou técnica a cumprir, a autoridade de saúde ordenará as providências, mediante auto de intimação.

SUBSEÇÃO IV DA NOTIFICAÇÃO E DEFESA

Art. 128º - O infrator será notificado para ciência do auto de infração ou de multa:

- I. pessoalmente;
- II. pelo correio ou via postal, com aviso de recebimento; e
- III. por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º - O edital referido no inciso III será publicado uma única vez na Imprensa Oficial ou no mural da Prefeitura, indicando a autoridade perante a qual poderá ser apresentada a defesa, com o respectivo endereço e advertirá que a notificação se considerará efetivada cinco dias após a publicação.

§ 2º - Quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapacitado, outra pessoa poderá assinar por ele, a seu pedido, devendo a autoridade autuante registrar o fato no auto.

Art. 129º - O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração ou de multa no prazo de quinze dias contados da

sua notificação.

SUBSEÇÃO V DO JULGAMENTO

Art. 130º - Recebendo a defesa ou impugnação ou transcorrido o prazo legal sem a sua apresentação, a autoridade julgadora, antes de decidir, providenciará as informações sobre os antecedentes do infrator e o relatório da autoridade autuante, que deverá ser fornecido no prazo de dez dias.

Parágrafo Único. A autoridade autuante, ao prestar as informações solicitadas pela autoridade julgadora, fornecerá e esclarecerá todos os elementos complementares necessários ao julgamento, narrando as circunstâncias do caso e da autuação, as condições e a conduta do infrator em relação à observância das normas sanitárias, assim como a sua capacidade econômica.

Art. 131º - A autoridade julgadora, se decidir favoravelmente ao infrator, decidirá pelo arquivamento do processo, mas se julgar procedente a autuação, procederá da seguinte maneira:

- I. no caso do auto de multa, transcorrido o prazo legal sem apresentação de recurso, este será encaminhado para lançamento em dívida ativa e cobrança, devendo ser recolhido ao Fundo Municipal de Saúde; e
- II. nos demais casos, ordenará a lavratura do auto de imposição de penalidade.

Art. 132º - A requerimento do interessado ou mediante a sua concordância expressa e ouvida a Secretaria Municipal de Saúde, o Prefeito Municipal poderá converter a pena de multa em atividade educativa ou beneficente.

Art. 133º - Ficam instituídas as seguintes instâncias de julgamento para apuração das infrações sanitárias, na forma de seu regulamento específico:

- I. primeira instância: Fiscal da Vigilância Sanitária;
- II. segunda instância: Secretário Municipal de Saúde;
- III. terceira instância: Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Todas as decisões dos processos administrativos deverão ser fundamentadas.

SUBSEÇÃO VI DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Art. 134º - O auto de imposição de penalidade será lavrado pela autoridade autuante, nos termos da decisão condenatória, em três vias, destinando-se a primeira ao infrator, e conterà:

- I. o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica, com CPF ou CNPJ, endereço, bem como, os demais elementos necessários à sua identificação e qualificação;
- II. o número e data do auto de infração respectivo;
- III. a descrição do ato ou fato constitutivo da infração e o local onde ocorreu;
- IV. a disposição legal ou regulamentar infringida;
- V. a penalidade imposta e seu fundamento legal;
- VI. o prazo legal de quinze dias para interpor recurso, contado da ciência do autuado, indicando a autoridade competente;
- VII. a assinatura da autoridade atuante;
- VIII. a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação desta circunstância pela autoridade autuante;
- IX. quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapacitado, poderá ser assinado a rogo, na presença de 02 (duas) testemunhas ou, na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva pela autoridade autuante.

Parágrafo Único. O auto de imposição de penalidade poderá ser remetido pelo correio, com aviso de recebimento (AR), ou publicado por edital, se o autuado estiver em lugar incerto, inacessível ou não sabido.

Art. 135º - Se a condenação incluir multa, o auto de imposição de penalidades assinalará:

- I. o valor da penalidade pecuniária;
- II. que o prazo para pagamento será de trinta dias a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial;
- III. que, se o infrator efetuar o pagamento no prazo de vinte dias, contados da notificação, com desistência tácita do recurso, terá desconto de vinte por cento no valor da multa;
- IV. a advertência de que o não-pagamento da multa, depois de esgotados os recursos e o prazo legal, implicará em inscrição em dívida ativa do município;
- V. as instruções para o recolhimento da multa.

SUBSEÇÃO VII DO RECURSO

Art. 136º - O infrator poderá, no prazo de quinze dias, contados da sua notificação, recorrer da decisão condenatória ao órgão competente, indicado no auto.

§ 1º - Não será recebido o recurso enquanto não for cumprida a obrigação subsistente, determinada por auto de intimação, cabendo à instância recursal certificar-se do fato junto à autoridade sanitária.

§ 2º - Os recursos das decisões não definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária.

Art. 137º - As decisões da instância recursal serão publicadas em edital ou afixado em lugar de costume, e comunicadas aos interessados por via postal, com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 138º - Julgado o recurso, os autos serão devolvidos ao órgão de origem para a execução da decisão final.

Parágrafo Único. Se a decisão tiver cunho meramente processual de anulação dos atos praticados, a autoridade de sanitária renoverá os procedimentos, atendendo às recomendações e às determinações legais.

SUBSEÇÃO VIII DA EXECUÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 139º - Esgotados os prazos ou devolvido o processo pela instância recursal, o órgão competente tomará as seguintes providências:

- I. fará publicar, em lugar de costume, as penalidades aplicadas ao infrator, comunicando aos órgãos competentes os casos mais graves de interesse da população em geral;
- II. comunicará aos demais órgãos do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária os casos que exigirem tal providência, assim como às próprias autoridades interessadas do Município;
- III. promoverá a execução e cumprimento das penalidades aplicadas;
- IV. manterá controle e acompanhamento da cobrança das multas junto ao órgão competente e ao Fundo Municipal de Saúde.

SUBSEÇÃO IX DA PRESCRIÇÃO

Art. 140º - As infrações às disposições legais e regulamentares de

ordem sanitária prescrevem em cinco anos.

§1º - A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição de pena.

§ 2º - Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

SUBSEÇÃO X DO REGISTRO DE ANTECEDENTES

Art. 141º - A Vigilância Sanitária, através da sua área específica, manterá registro de todos os processos em que haja ou não decisão condenatória definitiva, tendo em vista as informações de antecedentes, nos julgamentos.

CAPÍTULO II TAXA DE ATOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Art. 142º - Fica criada a taxa de atos da Vigilância Sanitária, que é devida pela execução dos seguintes serviços prestados pela Secretaria Municipal da Saúde:

- I. vistoria sanitária, realizada a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços, que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento ou divulgação possa interessar à saúde pública;
- II. vistoria prévia, que é a vistoria realizada para a concessão de alvará sanitário;
- III. concessão de alvará sanitário, entendido como autorização para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária Municipal;
- IV. concessão de licença especial, entendida como autorização para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior, mas consideradas de interesse da saúde pública;
- V. concessão de licença provisória, entendida como autorização sanitária para a realização de atividades por prazo pré-determinado, que não ultrapasse cento e vinte dias;
- VI. concessão de habite-se, entende-se como auto de conclusão de obras.
- VII. outras, fixadas por ato municipal.

§ 1º - As taxas dos atos de Vigilância Sanitária serão baseadas na Unidade do Sistema Monetário Nacional vigente e a tabela dos respectivos valores será regulamentada em decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - Os valores previstos no parágrafo anterior deverão ser atualizados no dia 1º de janeiro de cada exercício, de acordo com índice estabelecido por legislação federal, de modo que reflita a perda do valor aquisitivo da moeda.

§ 3º - Multa automática de 20% (vinte por cento) do valor do tributo, para o não pagamento da licença sanitária (alvará) na data de vencimento.

§ 4º - O pagamento das taxas previstas neste artigo não exclui os demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§ 5º - O produto das arrecadações das taxas e das multas dos atos de Vigilância em Saúde, através das suas áreas de Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador será de competência do Fundo Municipal de Saúde e será destinado à manutenção, aparelhamento, aperfeiçoamento e capacitação de técnicos dessas áreas.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 143º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua homologação, revogando-se disposições em contrário, em especial a Lei

municipal nº 114/1999.

Art. 144º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 145º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo de outras disposições nela contidas.

São Pedro de Alcântara, 13 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Lei Nº 626, de 12 de Abril de 2011

LEI Nº 626, DE 12 DE ABRIL DE 2011

"Dispõe Sobre o Reajuste dos Benefícios Pagos pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Pedro de Alcântara - INSPA e dá outras providências".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os benefícios pagos pelo INSPA serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2010, em 7,72% (sete inteiros e setenta e dois centésimos por cento)

§1º - Para os benefícios concedidos a partir de 1º de março de 2009, o reajuste que trata o caput dar-se-á de acordo com os percentuais abaixo indicados:

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
Até fevereiro de 2009	7,72
Em março de 2009	7,39
Em abril de 2009	7,17
Em maio de 2009	6,58
Em junho de 2009	5,95
Em julho de 2009	5,51
Em agosto de 2009	5,26
Em setembro de 2009	5,18
Em outubro de 2009	5,01
Em novembro de 2009	4,77
Em dezembro de 2009	4,38

§2º- O reajuste de que trata o caput deverá ser aplicado somente aos benefícios de aposentadoria concedidos pela média dos salários de contribuição, de acordo com o disposto no art.1º da Lei Federal nº10.887/2004, e as pensões por morte concedidas de acordo com o disposto no Art.2º do mesmo diploma legal, excetuando-se as decorrentes de falecimento de servidor que foi aposentado de acordo com o art.3º da Emenda nº47/2005.

Art. 2º - Para os benefícios majorados por força da elevação do salário-mínimo para R\$510,00 (quinhentos e dez reais, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que tratam o caput e o §1º.

Art.3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento vigente.

Art.4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art.5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 13 de abril de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Termo Aditivo Nº. A18/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A18/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 189/2010 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: NICOLL INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.720.751/0001-57, estabelecida na BR 376, Km 16,5 portaria 2, Barro Preto, na cidade de São Jose dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP: 83.015-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor André Luis Fauth, inscrito no CPF sob o nº 516.281.639-68, portador da carteira de identidade nº. 631285-3.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 189/2010 - PMS, celebrado em 30 de agosto de 2010, proveniente do Processo de licitação nº. 133/2010 – PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2010 – PMS, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇO para aquisição de tubos, canos, tê e demais materiais para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Considerando que enquadra-se aos termos do artigo 65, I, "b" da Lei Federal nº 8.666/93, cc. § 1º do mesmo artigo, conforme parecer da Procuradoria Municipal;

Considerando a necessidade da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, devido a quantidades adicionais, não previstos inicialmente, para ampliação da rede nova na Avenida dos Imigrantes e também as condições adversas ocorridas em janeiro e março, necessitamos utilizar de vários tubos para o conserto de rede em diversos pontos que foram rompidos devido as fortes chuvas.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica ao contrato aditivado o valor de R\$ 30.160,00 (Trinta mil cento e sessenta reais), conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITA- DA	QTDE. ADITI- VADA	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Tubo de Policloreto de Vinila - PVC, rígido, para água potável, Defofo JEI/JERI com cava integrada DN 200 mm, Pressão de Serviço 1,0 MPa, compatível com conexões de ferro fundido de diâmetro equivalente. (Barras de 6m de comprimento) O Fornecimento deve atender a Norma da ABNT NBR 7665:2007.	520	130	Barras	232,00	30.160,00
VALOR TOTAL R\$						30.160,00

Cláusula 2ª – As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 18 de abril de 2011.

CONTRATADA:

NICOLL INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA

André Luis Fauth

CPF no 516.281.639-68

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Edital 003/2011

EDITAL 003/2011 - DEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES PRELIMINARES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER(SC)

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 1.628/07, bem como suas alterações, torna público deferimento de inscrição preliminar, conforme Edital n.º 002/2010, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 637, de 16 de dezembro de 2010:

Após análise do recurso e em conformidade com o parecer jurídico nº 025/2011, defere a inscrição preliminar a membro do Conselho Tutelar do candidato Paulo Henrique Gneipel - RG 767.796-0 SSP/SC.

Mantém-se inalteradas as demais disposições editalícias.

Schroeder, 14 de março 2011.

SILVANIA FERREIRA

Presidente do CMDCA

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 2/2011-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**
Nr.: 2/2011 - IL**Processo Nr.: 10/2011**
Data: 18/04/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

Código: 10358

Endereço: RUA CAÇADOR, Nº 112

Cidade: JOINVILLE - SC

CNPJ: 92.821.701/0057-64

Inscrição Estadual: 255.313.543

Objeto da Compra: Contratação de uma assinatura diária do jornal A Notícia, jornal de circulação estadual para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social, da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de uma assinatura diária do jornal A Notícia, jornal de circulação estadual para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social, da Prefeitura de Schroeder/SC, no período de 12 meses.	UN	496,80	496,80

JUSTIFICATIVA:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****TEXTO**

De acordo com pedido da Secretaria de Saúde e Assistência Social a assinatura é necessária para propor aos usuários da política de Assistência Social e técnicos informações atualizadas.

SCHROEDER , 18 de Abril de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nr.: 2/2011 - IL

Processo Nr.: 10/2011
Data: 18/04/2011

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 15 de Abril de 2011

Valor da Despesa: 496,80 (quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

AV140000342011Publicacaoatos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000034/2011

OBJETO: PUBLICAÇÃO DE LEIS, ATOS ADMINISTRATIVOS E DE-
MAIS PUBLICAÇÕES DE INTERESSE DO EXECUTIVO. ENTREGA
DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a
Proposta de Preços até às 10:00 horas do dia 05 de maio de 2011.
ABERTURA: dia 05/05/2011 às 10:10 horas. Os interessados po-
derão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expe-
diente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro
- Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 15/04/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Turvo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 33/2011

DECRETO nº 033/11, de 19 de abril de 2011
PRORROGA O DECRETO Nº 002/11, DE 19 DE JANEIRO DE 2011,
QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA
POR ENXURRADA.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso das atri-
buições legais conferidas pelo art. 52 da Lei Orgânica do Municí-
pio, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 4 de agosto de
2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998,
pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela
Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 18 de
janeiro de 2011, atingindo parte do município, resultando em da-
nos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos
e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que
reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da
situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Con-
selho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalida-
de: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada ,
agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 002/11, de 19 de janeiro de
2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas
para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo
desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulá-
rio de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos

a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa
Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão
Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencade-
amento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após
adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as
ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de
arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de
facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secreta-
ria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Turvo(SC), 19 de abril de 2011.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargeão

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Fica contratada através de Inexigibilidade de Licitação (Art. 25, III,
da Lei nº 8.666/93) a banda e equipe de show SONATA REPRES.
INDL. E MUSICAL LTDA: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Vargeão SC, 12 de abril de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: SONATA REPRES. INDL. E MUSICAL LTDA
OBJETO: Apresentação de show baile em comemoração aos 47
anos do Município.
VALOR: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Inexigibilidade de
Licitação nº 0001/2011 e Contrato nº 69/2011.

Vargeão SC, 12 de abril de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: INOVAR RECURSOS HUMANOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para a realização de Concurso Público.
VALOR: R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 68/2011.

Vargeão SC, 18 de abril de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC
CONTRATADA: AUTO POSTO VARGÊÃO LTDA
OBJETO: Repactuação de preços para o item gasolina comum, alterando o valor contratual do item para R\$ 2,83 (dois reais e oitenta e três centavos) por litro.
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 003/2011.

Vargeão SC, 15 de abril de 2011.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2.517/11

LEI N.º 2.517/11, DE 13 DE ABRIL DE 2011

Autoriza a dispensa do recolhimento do valor referente aos serviços realizados na empresa Pasqual e Cia Ltda, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CONSIDERANDO que no final do ano de 2002, a Prefeitura Municipal de Videira, no intuito de promover o alargamento do Córrego dos Italianos, realizou obras no interior da sede da empresa Pasqual e Cia Ltda danificando a estrutura da mesma, inclusive com a destruição parcial do pavimento existente e;

CONSIDERANDO que, diante dessa situação o proprietário da empresa Sr. Alvaroakley Pasqual, protocolizou requerimento em 21 de junho de 2005, esclarecendo a extensão dos danos causados, bem como, formalizando pedido de reconstrução do asfalto destruído por obra pública e;

CONSIDERANDO que, em virtude de que até o início de 2011, o requerente ainda não havia obtido resposta nem tampouco havia sido feita a reconstrução do asfalto danificado, esta Municipalidade, com base no § 5º, do art. 125 da Lei Orgânica, realizou os serviços de reparo na referida empresa visando dar uma solução para o restabelecimento dos danos causados e;

CONSIDERANDO que, de acordo com o supracitado artigo a Prefeitura pode ceder máquinas e operadores à particulares, desde que não interfira no serviço público e desde que o interessado recolha, no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão do serviço, a remuneração arbitrada e assine termo de responsabilidade pela

conservação e devolução dos bens cedidos e;

CONSIDERANDO que, a empresa deveria efetuar o pagamento das despesas decorrentes da prestação de serviço no dia 28 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO por fim que, a Câmara de Vereadores subscreveu Indicação nº 016/2011, no sentido de que a empresa fosse desobrigada do pagamento dos serviços de reparo, tendo em vista estar suportando um prejuízo econômico a que não deu causa e ainda estar recebendo um serviço inferior, em razão de ter recebido pavimentação com asfalto frio sendo que a anteriormente existente na empresa era de asfalto quente;

Art. 1º Fica dispensada, a empresa Pasqual e Cia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 86.547.668/0001-79, de realizar o recolhimento do valor de R\$ 8.937,44 (oito mil novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), referente aos serviços de reconstrução asfáltica realizados na referida empresa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, ficando revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 28 de março de 2011.

Videira, 13 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.518/11

LEI N.º 2.518/11, DE 13 DE ABRIL DE 2011

Homologa o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 14.140/2010-2, firmado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC e a Prefeitura Municipal de Videira - PMV.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio firmado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC e a Prefeitura Municipal de Videira, visando alterar a vigência do prazo previsto na Cláusula Oitava de 31/03/2011 para 31/12/2011.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.519/11

LEI N.º 2.519/11, DE 13 DE ABRIL DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que específica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, parte do bem imóvel, de propriedade de Leandro Crestani, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 7380, com a seguinte descrição:

“Uma área de terras com 1.029,58 m2 (um mil e vinte e nove metros e cinquenta e oito decímetro quadrados), parte integrante de uma área maior com 21.600,00 m2 (vinte e um mil e seiscentos metros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 7380, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com área remanescente de Leandro Crestani,; ao Sul, confronta-se com o Rio do Peixe; ao Leste, confronta-se com a Rua Anita Garibaldi ; e ao Oeste, confronta-se com a Rua Anita Garibaldi.”

Art. 2º A doação, a que se refere o art. 1º desta Lei, é feita com o encargo de ser destinada à adequação da Rua Anita Garibaldi, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.520/11

LEI Nº 2.520/11, DE 13 DE ABRIL DE 2011

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder ao pagamento de despesas relativas a ressarcimento de danos que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao pagamento de despesas, relativas ao ressarcimento de danos decorrentes de um acidente causado por maquinário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na data de 08 de fevereiro do corrente ano, no veículo L200, placas AKX-4766, de propriedade de Juarez Antônio Beckert, portador do RG nº 326.454, inscrito no CPF sob o nº 194.780.549-53, residente e domiciliado na Rua Vitor Kruger, nº 395 - Bairro São Cristovão, na cidade de Caçador/SC, no valor total de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), conforme Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº 1.029/11.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

10 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.0.1 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de abril de 2011.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Concorrência Nº 03/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2011

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Concorrência para CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA A REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS OU PENALIDADES. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 24 de Maio de 2011. O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, ou através dos telefones (49) 3566-9012/3566-9034, no horário das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min.

Videira, 15 de Abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação N. 05/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2011 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2011 - PMV
HOMOLOGAÇÃO: 15/04/2011
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR SERVIDOR DE E-MAILS PARA O DEPARTAMENTO DE CPD - CENTRAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
CONTRATADA: VIDENET INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA
VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 15 de Abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 74/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 74/2011. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA PREMIAÇÃO DOS ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DA MOSTRA DO CONHECIMENTO E DOS JOGOS INTERCOLEGIAIS QUE ACONTECERÃO NO DECORRER DO ANO DE 2011. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 09 de Maio de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 15 de Abril de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato Ata Registro N. 42/2011

Ata de Registro de Preços nº: 42/2011
Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: MERCADO RZ LTDA
Valor: R\$ 402.000,39 (quatrocentos e dois mil reais e trinta e nove centavos)
Licitação: Pregão Presencial nº 56/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para serem utilizados nas Escolas e Creches do Município e na Secretaria de Educação.

Extrato Ata Registro N. 43/2011

Ata de Registro de Preços nº: 43/2011
Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
Valor: R\$ 33.218,10 (trinta e três mil duzentos e dezoito reais e dez centavos)
Licitação: Pregão Presencial nº 56/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para serem utilizados nas Escolas e Creches do Município e na Secretaria de Educação.

Extrato Ata Registro N. 44/2011

Ata de Registro de Preços nº: 44/2011
Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA
Valor: R\$ 108.583,00 (cento e oito mil quinhentos e oitenta e três reais)
Licitação: Pregão Presencial nº 56/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para serem utilizados nas Escolas e Creches do Município e na Secretaria de Educação.

Extrato Ata Registro N. 45/2011

Ata de Registro de Preços nº: 45/2011
Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: LUIZ CARLOS DALLE CORT ME
Valor: R\$ 124.101,00 (cento e vinte e quatro mil e cento e um reais)
Licitação: Pregão Presencial nº 56/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para serem utilizados nas Escolas e Creches do Município e na Secretaria de Educação.

Extrato Ata Registro N. 46/2011

Ata de Registro de Preços nº: 46/2011

Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Valor: R\$ 96.833,52 (noventa e seis mil oitocentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos)
Licitação: Pregão Presencial nº 56/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para serem utilizados nas Escolas e Creches do Município e na Secretaria de Educação.

Extrato Ata Registro N. 47/2011

Ata de Registro de Preços nº: 47/2011
Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS SÃO CARLO LTDA
Valor: R\$ 8.280,00 (oito mil duzentos e oitenta reais)
Licitação: Pregão Presencial nº 56/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para serem utilizados nas Escolas e Creches do Município e na Secretaria de Educação.

Extrato Ata Registro N. 48/2011

Ata de Registro de Preços nº: 48/2011
Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: SUPERMERCADO SUPERPÃO LTDA
Valor: R\$ 64.225,50 (sessenta e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)
Licitação: Pregão Presencial nº 56/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para serem utilizados nas Escolas e Creches do Município e na Secretaria de Educação.

Extrato Ata Registro N. 49/2011

Ata de Registro de Preços nº: 49/2011
Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: FACCIOLI E CADORE LTDA
Valor: R\$ 41.361,66 (quarenta e um mil trezentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos)
Licitação: Pregão Presencial nº 56/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para serem utilizados nas Escolas e Creches do Município e na Secretaria de Educação.

Extrato Ata Registro N. 50/2011

Ata de Registro de Preços nº: 50/2011
Data de Assinatura: 11/04/2011
Fornecedor: SAFRA DIESEL LTDA
Valor: R\$ 556.800,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil e oitocentos reais)
Licitação: Pregão Presencial nº 67/2011
Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de óleo diesel para uso no abastecimento dos veículos e máquinas das Secretarias de Agricultura e Infraestrutura.

Consórcios

AGIR

Comunicado

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AGIR -

Rua Alberto Stein, n.º 466, CEP 89036-200, Bairro Velha, Blumenau, Santa Catarina.

Comunicado 002/2011

O presidente da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR - comunica para todos os efeitos legais que no dia 31 de março de 2011, foi assinada a Resolução n.º 10/2011 (texto integral em www.ammvi.org.br; menu/ Agência de Regulação - AGIR) que autorizou, ad referendum da Assembleia Geral, em obediência aos artigos 6.º, inciso V c/c art. 7.º, letra "d", incisos IV e V e ainda artigos 29 e incisos, do Estatuto do Consórcio e nos termos do contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau, firmado entre este município, o SAMAE e a empresa Foz de Blumenau S/A, como resultado do Edital de Concorrência n.º 03-004-09, o REAJUSTE CONTRATUAL, tendo como base o IPCA/IBGE, á título de reequilíbrio econômico.

O percentual autorizado é de 8,04% (oito vírgula zero quatro por cento) apurado entre os meses de dezembro 2009 até fevereiro de 2011 e com vigência a partir de 01 de abril de 2011.

Blumenau, 31 de março de 2011.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da Diretoria Executiva

(Assinado no original)

ARIS

Decreto/ARIS Nº 003/2011

Decreto/ARIS nº 003/2011

Regulamenta a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, Resolve:

Art. 1º Fica regulamentada no âmbito da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), conforme disposto neste Decreto, a licitação pública na modalidade pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destinada à aquisição de bens e serviços comuns.

Art. 2º Os contratos celebrados pela ARIS para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, preferencialmente, de licitação na modalidade pregão.

Art. 3º A licitação na modalidade de pregão obedecerá ao disposto na legislação federal e aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da isonomia, da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, eficiência, razoabilidade e competitividade.

§ 1º As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público.

§ 2º Os erros ou falhas apuradas no processo licitatório que não afetem a substância das propostas ou dos documentos da habilitação poderão ser saneados pelo pregoeiro e equipe de apoio.

Art. 4º Serão responsáveis pelo processo do pregão os seguintes agentes públicos:

I - Presidente da ARIS, na qualidade de Autoridade Competente;

II - Pregoeiro; e

III - Membros da equipe de apoio, em número mínimo de três.

§ 1º Compete ao Presidente da ARIS:

I - aprovar a abertura da licitação pública;

II - aprovar o edital da licitação pública, inclusive o termo de referência;

III - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;

IV - julgar as impugnações ao edital da licitação;

V - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

VI - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VII - homologar o resultado da licitação; e

VIII - promover a celebração do contrato, na ausência do Diretor-geral.

§ 2º Caberá ao pregoeiro coordenar o processo licitatório, em especial:

I - elaborar as minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação do Presidente;

II - receber, examinar e emitir parecer sobre as impugnações e consultas ao edital;

III - presidir e coordenar a sessão pública do pregão;

IV - verificar e julgar as condições de habilitação;

V - receber, examinar e decidir sobre a aceitação dos recursos, encaminhando ao Presidente para julgamento;

VI - indicar o vencedor do certame, quando não houver recurso;

VII - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

VIII - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

IX - encaminhar o processo devidamente instruído ao Presidente e propor a homologação.

§ 3º Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 5º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - requisição da aquisição de bem ou da contratação de serviço, contendo a descrição precisa e clara do objeto e a respectiva pesquisa de preço;

II - previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos a serem firmados;

III - aprovação do edital, contendo os elementos necessários e normas que disciplinarem o procedimento, e da minuta do contrato, quando for o caso; e

IV - parecer jurídico relativo ao edital e seus anexos.

Art. 6º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados mediante publicação do aviso da licitação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br.

§ 1º Tratando-se de pregão processado em sua forma eletrônica, a convocação dos interessados deverá ser publicada também no respectivo provedor do pregão eletrônico.

§ 2º Do aviso da licitação constarão a indicação do objeto da licitação, do local, dias e horários em que poderão ser obtido a íntegra do edital e enviadas as propostas e os documentos para habilitação.

Art. 7º No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para credenciamento, abertura e julgamento das propostas, realização da etapa de lances, análise da documentação de habilitação e recebimento das manifestações de intenção de recurso, nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 8º Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados e juntados no respectivo processo, compreendendo, sem prejuízo de outros, os seguintes:

I - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

II - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

III - autorização de abertura da licitação;

IV - edital e respectivos anexos;

V - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VI - parecer jurídico;

VII - ata contendo os seguintes registros:

- a) licitantes participantes;
- b) propostas apresentadas;
- c) lances ofertados na ordem de classificação;
- d) aceitabilidade da proposta de preço;
- e) habilitação;
- f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;
- g) termo de adjudicação; e
- h) termo de homologação.

VIII - comprovantes das publicações:

- a) do aviso do edital;
- c) do extrato do contrato; e
- d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 9º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos do Anexo II deste Decreto.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de abril de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente da ARIS

ANEXO I

PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO PRESENCIAL

Art. 1º Este Anexo I estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial.

Art. 2º A sessão pública do pregão presencial será processada da seguinte forma:

I - o edital conterá definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do edital, e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;

II - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados apresentarem suas propostas;

III - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

IV - farão jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte credenciadas nesta condição, mediante entrega de certidão de enquadramento expedida pela Junta Comercial;

V - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e verificará a conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos no edital;

VI - o pregoeiro classificará a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

VII - estando presentes e credenciados os autores das propostas classificadas nas condições definidas no inciso anterior, proceder-se-á à etapa de lances verbais;

VIII - quando não for atendido o número mínimo de três autores aptos a efetuar lances, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes até alcançar o limite de três autores aptos a efetuar lances;

IX - a falta da presença e credenciamento do autor da proposta não implicará na desclassificação da mesma;

X - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

XI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

XII - durante a etapa de lances, o pregoeiro poderá estabelecer tempo máximo para que o autor ofereça seu lance, respeitado o princípio da razoabilidade;

XIII - durante a etapa de lances é vedada a comunicação dos presentes à sessão pública com outras pessoas, exceto quando autorizado no edital da licitação pública;

XIV - a oferta de lance verbal de exequibilidade duvidosa poderá ensejar a suspensão da etapa de lances e a consequente determinação de diligência para que seu autor comprove a exequibilidade, sob pena de desclassificação do lance;

XV - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará no encerramento da etapa de lances verbais para o respectivo proponente, sendo facultado apenas o registro de seu lance final;

XVI - a etapa de lances será encerrada quando todos os licitantes desistirem de apresentar novos lances verbais;

XVII - na ausência de lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XVIII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XIX - declarado o melhor classificado da etapa competitiva, o pregoeiro examinará a existência do empate previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se ao desempate nos termos da referida lei;

XX - em seguida, é facultado ao pregoeiro promover negociação diretamente com o vencedor do certame para que seja obtido preço melhor;

XXI - pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XXII - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XXIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XXIV - declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XXV - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XXVI - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

XXVII - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital; e

XXVIII - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XXIII.

ANEXO II

PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 1º Este Anexo II estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

Art. 2º Para efeito deste Anexo considera-se:

I - Cidade Compras: portal de compras municipais, definido pela ARIS como o sistema eletrônico a ser utilizado para realização de pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação, disponível no endereço eletrônico

<http://www.cidadecompras.com.br>; e

II - Confederação Nacional de Municípios: entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado Cidadecompras;

Art. 3º O pregão eletrônico realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único. O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º O pregão eletrônico será conduzido pela ARIS, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios.

Art. 5º Serão previamente credenciados perante o Cidade Compras a autoridade competente da ARIS, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que tenham interesse em participar da licitação de pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao Cidade Compras.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do CidadeCompras.

§ 3º A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no Cidade Compras;

II - remeter, no prazo estabelecido no edital e no sistema, exclusivamente por meio eletrônico, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda da disputa diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no Cidade Compras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º A documentação exigida para atender ao disposto no edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com o Cidade Compras.

Art. 8º A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será

disponibilizada no Portal Cidade Compras.

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 9º Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora indicadas no edital e no sistema, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa acerca do cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

§ 4º Até o horário limite para envio das propostas, os licitantes poderão excluir, aditar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 10. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lance.

Art. 12. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance pelo sistema e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro devidamente informada aos licitantes, da qual será acrescentado tempo aleatório de até trinta minutos, determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepeção de lances.

§ 7º O sistema examinará automaticamente a existência do empate previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, procedendo-se ao desempate nos termos da referida lei.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10. No caso de desconexão do pregoeiro no decorrer da disputa, os lances continuarão sendo recebidos desde que o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes.

§ 11. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será automaticamente suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes.

Art. 13. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada diretamente à ARIS, podendo ser enviado por meio do serviço de correspondências, devendo o comprovante de postagem ser transmitido via fax.

§ 3º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 4º Caso a proposta não seja aceita ou se o licitante não atenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada conforme procedimento para envio dos documentos da habilitação, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 14. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das

condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º Na hipótese do licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no § 4º, art. 13, do Anexo II deste Decreto.

Art. 16. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 17. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Decreto/ARIS Nº 004/2011

Decreto/ARIS nº 004/2011

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, Resolve:

Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da ARIS, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador: órgão ou entidade responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente; e

IV - Órgão Participante: órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade concorrência ou pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive

a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 2º O órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, após a conclusão do procedimento licitatório.

§ 3º Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Art. 4º O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

Parágrafo único. Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 5º A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único. No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão e entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º Na hipótese do primeiro colocado da licitação não ofertar quantitativo suficiente para atender à quantidade total estimada pela Administração, poderão ser registrados, por seus respectivos preços, tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, observando-se o seguinte:

I - os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados no órgão oficial de publicidade da ARIS e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - as contratações decorrentes do registro de preços deverão respeitar a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e

III - os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrer ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este indique o fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Art. 7º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

IV - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - o prazo de validade da ata de registro de preço;

VI - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e

VIII - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

Parágrafo único. O edital poderá admitir, como critério de classificação das propostas, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

Art. 9º Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

§ 1º A ata de registro de preços consignará as seguintes informações:

I - qualificação do particular signatário da ata, que assume a obrigação perante a Administração;
II - indicação do objeto que está sendo licitado;
III - condições para a execução do objeto;
IV - preço por unidade oferecido na licitação;
V - prazo de validade da ata, correspondente ao já fixado no edital; e
VI - procedimento para formalização dos futuros contratos decorrentes da ata.

§ 2º O extrato da ata de registro de preços será publicado no órgão oficial da ARIS a cada três meses.

Art. 10. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 11. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar o licitante fornecedor, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, hipótese em que o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto

I - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso; e

II - reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada.

§ 4º As alterações decorrentes serão publicadas na Imprensa Oficial.

Art.12. O preço registrado poderá ainda ser cancelado pela Administração mediante solicitação formal de fornecedor que comprovar, na forma do artigo anterior, que está impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços, ressalvadas as aquisições efetivas até a data da decisão. Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese desse artigo, se a solicitação for efetuada antes da requisição de compra pela Administração, ficará o fornecedor exonerado da aplicação de penalidade.

Art. 13. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a

ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 14. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições do órgão gerenciador.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 05 de abril de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente da ARIS

Decreto/ARIS Nº 005/2011

Decreto/ARIS nº 005/2011

Nomeia os membros da Comissão de Licitação, o Pregoeiro e os Membros da Equipe de Apoio.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, bem como o previsto no Convênio de Cooperação Técnica n. 001/2011 firmado pela ARIS e pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA),

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as seguintes pessoas para exercício das funções de Comissão de Licitação, Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

I - Comissão de Licitação: Marcos Fey Probst (Diretor-geral da ARIS), na condição de Presidente; Edinando Luiz Brustolin (Diretor-executivo do CIGA) e Dantes Guilherme Figueiredo Fernandes (empregado público do CIGA), na condição de membros da comissão.

II - Pregoeiro: Marcos Fey Probst;

III - Equipe de Apoio: Edinando Luiz Brustolin (Diretor-executivo do CIGA), Dantes Guilherme Figueiredo Fernandes (empregado público do CIGA) e André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 18 de abril de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente da ARIS

Convênio de Cooperação Técnica Nº 001/2011

Convênio de Cooperação Técnica n. 001/2011

Convênio de cooperação técnica celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Considerando que a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) estão em processo de estruturação de seu corpo funcional, não dispondo de profissionais de todas as áreas do conhecimento;

Considerando os objetivos comuns da ARIS e do CIGA, em especial a eficiência e economicidade dos serviços públicos de competência municipal;

Considerando que inúmeros municípios são consorciados da ARIS e do CIGA; e

Considerando que a ARIS e o CIGA necessitam realizar processos

e procedimentos necessários para a regularidade e legalidade dos atos administrativos;

RESOLVEM:

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), associação pública de direito público, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, neste ato representada por seu Presidente, Prefeito de Coronel Freitas, Sr. Mauri José Zucco e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito de Garuva, Sr. João Romão, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Técnica, nos termos a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O objeto do presente convênio é a prestação de apoio técnico entre a ARIS e o CIGA, possibilitando que as entidades possam mutuamente se ajudar na consecução de processos e procedimentos administrativos.

Cláusula Segunda - Do Apoio Técnico

Fica autorizado que os servidores públicos de cada entidade Conveniente possam participar de comissão de licitação pública instituída pela ARIS e/ou pelo CIGA, realizar atos e procedimentos contábeis e emitir pareceres jurídicos, tudo a fim resguardar a legislação e os princípios constitucionais.

Parágrafo único. Os servidores públicos designados para executar provisoriamente atribuições da outra entidade Conveniente deverão ser previamente autorizados pela autoridade responsável pela ARIS e/ou CIGA, devendo este ato ser publicado no órgão de publicidade oficial.

Cláusula Terceira - Das obrigações comuns

Os Convenientes obrigam-se a colaborar mutuamente, zelando pelos interesses e bens públicos envolvidos, sendo vedada a realização de atos tendentes a prejudicar as atividades e ações da entidade Conveniente.

Cláusula Quarta - Da Vigência

O presente convênio entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula Quinta - Da Rescisão

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio caso ocorra comprovado inadimplemento de quaisquer das cláusulas, pela superveniência de legislação que o torne impraticável ou por mútuo interesse.

Cláusula Sexta - Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer conflitos resultantes do presente convênio.

Cláusula Sétima - Disposição Final

Por estarem acordadas as partes, assinam o presente convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 05 de abril de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito de Coronel Freitas
Presidente da ARIS

JOÃO ROMÃO
Prefeito de Garuva
Presidente do CIGA

Editais de Convocação Nº 05/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2011

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Mauri José Zucco, Prefeito Municipal de Coronel Freitas, no uso de suas atribuições legais e visando atender às disposições do Consórcio Público denominado ARIS,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos dos municípios consorciados à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 29 de abril de 2011

Horário: a definir

Local: a definir

Ordem do dia:

- 1) Posse do Sr. Willian Carlos Narzetti no Conselho de Regulação
- 2) Deliberação sobre a cobrança da taxa de esgotamento sanitário para o exercício de 2011
- 3) Prestação de contas da arrecadação e despesas do 1º trimestre do ano
- 4) Deliberação sobre os valores não pagos à ARIS no exercício de 2011
- 5) Aprovação de normas regimentais da ARIS
- 6) Assuntos diversos

Florianópolis, 18 de abril de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito de Coronel Freitas
Presidente da ARIS

CIGA

Convênio de Cooperação Técnica Nº 001/2011

Convênio de Cooperação Técnica n. 001/2011

Convênio de cooperação técnica celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Considerando que a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) estão em processo de estruturação de seu corpo funcional, não dispondo de profissionais de todas as áreas do conhecimento;

Considerando os objetivos comuns da ARIS e do CIGA, em especial a eficiência e economicidade dos serviços públicos de competência municipal;

Considerando que inúmeros municípios são consorciados da ARIS e do CIGA; e

Considerando que a ARIS e o CIGA necessitam realizar processos e procedimentos necessários para a regularidade e legalidade dos atos administrativos;

RESOLVEM:

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), associação pública de direito público, CNPJ nº 11.400.360/0001-05, neste ato representada por seu Presidente, Prefeito de Coronel Freitas, Sr. Mauri José Zucco e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito de Garuva, Sr. João Romão, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Técnica, nos termos a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O objeto do presente convênio é a prestação de apoio técnico

entre a ARIS e o CIGA, possibilitando que as entidades possam mutuamente se ajudar na consecução de processos e procedimentos administrativos.

Cláusula Segunda - Do Apoio Técnico

Fica autorizado que os servidores públicos de cada entidade Conveniente possam participar de comissão de licitação pública instituída pela ARIS e/ou pelo CIGA, realizar atos e procedimentos contábeis e emitir pareceres jurídicos, tudo a fim resguardar a legislação e os princípios constitucionais.

Parágrafo único. Os servidores públicos designados para executar provisoriamente atribuições da outra entidade Conveniente deverão ser previamente autorizados pela autoridade responsável pela ARIS e/ou CIGA, devendo este ato ser publicado no órgão de publicidade oficial.

Cláusula Terceira - Das obrigações comuns

Os Convenientes obrigam-se a colaborar mutuamente, zelando pelos interesses e bens públicos envolvidos, sendo vedada a realização de atos tendentes a prejudicar as atividades e ações da entidade Conveniente.

Cláusula Quarta - Da Vigência

O presente convênio entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula Quinta - Da Rescisão

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio caso ocorra comprovado inadimplemento de quaisquer das cláusulas, pela superveniência de legislação que o torne impraticável ou por mútuo interesse.

Cláusula Sexta - Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer conflitos resultantes do presente convênio.

Cláusula Sétima - Disposição Final

Por estarem acordadas as partes, assinam o presente convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 05 de abril de 2011.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito de Coronel Freitas

Presidente da ARIS

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

Edital de Convocação Nº 02/2011

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2010

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto nos arts. 2º, § 2º, 16, incisos II, V, VI e IX, do Contrato de Consórcio Público e no art. 62 do Regimento Interno,

CONVOCA:

Os Chefes do Poder Executivo dos Municípios consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), para a Assembleia Geral, a realizar-se na cidade de, com a seguinte ordem do dia:

Data: 29 de abril de 2011

Cidade: Florianópolis/SC

Horário: a definir

Local: a definir

Ordem do dia:

- Homologação do ingresso de novos Municípios no CIGA;
- Discussão do Projeto de Portais para Câmaras de Vereadores e definição dos valores do serviço;
- Análise e deliberação sobre a Prestação de Contas do 1º Trimestre de 2011;
- Deliberação sobre a revisão geral anual devida aos empregados do CIGA;
- Assuntos diversos.

Florianópolis, 18 de abril de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito de Garuva

Presidente do CIGA

CIS/AMUREL

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 02/2011

Município: Armazém

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 03/01/2011.

Assinantes: Jaime Wensing e Clóvis Felisbino Silvano pelo Município e Leonete Back Loffi e Evanísio Uliano pelo Consórcio.

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 007/2011

Município: Braço do Norte

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 03/01/2011.

Assinantes: Evanísio Uliano e Lucia Terezinha G. Volpato pelo Município e Leonete Back Loffi e Evanísio Uliano pelo Consórcio.

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 01/2011

Município: Grão Pará

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 03/01/2011.

Assinantes: Valdir Dacorégio e Estevão Guizoni pelo Município, e Leonete Back Loffi e Evanísio Uliano pelo Consórcio.

Extrato de Contrato
EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 006/2011

Município: Imaruí

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 16/01/2011.

Assinantes: Amarildo Matos de Souza e Sérgio Fernando Domingos Arent pelo Município, e Leonete Back Loffi e Evanísio Uliano pelo Consórcio.

extrato de contrato
EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 02/2011

Município: Rio Fortuna

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 03/01/2011.

Assinantes: Silvio Heidemann e Eliane Fregulia pelo Município, e Leonete Back Loffi e Evanísio Uliano pelo Consórcio.

Extrato de Contrato
EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 01/2011

Município: Santa Rosa de Lima

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 03/01/2011.

Assinantes: Valdir Antunes e Marieta Oenning Bittencourt pelo Município, e Leonete Back Loffi e Evanísio Uliano pelo Consórcio.

CITMAR

Extrato Edital Carta Convite Nº. 001/2011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE & MAR - CITMAR

EDITAL CARTA CONVITE Nº. 001/2011

Objeto: Produção de 70.000 (setenta mil) revistas do CITMAR, com 56 páginas em formato 420x297mm, em 4x4 cores, papel capa couche brilho 170gr, papel miolo couche fosco 150gr, em acabamento dobrado, alceado e grampeado com 30% de verniz

localizado na capa.

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 23, inciso II, "a" e §8º da Lei Federal nº. 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES E SESSÃO DE ABERTURA: Entrega do envelopes até as 9h e 30 minutos e abertura às 10 h do dia 02/05/2011, junto ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR, na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº. 1655, sala nº. 02, Bairro São Vicente, em Itajaí - SC.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e o Convite para participar do certame poderão ser obtidos diretamente na sede do Consórcio, no endereço acima descrito no seguinte horário: das 8h e 30 min. às 12h, fone: (47) 3404-8000, ou pelo sítio eletrônico do CITMAR, em www.amfri.org.br, link CITMAR/Downloads+Publicações/Publicações Diversas.

Itajaí/SC, 18 de abril de 2011.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Executivo - CITMAR